

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**LUANA DIAS MOTTA**

**Sufrimento, responsabilização e desejo:**

uma análise dos processos decorrentes das mudanças de moradia no âmbito do  
Programa Vila Viva – Belo Horizonte

**BELO HORIZONTE  
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**LUANA DIAS MOTTA**

**Sufrimento, responsabilização e desejo:**

uma análise dos processos decorrentes das mudanças de moradia no âmbito do  
Programa Vila Viva – Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humana da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Andréa Luisa M. Zhouri

**Belo Horizonte**

**2013**

301

M921s

2913

Motta, Luana Dias

Sufrimento, responsabilização e desejo [manuscrito] :  
uma análise dos processos decorrentes das mudanças de  
moradia no âmbito do Programa Vila Viva - BH / Luana  
Dias Motta. - 2013.

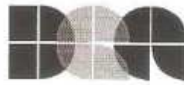
148 f.

Orientador: Andréa Luísa Moukhaiber Zhouri.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas.

Inclui bibliografia

1. Sociologia – Teses. 2. Planejamento urbano - Teses.  
3. Sofrimento - Teses. 3. Biopolítica - Teses . 4. Programa  
Vila Viva (Belo Horizonte, MG). I. Zhouri, Andréa. II.  
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Departamento de Sociologia  
e Antropologia - UFMG

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE**

**LUANA DIAS MOTTA**

Aos 04 (quatro) dias do mês de março de 2013 (dois mil e treze) reuniu-se a banca examinadora da dissertação de mestrado, intitulada "**Sufrimento, responsabilização e desejo: uma análise dos processos decorrentes das mudanças de moradia no âmbito do Programa Vila Viva - BH**". A banca foi composta pelos professores doutores **Andréa Luísa Moukhaiber Zhouri** (Orientadora-SOA-UFMG), **Yurij Castelfranchi** (SOA-UFMG) e **Soraya Silveira Simões** (UFRJ). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da banca examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação

Aprovação com recomendações ( )

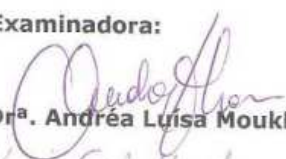
Reprovação ( )

da dissertação.

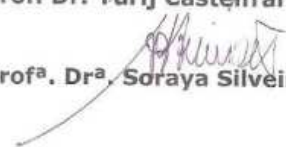
Para constar foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 04 de março de 2013.

**Banca Examinadora:**

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. **Andréa Luísa Moukhaiber Zhouri**

  
Prof. Dr. **Yurij Castelfranchi**

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. **Soraya Silveira Simões**

## **Agradecimentos**

À minha família sou eternamente grata pelo apoio incondicional e pela paciência. Agradeço o colo e a compreensão quando, após os retornos do campo, a tristeza e o sofrimento me tomavam; sem um lugar aconchegante para voltar, certamente, eu não poderia ter realizado um trabalho dessa natureza. Ao Gabriel, meu irmão, agradeço pelas inúmeras caronas para que eu pudesse chegar mais rápido ao Aglomerado da Serra e pelo ouvido paciente quando nesses trajetos me perguntava sobre como andava a pesquisa. À minha irmã, Thais, por compreender minha impaciência, por ouvir minhas ideias e por me incentivar sempre a me divertir, além das inúmeras caronas para o Aglomerado. Ao Pedro, meu sobrinho, por encher de alegria o meu coração e por ser paciente, mesmo quando achava que eu tinha “muito para casa”. Ao meu pai agradeço pelo exemplo de serenidade e tranquilidade, por nunca desistir de tentar me fazer uma pessoa mais calma e paciente. À minha mãe, agradeço por tudo, desde a leitura do projeto de mestrado até a revisão final desse trabalho; sua disponibilidade e generosidade fizeram com que a solidão da escrita fosse, na verdade, um compartilhar de ideias, sentimentos e sensações; obrigada pela cumplicidade.

Às minhas tias agradeço o apoio e o interesse com que me perguntavam e me ouviam falar do mestrado. À minha avó agradeço pela preocupação e pela torcida incansável. Aos meus primos, em especial Nayara e Nádia, agradeço pela alegria e diversão quando dos nossos encontros. Agradeço às minhas amigas, Naiara e Gabi, por sempre me ouvirem com paciência; sou imensamente grata não apenas por compreenderem minhas ausências, mas por fazerem dos nossos encontros momentos tão especiais.

Aos colegas do mestrado agradeço pelas conversas nos bares, pelas festas e pelas fofocas. Em especial agradeço à Ana Paula Beloni, com quem pude trocar muitas e ricas ideias ao longo de todo o curso, ao Vitor e ao Glauber pelas conversas sempre inteligentes e estimulantes.

Aos amigos do GESTA agradeço pela oportunidade de compartilhar experiências tão valiosas e por ter podido aprender tanto; sem dúvida essa dissertação também é fruto dessas experiências. Agradeço ao Max pelo companheirismo e pelo comprometimento ao longo dos anos em que pudemos trabalhar juntos.

Aos amigos que conheci no GESTA, mas que hoje já são amigos pra toda hora - Marina, Anabelle, Laís, Raquel, Wendell e Marcão -, sou grata pelas conversas sempre inteligentes, pelos debates calorosos, mas especialmente pelo carinho e alegria que embalavam nossos

encontros. Não poderia deixar de fazer um agradecimento especial a Raquel Oliveira, pela generosidade com que compartilhou textos, ideias, dúvidas e experiências durante esse percurso; nossas conversas e leituras me instigaram e foram cruciais para que esse texto chegasse até aqui; além disso, não tenho como agradecer a cumplicidade quando falávamos da dor, do sofrimento e da injustiça que via e sentia ao longo do meu trabalho de campo.

Sou imensamente grata à minha orientadora, Professora Andréa Zhouri, pela orientação dessa dissertação, por ter me estimulado nos momentos de insegurança e desânimo e me acalmado nos momentos de ansiedade. Sou imensamente grata, ainda, pela paciência e generosidade com que acompanhou e orientou meus primeiros passos no mundo acadêmico, sempre atenta às minhas deficiências, preocupada em contribuir para que eu avançasse e pela felicidade com o meu amadurecimento. Sou privilegiada por poder conviver com uma mulher que é um exemplo de força, ousadia e competência.

Aos professores Heloisa Costa e Yuriy Castelfranchi agradeço pela atenção com que leram meu texto de qualificação e pelos valiosos comentários e sugestões. Ao professor Yuriy Castelfranchi também agradeço pela rica experiência de assistir suas aulas e compartilhar um pouco de sua prática enquanto professor durante a realização de meu estágio docente.

Certamente o trabalho de campo que realizei no Aglomerado da Serra não teria sido possível sem as preciosas indicações e apresentações. Agradeço à Laís que me apresentou ao David, que por sua vez me indicou às meninas do *Pólos*. Ao Marcão por ter me apresentado ao Cristiano, que me apresentou ao Leandro, que por sua vez me apresentou a uma moradora. Agradeço também ao André, que me apresentou à Floriscena, figura decisiva para o desenrolar dessa dissertação e também uma grande mulher. No Aglomerado da Serra sou imensamente grata a todos que me receberam em suas casas e compartilharam comigo suas histórias, seus sonhos, seus sofrimentos. Agradeço especialmente à disponibilidade da Astrid e da Floriscena, sem elas eu não teria conhecido as histórias que conheci. Sou imensamente grata à Vera, que, além de me apresentar a outras vizinhas, me recebeu com tanto carinho em sua casa todas as vezes que eu estava na Praça do Cardoso.

Aos professores Yuriy Castelfranchi e Soraya Simões agradeço por aceitarem prontamente o convite para avaliarem esta dissertação.

Finalmente, agradeço à CAPES pela bolsa concedida para realização do mestrado, possibilitando a realização desta pesquisa.

*Às mulheres que compartilharam comigo suas lembranças,  
seus sofrimentos e seus sonhos dedico esta dissertação.*

## Resumo

Em 2004, a Prefeitura de Belo Horizonte inicia o *Programa Vila Viva*, um conjunto de ações integradas com vistas à urbanização, desenvolvimento social e regularização fundiária de vilas e favelas. Atualmente, é o maior programa de urbanização de favelas em curso no país e opera numa lógica que reconhece a favela como ocupação consolidada. Ainda que pareça fora de propósito problematizar tal Programa, considerei pertinente colocar a seguinte questão: o que significa, especialmente para as pessoas do lugar, não mais erradicar a favela? Seguindo esse questionamento, esta pesquisa reflete sobre a forma como o Vila Viva está estruturado, bem como seus objetivos e sua lógica, revelando que ele está estreitamente relacionado aos mecanismos do biopoder, um poder que tem como objeto e objetivo a vida, que deve “fazer viver”. Para compreender como esses mecanismos de poder são concretizados no processo de implementação dessa política de “inclusão” na cidade e vivenciados pelas pessoas do lugar, realizei entrevistas com pessoas removidas de suas casas e reassentadas em apartamentos no âmbito do Vila Viva no Aglomerado da Serra. Os relatos dos moradores sobre esse processo são marcados tanto pelos sentimentos de sofrimento e saudade como por afirmações de que a mudança para o apartamento foi algo positivo, o que revela a ambiguidade que perpassa a forma como o Vila Viva é experienciado pelos moradores removidos. Mas, ao contrário do que eu esperava encontrar, o sofrimento e a saudade estavam relacionados menos à coerção direta do que à modulação dos desejos e da conduta dos moradores. Em outras palavras, a construção de um afinamento entre o *governo do outro* e o *governo de si* é que possibilitou a adesão dos moradores ao Programa, apesar do sofrimento e da saudade por terem deixado suas casas, seus vizinhos e seus modos de vida. Se, por um lado, ter o desejo e a subjetividade como centro desse governo do outro contribui para perpetuar o sofrimento e responsabiliza os moradores pela inadequação e pelos problemas nos apartamentos, por outro, isso significa que o governo de si não se ajusta perfeitamente ao governo do outro, como demonstram as práticas não esperadas e proibidas nos prédios.

## ABSTRACT

In 2004, the municipal administration of Belo Horizonte launched the Vila Viva Program, a set of integrated actions aiming at the urbanization, social development and regularization of slums and villages. Nowadays, Vila Viva is the largest urbanization program in the country and it works within a logic that recognizes the slums as established settlement in the city. Although it seems at first sight pointless to problematize this Program I considered it important to ask the question: what means, especially for local dwellers, ‘do not eradicate the slum’? Following this question, this research analyzes how Vila Viva, its logic and purposes are structured, revealing that the Program is closely related to the mechanisms of biopower, a power which has life as its object and objective. In order to understand how these mechanisms of power work along the implementation of such policy of ‘inclusion’ in the city and how they are experienced by local dwellers, I conducted interviews with people removed from their homes and resettled in Vila Viva’s apartments in *Aglomerado da Serra*, one of the biggest slums in Belo Horizonte. The residents’ narratives about this process are marked by feelings of sorrow and longing as well as positive assertions about the change. Hence, ambiguity pervades how Vila Viva is experienced by residents. However, contrary to what I expected to find there, the feelings of sorrow and longing were not related to direct coercion but to the modulation of desires and conducts. In other words, the construction of an alignment between the government of the other and the government of the self was what made possible the compliance of dwellers to the Program, despite their feelings of sorrow and longing for leaving their old houses, their neighbors and their livelihood. If, on the one hand, having the desire and the subjectivity as the center of these practices of government helps to perpetuate the suffering, as the dwellers are made responsible for the inadequacy of apartments and its problems, on the other hand, this means that the government of the self does not adjust perfectly to the government of the other, as it is shown by the non-expected and prohibited practices in the new buildings.

## **LISTA DE SIGLAS**

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

OP – Orçamento Participativo

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PGE – Plano Global Específico

PROAS - Programa de Reassentamento de Famílias em Função de Risco ou Obras Públicas

PROFAVELA – Programa Municipal de Regularização de Favelas

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1 - Vila Viva: O que vai significar um poder que “faz viver”.....	26
1.1- Uma leitura do Vila Viva a partir da biopolítica .....	26
1.2- Como um poder que “faz viver” pode ser arbitrário? .....	42
CAPÍTULO 2 – Encontrando o “outro” no Aglomerado da Serra .....	50
2.1 – A favela da Serra: um aglomerado ou várias vilas vizinhas? .....	50
2.2 – Não foi tão difícil encontrar o “outro” em minha própria cidade .....	59
CAPÍTULO 3 – “Eu já passei por coisa muito pior”: sofrimento, desejo e comprometimento .....	81
3.1 – Deixando a casa .....	81
3.2 – Nova casa, novos gastos, novos vizinhos: mais sofrimento .....	91
3.3 – De onde vem a adesão aos apartamentos: culpabilização, responsabilização e desejo .....	104
3.4 - Combinando sofrimento e culpabilização para construir comprometimento .....	119
CAPÍTULO 4 – Há afinamento perfeito entre governo dos outros e governo de si? .....	123
CONCLUSÃO .....	140
BIBLIOGRAFIA .....	144

*Mas é preciso ter força  
É preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca  
Maria, Maria  
Mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha  
É preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania  
De ter fé na vida....*

*(Maria, Maria – Milton Nascimento)*

## INTRODUÇÃO

Atualmente, o *Programa Vila Viva - Intervenção estrutural em assentamentos precários*, implementado em Belo Horizonte em 2004, é um dos principais programas de urbanização de favelas em curso no país, promovendo profundas transformações físico-ambientais e socioeconômicas nos locais onde é implementado (entre os quais está o Aglomerado da Serra, a maior favela de Belo Horizonte). As intervenções ocorridas no âmbito desse Programa implicam uma ruptura nas referências dos moradores do local, seja no aspecto material e financeiro (troca de favores, empréstimo de dinheiro, cuidado com os filhos uns dos outros para que possam trabalhar etc.), seja no aspecto cultural, afetivo e simbólico (formas de lazer, relação entre várias gerações das diferentes famílias, festas comunitárias etc.). Mas, sem dúvida, um dos principais impactos do *Vila Viva* é a remoção de famílias, uma vez que algumas saíram do local e outras são reassentadas em prédios no próprio local, geralmente distante de vizinhos anteriores e de familiares. Essas transformações suscitam algumas questões que nortearam esta pesquisa: como esse processo é vivenciado pelas famílias que são removidas de suas casas? Suas vidas são modificadas e desestruturadas? Qual a lógica que norteia as intervenções do Programa? Como essa lógica se concretiza na sua implementação e como será vivenciada pelos moradores do lugar? Entretanto, antes de responder essas questões, é importante refletir sobre o contexto e o processo histórico no qual o *Vila Viva* está inserido.

No fim do século XIX, houve, no Brasil, uma conjunção de processos que influenciou decisivamente a ampliação e a formação dos espaços urbanos no país. O fim da escravidão fez com que milhares de negros fossem expulsos do campo e migrassem para a cidade. Concomitantemente, imigrantes europeus chegaram ao Brasil para trabalhar no campo e também na nascente indústria brasileira. Esses fatores provocaram o aumento da população nas cidades, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que acarretou uma demanda por moradia, transporte e demais serviços urbanos até então inédita (MARICATO, 1997a).

Todavia, desde o início, o processo de urbanização do país foi marcado pela exclusão e pela segregação da população pobre, que não teve acesso (ou teve de forma precária) à moradia digna e aos serviços de infraestrutura urbana básica, como transporte e saneamento. Historicamente, o poder público, alinhado aos interesses do setor privado e da especulação

imobiliária com sua visão mercantil sobre o solo urbano, implementou políticas de expulsão dessa população da cidade ou se eximiu da responsabilidade de implementar políticas de garantia de condições mínimas para uma vida digna na cidade. Na visão de Maricato (1997a), o modelo de urbanismo que se consolidou ao longo do século XX foi o da “modernização excludente, ou seja, o investimento nas áreas que constituem o cenário da cidade hegemônica ou oficial, com a consequente segregação e diferenciação acentuada na ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos urbanos” (MARICATO, 1997a, p. 30).

Esse cenário, que conjugava falta de políticas públicas e necessidade de estar na cidade, próximo às possibilidades de trabalho nas indústrias, colocou aos pobres o imperativo de forjar alternativas de habitação. Assim, começam a se constituir as alternativas habitacionais: cortiços, favelas, periferias e loteamentos irregulares, todas caracterizadas pela precariedade das condições sanitárias e serviços em geral. Especificamente sobre as favelas, a maior parte delas começou a se constituir no início do século XX, com a intensificação da política de expulsão da população pobre das áreas centrais - no Rio de Janeiro, os desalojados pela ‘Reforma de Passos’; em Recife, os expulsos dos mocambos para a execução de melhorias urbanas (DENALDI, 2009).

Portanto, essas ocupações foram (e ainda são) o resultado da ausência de condições e da falta de políticas habitacionais para as camadas populares, configurando-se como a única possibilidade de acesso ao solo urbano. A “flexibilização” na aplicação da lei, que faz das ocupações ilegais uma forma de acomodar os pobres nas cidades, decorre dessa ausência de políticas habitacionais. Ou seja, a ilegalidade foi, e ainda é, parte constituinte do modelo de desenvolvimento urbano brasileiro; é estruturadora dos processos de produção da cidade (MARICATO, 2000; CALDEIRA, 2000; FERNANDES, 2008).

Em Belo Horizonte não foi diferente. No projeto original, elaborado por Aarão Reis, a cidade foi dividida em três áreas: urbana, suburbana e rural. A área urbana, delimitada pela Avenida 17 de Dezembro (atual Avenida do Contorno), tinha como características principais rígidas exigências urbanísticas, traçado simetricamente definido e ruas largas para favorecer a circulação - o que mostra a influência de Haussmann, engenheiro que projetou Paris. Essa área se destinava aos prédios e espaços públicos e às residências dos funcionários públicos. A outra área, a suburbana, foi pensada para ser uma região residencial de segunda categoria e,

por isso, tinha padrões de urbanização mais flexíveis (COSTA, 1994), enquanto a área rural ficava na periferia da cidade, como uma espécie de “cinturão verde”.

Le Ven (1977) critica o caráter segregacionista desse projeto, que estabeleceu padrões para as construções, critérios para a manutenção da higiene e da salubridade da cidade, bem como buscou determinar quais espaços poderiam ser ocupados pelos diferentes grupos sociais. Essa segregação fica evidente ao observarmos o vazio e a ociosidade de alguns espaços da área central (antes, área urbana) e, em contrapartida, a intensa ocupação das áreas rural e suburbana como possibilidade de acesso à moradia na cidade, uma vez que os lotes dentro dos limites da Avenida do Contorno eram muito caros (COSTA, 1994) e os padrões para construção nessa área eram muito rígidos (AFONSO e AZEVEDO, 1988, p. 113). Essa ocupação desigual e desproporcional pode ser exemplificada por dados de 1912, quando 68% da população de Belo Horizonte vivia nas áreas suburbana e rural, enquanto 12.033 pessoas (32%) viviam na área urbana, projetada para até 30 mil pessoas (LE VEN, 1977).

A trajetória das políticas urbanas, especialmente aquelas relativas à habitação, revela que o Estado lidou com os problemas urbanos de diferentes formas ao longo do tempo. O histórico das políticas nacionais para a habitação<sup>1</sup> revela como os principais programas nacionais tornaram o problema habitacional - uma obrigação do Estado e um direito da população - uma questão de mercado (AZEVEDO; ANDRADE, 1982), com o repasse para o setor privado do protagonismo na produção de habitações a serem financiadas. Tal modelo, baseado na lógica do mercado, fez com que as unidades produzidas sempre fossem concebidas como mercadorias potencialmente rentáveis aos seus proponentes, o que explica o fato de as políticas sempre terem atingido, predominantemente, a classe média e terem atendido aos interesses do empresariado da construção civil. Essa distorção revela a incompatibilidade da finalidade social da política habitacional com o modo empresarial de produção da moradia. Na impossibilidade de conciliação, os interesses dos empresários influenciaram (e até certo ponto determinaram) os investimentos públicos para habitação e o público para o qual eles seriam direcionados, em detrimento da função social da política habitacional (MOTTA, 2011).

---

<sup>1</sup> Ver MOTTA, Luana. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. In. Mapa dos Conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais (Site). Disponível em: [http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt\\_analitico/MOTTA\\_Luana\\_-\\_A\\_questao\\_da\\_habitacao\\_no\\_Brasil.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf).

No que tange a políticas para as favelas, de 1930 a 1970 imperou a lógica da erradicação. Só a partir do final da década de 1970, com o processo de abertura política, a favela passa a ser encarada como questão social e têm início as primeiras políticas e órgãos para implementar infraestrutura nessas áreas, o que sinaliza um reconhecimento do direito de permanência nesses locais (DENALDI, 2009). Há um deslocamento da concepção de erradicação de favelas para a concepção de radicação de favelas, ou seja, manutenção das favelas e seus moradores, viabilizada por políticas de implantação de infraestrutura urbana (JAURI, 2011). No primeiro caso, favelas inteiras eram removidas e destruídas, sendo as famílias indenizadas e/ou reassentadas em vilas operárias ou inseridas no Sistema Nacional de Habitação pelo financiamento de apartamentos em conjuntos habitacionais ou casas populares<sup>2</sup>. Nas políticas pautadas pela radicação, o objetivo não é retirar as favelas, mas mantê-las, buscando reassentar as pessoas removidas das áreas de risco ou trechos de obras na própria favela, na maior parte das vezes em conjuntos habitacionais populares de casas ou apartamentos.

Belo Horizonte é considerada uma das cidades pioneiras na constituição de políticas públicas de reconhecimento da existência da favela e de ações de urbanização a partir de padrões urbanísticos flexibilizados. Em 1983, após anos de luta dos movimentos sociais, foi aprovada a Lei nº 3.532, de 6 de janeiro de 1983, que criou o Programa Municipal de Regularização de Favelas (PRO-FAVELA), com o reconhecimento do direito dos favelados de terem a propriedade de suas moradias, o que representou um grande avanço.

É importante destacar que a forma como as políticas de radicação vão se desenvolver a partir da década 1970 está relacionada ao início das operações urbanas em países subdesenvolvidos propostas pelo Banco Mundial<sup>3</sup>, que se preocupa com a incapacidade desses países de lidarem com o crescimento das cidades (devido ao êxodo rural) e com a pobreza associada a esse fenômeno (ARANTES, 2006). O Banco Mundial passa a reconhecer a urbanização como

---

<sup>2</sup> Como exemplo de estudos sobre processos de remoção de favelas no Brasil, podemos mencionar VALLADARES (1978), AZEVEDO & ANDRADE (1982); MARICATO (1997); BURGOS (1998); SILVA & BARBOSA (2005); MEDINA (1981). Apesar de tratarem das remoções e dos tipos de reassentamentos, os objetivos e temas dos estudos mencionados são, principalmente, questões relativas às políticas habitacionais, suas falhas e ineficiências, bem como as suas consequências negativas para as famílias removidas para os conjuntos habitacionais (altas prestações, distância dos equipamentos públicos, má qualidade dos materiais de construção etc.). A abordagem desta dissertação considera tais discussões, entretanto, pretende acrescentar a elas uma reflexão sobre as experiências de remoção e reassentamento segundo os próprios moradores removidos.

<sup>3</sup> Para uma classificação e análise dos empréstimos e intervenções do Banco Mundial em políticas urbanas, entre 1970 e os anos 2000, ver Ribeiro Filho (2006).

irreversível, consequência do deslocamento da população pobre do campo para as cidades em busca de melhores salários e oportunidades, porém ocupando as periferias e favelas, áreas desprovidas de infraestruturas e serviços urbanos (RIBEIRO FILHO, 2006, p. 128).

Na década de 1970, os projetos financiados pelo Banco Mundial para as cidades caracterizaram-se pela predominância das intervenções físico-territoriais, como é o caso dos *site and services* e *slum upgrading*. Já na década de 1980, o Banco Mundial volta-se para os ajustes estruturais e setoriais, a serem viabilizados pelo desenvolvimento institucional (ajuste fiscal; descentralização; formação de parcerias para difusão de ideias, modelos, conceitos e práticas sobre gestão urbana - PGU; reforma do setor financeiro habitacional; mudança do padrão de financiamento das cidades; cidades financeiramente “autossuficientes”).

A década de 1990 (quando já estava consolidada a concepção de radicação) foi um marco na forma de conceber e elaborar políticas públicas para as favelas. No Brasil, houve uma descentralização das políticas, consequência da reabertura política, da instauração da Assembleia Nacional Constituinte (1988) e também da consolidação do ideário neoliberal, ou seja, “a descentralização não é fortalecida como meio de democratizar ou aumentar a eficácia das políticas públicas, mas de aliviar a situação fiscal e financeira da União” (DENALDI, 2009, p. 105). Nesse processo de descentralização, chamado pelo BM de “reforma intragovernamental”, “as políticas para as favelas são assumidas pelos municípios e, no final dos anos 90, os governos municipais começam a desenvolver programas de urbanização de favelas pautados nas recomendações para que desenvolvam políticas abrangentes de urbanização” (RIBEIRO FILHO, 2006, p. 145). Nesse contexto,

As agências internacionais propõem a ampliação da escala dos projetos (*Upscaling Slum Upgrading*) e o Governo Federal, por meio do programa Habitar Brasil/BID, exige que os municípios elaborem o PEMAS – Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais, e o subprograma DI–Desenvolvimento Institucional, objetivando capacitar o município para estabelecer e implementar uma política habitacional (e de urbanização de favelas) abrangente (DENALDI, 2009, p. 4).

No entanto, os empréstimos internacionais para as políticas urbanas brasileiras, concedidos por agências multilaterais, não são neutros; ao contrário, esse financiamento tem uma agenda afirmativa, pois impõe “diversas ‘condicionalidades’ e pretende modelar um determinado padrão de uso do recurso público e de organização do Estado” (ARANTES, 2006, p. 10).

Instituições financeiras como o Banco Mundial, por exemplo, terminam por condicionar o padrão de gasto público “diretamente, ao estabelecerem o que consideram ou não ‘elegível’ nos projetos financiados, e, indiretamente, ao solicitarem uma reestruturação do órgão ou empresa pública, para assumirem a ‘racionalidade’ de uma empresa privada” (ARANTES, p. 12).

Estabelece-se, então, um modelo determinado de radicação de favelas, uma vez que o não atendimento aos padrões estabelecidos implicava na impossibilidade de captação dos recursos das agências multilaterais e do próprio governo federal.

Em Belo Horizonte, esse processo, em grande medida, determinou a consolidação de políticas para favelas que previam intervenções de tipo estrutural. Em 1993, a Prefeitura Municipal inicia uma experiência piloto na metodologia de intervenções estruturais em três assentamentos (vilas) da cidade: o Programa Alvorada - Ações Integradas para Melhoria da Qualidade de Vida da População de Baixa Renda<sup>4</sup> -, que propõe, como primeiro passo para as intervenções urbanas em áreas degradadas, a elaboração integrada e participativa de “um plano específico para definir e hierarquizar as ações a serem implementadas em cada favela” (BEDE, 2005, p. 181). O Programa Alvorada pode ser considerado o embrião da política de intervenção estruturante, originando, em 1997, o Programa Planos Globais Específicos (PGE) e, posteriormente, o Vila Viva. No mesmo ano do fim do Programa Alvorada, 1996, é aprovado o Plano Diretor da cidade, que exigia a elaboração de um Plano Estratégico de Diretrizes de Intervenções em Vilas e Favelas e Conjuntos Habitacionais de Interesse Social, mais conhecido como Planão<sup>5</sup>, que pode ser considerado o primeiro levantamento feito pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) na perspectiva das intervenções de tipo estrutural (MOTTA, 2009).

---

<sup>4</sup> “O Programa Alvorada – Ações Integradas para Melhoria da Qualidade de Vida da População de Baixa Renda, faz parte de um acordo bilateral entre Brasil e Itália firmado através do Ministério das Relações Exteriores e consolidado em convênio de cooperação técnico – financeira em fevereiro de 1994. Participam do convênio a Associação de Voluntários para o Serviço Internacional – AVSI, representando o Ministério das Relações Exteriores da Itália, o governo do Estado de Minas Gerais, as Prefeituras de Belo Horizonte, Contagem, Santa Luzia, Jacuí e Gouveia, a Sociedade Mineira de Cultura e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. A URBEL é o órgão público gerenciador do Programa Alvorada em Belo Horizonte, sendo que os recursos são provenientes do orçamento municipal e do governo italiano” (BEDE, 2005, p. 187).

<sup>5</sup> “O objetivo do Planão era traçar diretrizes para as intervenções, de modo que os PGEs das vilas e favelas tivessem um quadro institucional que pudesse ser tomado como referência. (...). O Planão tomou forma de um grande quadro de referência para os PGEs de cada vila ou favela” (CONTI, 2004, p. 206).

Em 1997, a PBH instituiu o Plano Global Específico (PGE) como instrumento de política pública para vilas e favelas, tornando-o uma exigência “para aprovação de intervenções financiadas com recursos do OP” (PEREIRA; AFONSO; MAGALHÃES, s.d, p. 3). A partir de então, as comunidades faveladas só podem reivindicar recursos e obras se tiverem um PGE referente à sua vila ou favela. O PGE é uma espécie de Plano Diretor de cada vila ou favela, que tem como objetivo principal a “consolidação dos assentamentos e a superação das fases de intervenção pontuais e desarticuladas” (PEREIRA; AFONSO; MAGALHÃES, s.d, p. 3)<sup>6</sup>.

A origem do Programa Vila Viva está diretamente relacionada ao PGE, pois ele executa as intervenções previstas nesses planos. Ao propor o Vila Viva, a PBH visava captar verbas para a realização das intervenções previstas, uma vez que um dos critérios das agências financiadoras e do Governo Federal para aplicação e liberação de recursos é a existência de projeto e/ou programa que demonstre a capacidade do requerente de gerir e aplicar adequadamente tais recursos. Assim, o projeto do Vila Viva conseguiu captar recursos do Banco Interamericano de desenvolvimento (BID); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Governo Federal; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por intermédio da Caixa Econômica Federal (CEF); e, obviamente, recursos da Prefeitura de Belo Horizonte (MOTTA, 2009). O sucesso na captação de recursos evidencia como o Vila Viva está em perfeita consonância com todo o processo que se iniciou no fim da década de 1990 e que determina um modelo de intervenções em favelas<sup>7</sup>.

É nessa lógica que, no ano 2004, a PBH apresenta o *Programa Vila Viva - Intervenção Estrutural em Assentamentos Precários* como uma solução inovadora e moderna para os problemas das vilas e favelas da cidade. O Programa consiste em um conjunto de ações integradas, direcionadas à urbanização, desenvolvimento social e regularização fundiária de vilas e favelas de Belo Horizonte, visando à promoção de profundas transformações dos núcleos habitacionais onde é implementado (BRANDENBERGER, 2002). Segundo

---

<sup>6</sup> Para uma análise detalhada das características e problemas do PGE, ver MOTTA, 2009.

<sup>7</sup> Belo Horizonte foi a primeira capital a firmar contratos do PAC. “A rapidez com que os recursos federais foram liberados deveu-se ao fato de que Belo Horizonte atendia aos critérios para licitação imediata, que eram a existência de um projeto básico, licença ambiental prévia e regularização fundiária da área. Devido à competência técnica e ao know-how acumulado pela URBEL ao longo de mais de 20 anos de trabalho, a cidade também serviu como referência para o lançamento do PAC-Cidades em junho de 2007” (TONUCCI & AVILA, 2008, p.17).

informações do site da Prefeitura de Belo Horizonte, é o maior programa de urbanização de favelas em curso no país<sup>8</sup>.

Em consonância com as diretrizes do governo federal e das agências internacionais de desenvolvimento, atualmente o Vila Viva é um dos principais exemplos de Programa de urbanização de favelas, pois, além de superar a fase das intervenções pontuais e dos projetos-piloto, opera na lógica que reconhece a favela como ocupação já consolidada e que não deve ser erradicada, mas sim urbanizada.

Parece fora de propósito problematizar o maior programa de urbanização de favelas em curso no país e que, a princípio, atende os anseios dos movimentos favelados de Belo Horizonte, que reivindicam, desde a inauguração da cidade, políticas públicas que se pautassem no reconhecimento do direito à permanência nas favelas e do direito ao acesso a serviços urbanos (sistema de saneamento, energia elétrica, transporte etc.). Mas é justamente essa característica do Vila Viva - o reconhecimento do direito dos moradores de permanecerem na favela e a implementação de ações nessa direção - que merece uma reflexão mais atenta. O que isso significa? Quais os efeitos sobre a vida das pessoas que vivem no lugar? O que se espera dos “beneficiários” desse Programa?

Ainda que a implementação de políticas como o Vila Viva esteja relacionada a reivindicações e lutas históricas, como é o caso das lutas urbanas no Brasil, é preciso observar que, justamente por isso, o controle, as arbitrariedades e a conformação presentes nesse processo podem ser invisibilizados.

A essa altura, cabe esclarecer a especificidade da abordagem deste trabalho em relação às discussões do Planejamento Urbano, uma vez que era de se esperar a utilização dessa literatura num trabalho que reflete sobre uma política urbana. Grande parte da produção crítica dessa área tem se voltado para os processos de exclusão socioespacial que marcam a formação e o desenvolvimento das cidades brasileiras - seja pela falta de acesso ao solo urbano, seja pela ausência ou precariedade de infraestrutura urbana (transporte, saneamento, creches, postos de saúde etc.). A importância dessa discussão é inquestionável, uma vez que a desigualdade e a negação do direito à cidade marcam o processo de constituição do Brasil

---

<sup>8</sup> O pioneirismo do Programa já rendeu prêmios a gestores públicos municipais.

urbano. No entanto, o que me toca e instiga são perguntas como: superamos, de fato, a fase da erradicação de favelas ou superamos apenas a erradicação física das favelas, sendo seus modos de vida e sua estética coisas a serem extirpadas da cidade? Quais as implicações de todo o processo de implementação do Vila Viva na vida das pessoas?

Pensar a cidade pela perspectiva da biopolítica possibilita refletir os processos urbanos de renovação e revitalização, assim como aqueles de expulsão, segregação e deslocamentos compulsórios, para além das explicações calcadas em análises sobre o interesse do capital (seja o capital imobiliário, seja o capital globalizado). É indiscutível que esses são elementos importantes na configuração dos processos relativos às favelas que temos assistido em nossas cidades. Porém, a perspectiva da biopolítica permite analisar como os modelos que norteiam as intervenções no espaço urbano levam a cabo uma concepção de cidade que pressupõe certo modo de vida, mas ao mesmo tempo não ignora o que já existe e está dado. Com isso, não quero dizer apenas que a cidade privilegia intervenções que beneficiarão a classe média e suas necessidades (ainda que isso aconteça, de fato) e que têm a ver com as formas de utilizar os espaços (da casa, da rua, dos lotes vagos), mas que esse modo de vida também tem a ver com uma conduta. Em outras palavras, o potencial da biopolítica para pensar processos urbanos consiste no fato de ela preconizar que o que está em jogo é a produção de sujeitos que sejam capazes de conduzirem a si mesmos segundo certos objetivos. As ações e políticas públicas, por serem sempre destinadas a proporcionar a “qualidade de vida na cidade”, estão autorizadas a causar sofrimento, violentar (não necessariamente no sentido físico, mas também simbólico, por meio da conformação, do ajustamento).

Assim, diferentemente das abordagens características do Planejamento Urbano, que contribuem para pensar e compreender o Vila Viva, por exemplo, a partir de uma perspectiva centrada nos processos estruturais relacionados aos interesses e dinâmicas do capital ou à especulação imobiliária em Belo Horizonte, desejo investigar, de um lado, a relação entre biopolítica e cidade e, de outro, a produção e modulação de subjetividades e desejos por meio dos mecanismos da biopolítica acionados na implementação dessa política urbana.

É importante destacar que a construção dessa perspectiva sobre o Vila Viva e, conseqüentemente, a pertinência do conceito de biopolítica para pensá-lo, teve início na minha monografia, quando analisei, a partir de pesquisa de campo junto aos técnicos sociais

que implementavam o Programa no Aglomerado do Morro das Pedras, as estratégias legais, políticas e discursivas do poder público para implementá-lo e legitimá-lo. Naquele trabalho de campo, me chamaram atenção as concepções sobre as quais o Programa Vila Viva está apoiado, os mecanismos pelos quais ele é implementado, a visão e os discursos construídos a respeito dos moradores da favela e os objetivos e pretensões com relação às transformações e mudanças na vida das pessoas, especialmente daquelas reassentadas nos apartamentos. A análise dessas concepções, mecanismos, visões, discursos e pretensões identificou um modo de pensar e planejar a cidade que se apoia no biopoder; um poder que tem como alvo a vida (enquanto seus processos biológicos) e que tenta normalizar (FOUCAULT, 1988), dizendo como, onde e quando se deve viver cotidianamente.

Na mesma direção, as primeiras experiências na pesquisa de campo para elaboração desta dissertação indicaram que as discussões sobre o conceito de biopolítica seriam bastante profícuas para as reflexões sobre os efeitos do Programa Vila Viva na vida das pessoas que foram removidas e reassentadas nos prédios. É importante destacar, desde já, minha afinidade com a concepção de Bourdieu (2007) de que o objeto de uma pesquisa sociológica não está no mundo para ser capturado, mas é construído.

Assim, minhas experiências no campo levantaram a questão não apenas de como essa política de “inclusão” na cidade tem sido implementada e legitimada, mas, sobretudo, do que ela “pede em troca” aos moradores reassentados em apartamentos para que eles sejam “reconhecidos” como parte da cidade; qual o preço a ser pago para ser e estar incluído; qual tipo de conduta é esperada e produzida; como se dá a combinação entre a produção da adesão dos moradores ao Programa (lidando com e modulando seus desejos) e as ações arbitrárias do processo de remoção.

Na tentativa de desenvolver essa reflexão, o percurso que faço neste trabalho inicia-se pela apresentação do Programa Vila Viva e pela reflexão sobre os mecanismos por meio dos quais ele opera. Nessa direção, discuto como os mecanismos do biopoder operam nas cidades e incidem sobre os processos urbanos, contribuindo para configurar formas de gestão do espaço urbano e da sua população, especialmente em favelas e periferias da cidade. O esforço central nesse primeiro capítulo foi pensar como o Vila Viva combina a garantia de direitos e a melhoria da qualidade de vida e do bem estar com a arbitrariedade e a violência no decurso

das remoções. Para tanto, dialogo com as discussões da biopolítica, pois Agamben (2010) e Foucault (1979a; 1979b; 2008a) “parecem igualmente preocupados pela aparente contradição na concepção do Estado biopolítico: a saber, como um estado cuja função é a de organizar a vida, produz uma categoria de gente que pode ser julgada assassinável” (DAS & POOLE, 2008, p.2, tradução nossa).

Embora a análise realizada no capítulo 1 seja importante para a compreensão da lógica a partir da qual o Programa Vila Viva opera, ela não nos permite perceber como as pessoas vivenciam cotidianamente as mudanças decorrentes dele. Daí, o imperativo de conhecer as histórias das famílias removidas de suas casas e reassentadas em apartamentos para refletir como essa lógica se materializa e é experienciada por elas. Para isso, desenvolvi uma pesquisa de campo no Aglomerado da Serra, que consistiu na realização de 20 entrevistas com moradores (predominantemente mulheres) removidos de suas casas e reassentados nos apartamentos no Aglomerado<sup>9</sup>, por meio da técnica da bola de neve, uma vez que cada morador entrevistado me indicava um ou mais vizinhos ou eu solicitava isso a eles. O objetivo das entrevistas não foi realizar um levantamento quantitativo e exaustivo sobre os reassentamentos nos apartamentos, mas sim conhecer e compreender as experiências da mudança. Por isso, elas tiveram como tema central a trajetória de moradia ao longo da vida desses sujeitos, com ênfase no processo de remoção e reassentamento decorrente do Vila Viva.

A análise dessas entrevistas é apresentada no capítulo 3, mas, antes, apresento as condições de possibilidade da pesquisa de campo. Portanto, no capítulo 2, primeiramente descrevo o Aglomerado da Serra, indicando as principais transformações causadas pelo Programa, a partir da percepção dos moradores removidos. Em seguida, discuto minha inserção no campo, o encontro com um “outro”, que está na cidade mas é profundamente diferente e distante de mim; encontro que provocou em mim sentimentos de medo e vergonha. Nesse sentido, aponto alguns dilemas que se apresentaram durante o trabalho de campo e foram cruciais para a reflexão, revisão e rumos da pesquisa. A exposição desse processo é fundamental para esclarecer os caminhos (com seus percalços e limitações) trilhados para a construção das minhas análises sobre o reassentamento dessas famílias.

---

<sup>9</sup> A única exceção foi uma entrevistada, identificada nesta dissertação com o nome de Dona Joana, que foi removida de sua casa, mas não foi reassentada em apartamento.

Relacionada a esses dilemas, cabe esclarecer a opção por preservar a identidade dos entrevistados, uma vez que, nas entrevistas, eles se referiam a situações e histórias muito íntimas de suas famílias, além de alguns episódios de brigas e discussões com vizinhos, o que poderia comprometê-los de alguma maneira. Por isso, os nomes dos entrevistados que aparecem nessa dissertação são fictícios, bem como os nomes de vizinhos, parentes e amigos mencionados por eles ao longo de seus relatos.

Elucidados os caminhos que percorri na pesquisa de campo e tendo em vista que o sofrimento foi um dos temas centrais e recorrentes nas falas dos moradores reassentados em apartamentos, no capítulo 3, tento refletir como o sofrimento é imposto em nome da “qualidade de vida”, mas, ao mesmo tempo, funciona como uma justificativa e uma autorização para que a vida dos favelados seja exposta a mais sofrimento; é como se o fato de já terem passado por sofrimento muito pior os “habilitasse” a sofrer mais. Mas, apesar de falarem do sofrimento e da saudade, eles afirmavam que estavam felizes no apartamento. Por isso, a questão que se colocou foi: como, mesmo com tanto sofrimento, foi possível conseguir adesão? Na tentativa de compreender essa aparente contradição (que, na realidade, revela a ambiguidade da situação), mobilizei a literatura sobre governamentalidade para discutir a modulação de desejos, o governo das condutas e a consequente produção da adesão à concepção do Programa.

Entretanto, se os entrevistados afirmavam gostar do apartamento e que estavam satisfeitos, mais felizes e realizados, porque falaram tanto de sofrimento e saudade durante entrevistas cujo tema central era o processo de remoção e ida para o apartamento? No capítulo 4, portanto, busco compreender o que isso significa, problematizando: se o sofrimento (e a resignação frente a ele) é um elemento da conduta que esses sujeitos devem ter, o fato de ter se tornado tema central nas entrevistas sobre a ida para o apartamento pode indicar justamente que não há afinamento e conformação perfeitos entre o governo da conduta do outro e o governo de si (os desejos, as vontades etc.). Além disso, elucidado as práticas não previstas pelo planejamento, mas presentes em muitos prédios.

A título de conclusão, teço algumas considerações no sentido de pensar como um poder que coloca como centro a vida, a alma e os desejos do indivíduo apresenta, ao mesmo tempo, e

justamente por essas características, algumas possibilidades, mesmo que provisórias e fugazes, de deslocamentos e escapatórias.

# CAPÍTULO 1

## VILA VIVA: O QUE VAI SIGNIFICAR UMA POLÍTICA URBANA PAUTADA EM UM PODER QUE FAZ VIVER

### 1.1 Uma leitura do Vila Viva a partir da biopolítica

O Programa Vila Viva tem como consequência profundas transformações na vida dos moradores das favelas onde é implementado, conforme veremos nos capítulos 3 e 4 desta dissertação. Entretanto, para refletir como tais mudanças são vivenciadas pelas famílias removidas de suas casas, é importante compreender e identificar os objetivos, a lógica na qual o Programa se apoia e os mecanismos de poder através dos quais é implementado e legitimado. Para tanto, esse capítulo buscará refletir sobre como a estrutura do Vila Viva combinará a garantia de direitos e a melhoria da qualidade de vida com a arbitrariedade e a violência no decurso das remoções.

Segundo dados da URBEL aproximadamente 21% da população de Belo Horizonte (cerca de 500.000 pessoas) vivem em ocupações precárias e irregulares, totalizando 125.000 domicílios, localizados em 209 áreas de ocupação informal reconhecidas como favelas, ocupando cerca de 5% do território municipal (MELO, 2009). É em função desse cenário que a Prefeitura de Belo Horizonte lançou, em 2004, o *Programa Vila Viva - Intervenção Estrutural em Assentamentos Precários*, que consiste em um conjunto de ações integradas, direcionadas à urbanização, desenvolvimento social e regularização fundiária em vilas e favelas de Belo Horizonte. O discurso oficial justifica a implementação do Vila Viva pelo fato de existirem na cidade “áreas extremamente adensadas, desordenadas e desestruturadas” (PEREIRA; AFONSO; MAGALHÃES, s.d, p. 3). Para modificar esse quadro, recuperando e melhorando as moradias já existentes e as condições de vida da população, o programa prevê intervenções abrangentes (segundo as orientações das agências internacionais), que a Prefeitura chama intervenções estruturais.

Em 2007, ao passar a contar com recursos do PAC, que somaram um total de R\$ 465,7 milhões investidos<sup>10</sup>, o Programa foi ampliado. Atualmente, o Vila Viva é o maior programa de urbanização de favelas em curso no país, realizando intervenções nos aglomerados da

---

<sup>10</sup> [http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008/D08A117.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A117.pdf)

Serra (já concluídas), do Morro das Pedras e da Barragem Santa Lúcia, assim como nas vilas Califórnia, São José, Pedreira Prado Lopes e Taquaril. Das sete áreas onde estão sendo realizadas obras do Vila Viva, em três foram abertas e/ou alargadas grandes vias importantes para o trânsito da “cidade formal” (MOTTA, 2009) e, além disso, quatro estão localizadas ao lado de bairros nobres da cidade. Adicionalmente, cabe mencionar que os critérios utilizados pela URBEL para a escolha das vilas e favelas que receberam as obras do Vila Viva não são claros, uma vez que os primeiros locais a receberem o Vila Viva são favelas que possuem, em comparação com outras, melhores equipamentos sociais (saneamento, creches, escolas, postos de saúde etc.), como é o caso do Aglomerado da Serra.

Como vimos, a partir de 1993, começa a se consolidar em Belo Horizonte um modelo de planejamento urbano que prevê intervenções de tipo estrutural, com a pretensão de superar a fase de intervenções isoladas e pontuais em vilas e favelas<sup>11</sup>. Segundo OSTOS (2004 apud MELO, 2009), as intervenções desse tipo têm como pressupostos centrais o entendimento da favela como parte da cidade e não como fenômeno transitório; o reconhecimento de que a favela apresenta padrões precários de habitabilidade, infraestrutura e serviços; a favela como potencial estoque habitacional a ser reformulado a custos baixos, financeiros e sociais, quando comparados à produção de novos assentamentos, podendo atingir padrões urbanos razoáveis; a concepção de que a elevação de padrões urbanos implica eliminar a insalubridade, o risco, o desconforto e a opressão urbana por meio de intervenções reestruturadoras.

Nessa perspectiva, a Prefeitura criou, no fim da década de 1990, o PGE (Plano Global Específico), uma espécie de Plano Diretor de cada favela, que possibilita a criação de “uma base de informações e de referência [...], [para] consolidação dos assentamentos e a superação das fases de intervenção pontuais e desarticuladas” (PEREIRA, AFONSO, MAGALHÃES, s.d, p. 3). O Vila Viva é, então, a implementação das intervenções previstas nos levantamentos do PGE e, sendo uma intervenção de tipo *estrutural*, se caracteriza por ações que não se restringem a atendimentos pontuais ou emergenciais e que exigem um tempo maior para atingir os objetivos esperados (PEREIRA, AFONSO, MAGALHÃES, s.d). Essas

---

<sup>11</sup> Esse modelo de intervenções estruturais não é exclusivo de Belo Horizonte; ao contrário, está inserido em um contexto nacional de modificação da abordagem das questões de planejamento, especialmente nas favelas. No Rio de Janeiro, por exemplo, começa a se delinear, no final da década de 1980, uma política de intervenções em favelas que culminaria, em 1993, no Programa Favela Bairro, que consistia na “realização de obras de urbanização e na prestação de serviços sociais, assim como de iniciativas preliminares de regularização urbanística e fundiária” (BURGOS, 1998, p. 51).

intervenções pretendem efetivar “transformações profundas” nas vilas e favelas de Belo Horizonte,

através da implantação e melhoria de sistema viário, das redes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem, de consolidação geotécnica, de melhorias habitacionais, remoções e reassentamentos, de regularização fundiária até o nível da titulação (inclusive com reparcelamento do solo) e da promoção do desenvolvimento sócio-econômico das comunidades (PEREIRA; AFONSO; MAGALHÃES, s.d, p. 4).

A ênfase dada ao aspecto espacial evidencia como a precariedade da favela é associada à sua forma e à sua estética e não à escassez de recursos investidos na área. Nessa perspectiva, “parece automático associar a melhoria da favela à sua reestruturação, ou alteração da forma que a ordena” (MELO, 2009, p. 124). Assim, a garantia da captação dos recursos e de investimentos intensivos e a longo prazo não significa a problematização da forma das intervenções, que, a priori, já estão definidas como estruturais (MELO, 2009).

As propostas de intervenções do Vila Viva deixam clara uma preocupação com a qualidade do ambiente, relacionada a uma preocupação com os riscos que a ocupação do espaço urbano pode trazer. “Esse pânico urbano é característico desse cuidado, dessa inquietude político-sanitária que se forma à medida que se desenvolve o tecido urbano” (FOUCAULT, 1979a, p. 87), desde meados do século XVIII.

Nos séculos XVIII e XIX, as cidades industrializadas sofreram um rápido crescimento e o fato de agregarem em um só lugar o capital, a mão de obra e uma infraestrutura para a produção fez delas uma ameaça política e sanitária, uma vez que os bairros operários na periferia, ao redor das indústrias, se tornaram lugar ideal para o desenvolvimento de doenças e convulsões sociais (TEIXEIRA & CYRINO, 2003). Essas ameaças demandaram cuidados, que se deram na forma de disciplinamento dos corpos e regulação da população, ou seja, foram definidos o recorte da cidade, as formas das casas, a separação dos cômodos e, por outro lado, medidas de higiene pública e de cuidados com as crianças.

No século XVIII, a saúde e o bem estar físico da população se tornam objetivos privilegiados e centrais do poder político. Constitui-se, assim, a medicina moderna, que, ao contrário do que se poderia supor, é uma medicina social, decorrente do crescimento demográfico na Europa,

que coloca a necessidade de coordenar e integrar os indivíduos ao desenvolvimento do aparelho de produção. Assim, para que o capitalismo pudesse se desenvolver, controlou-se mais do que as consciências; desenvolveu-se um poder que incide sobre os corpos, sobre a vida; um poder que abarcou os corpos individuais (tornando-os mais dóceis enquanto força de trabalho), mas também o corpo da população. “Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, 1979a, p. 80).

A primeira configuração da medicina social foi a Medicina de Estado, desenvolvida na Alemanha no início do século XVIII, que se caracterizou pela “organização de um saber médico estatal, a normalização da profissão médica, a subordinação dos médicos a uma administração central e, finalmente, a integração de vários médicos em uma organização médica estatal” (FOUCAULT, 1979a, p. 84). O segundo tipo foi a Medicina Urbana, que se desenvolveu em meados do século XVIII e tinha como objetivo resolver os novos problemas colocados pelo crescimento das cidades por intermédio da higiene pública, analisando as regiões de amontoados, de confusão e de perigo no espaço urbano; estabelecendo uma boa circulação da água e do ar; estabelecendo as distribuições e sequências (onde colocar os diferentes elementos necessários à vida urbana). O pobre aparece como perigo somente no segundo terço do século XIX, quando se desenvolve a medicina dos pobres, da força de trabalho, do operariado, caracterizada, diferentemente da medicina social da Alemanha e da França, pela preocupação com o controle da saúde do corpo das classes mais pobres, para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas (FOUCAULT, 1979a).

A importância que a medicina, como ciência de controle da população, foi assumindo ao longo dos séculos XVIII e XIX revela o desenvolvimento de mecanismos de poder mais adequados e mais rigorosos: controle, vigilância, análise e intervenções sobre a população, com suas variáveis de números, de repartição espacial ou cronológica, de longevidade e de saúde (FOUCAULT, 1979b). A medicina, portanto, tem um papel político frente às populações, tanto no que se refere às diversas prescrições sobre a doença, como também estabelecendo formas de existência e de comportamento (como se alimentar, se vestir, morar e se reproduzir). E essas prescrições vão se efetivar com a aplicação de medidas de controle, muitas vezes autoritárias, que vão incidir, especialmente, sobre o espaço urbano em geral. “A cidade com suas principais variáveis espaciais aparece como um objeto a medicalizar”

(FOUCAULT, 1979b, p. 201). Delineiam-se, assim, os princípios gerais de um urbanismo sistêmico.

Até hoje vemos como a higiene pública ainda perpassa a lógica de intervenções urbanas, sobretudo aquelas direcionadas aos pobres urbanos das favelas. Assim como no século XVIII, as preocupações e cuidados do Vila Viva com o espaço urbano têm como objetivos analisar as regiões de “amontoados” e de perigo (das quais as favelas são o maior exemplo), estabelecer boas condições ambientais (controle dos esgotos, qualidade da água etc.) e esquadrihar o espaço urbano, estabelecendo onde colocar os diferentes elementos necessários à vida urbana.

Entretanto, o resgate do processo de constituição da medicina moderna feito por Foucault (1979a; 1979b) não se restringe a pensar sobre os mecanismos e efeitos desse saber sobre a cidade, mas evidencia como essa preocupação com a cidade, seus espaços e sua população está inserida em um processo mais amplo de consolidação dos mecanismos do biopoder. Foucault (1999) não analisa esse processo de uma perspectiva da teoria política, mas se interessa pelas transformações e inovações dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder. No cerne dessas novas tecnologias de poder, que caracterizam essa nova configuração do poder soberano, está a vida, seja a do indivíduo-corpo a ser domesticado, seja a da população a ser gerida. A vida se torna o **objetivo** e **objeto** do poder; é nela (e não mais na morte) que ele vai estabelecer seus pontos de fixação.

De acordo com as teorizações foucaultianas, o processo de modificação do poder soberano de causar a morte inicia-se no século XVI. O poder soberano de fazer morrer se torna econômica e politicamente inoperante em uma sociedade que passava por uma explosão demográfica e um processo de industrialização. Assim, a partir da época clássica, o objetivo central do poder soberano passou a ser a incitação, o reforço, o controle, a vigilância, a majoração e a organização das forças submetidas ao soberano, ou seja, desloca-se de um poder de “fazer morrer e deixar viver” para um poder de “fazer viver e deixar morrer”. Essa modificação consistiu uma dupla acomodação do exercício do poder soberano, ou seja, as tecnologias de poder sobre a vida, aquelas do *biopoder*, se desenvolvem em dois polos: de um lado, uma tecnologia que individualiza o corpo e incide sobre ele enquanto organismo dotado de capacidades - a anátomo-política - e, de outro, uma tecnologia que se interessará pelos corpos inseridos nos processos biológicos da espécie - a biopolítica (FOUCAULT, 1979).

A anátomo-política do corpo, constituída a partir do século XVII, está relacionada ao poder disciplinar, que tem como objetivo e alvo o corpo individual como máquina, a ser adestrado e treinado para a extração de suas aptidões e sua força, fazendo crescer sua utilidade e sua docilidade. A tecnologia de poder disciplinar funciona de forma a assegurar “a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância)” (FOUCAULT, 1999, p. 288). A constituição dos mecanismos disciplinares foi a acomodação mais fácil para a soberania, se realizando primeiro “em nível local, em formas intuitivas, empíricas, fracionadas, e no âmbito limitado de instituições como a escola, o hospital, quartel, a oficina etc.” (FOUCAULT, 1999, p. 298).

Se a disciplina “tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos” (FOUCAULT, 1999, p. 289), a nova tecnologia de poder que começa a se constituir em meados do século XVIII vai se voltar para a multiplicidade dos homens, na medida em que constituem uma massa, afetada por processos próprios da vida (o nascimento, a morte, a produção, a doença). Ou seja, essa nova tecnologia de poder, a biopolítica da população, terá como alvo a população, que se torna um problema político e científico. O objetivo é operar por meio de mecanismos globais de equilíbrio, mecanismos regulamentadores para controlar e analisar a população e geri-la por intermédio de estimativas demográficas - taxas de natalidade, longevidade, morbidade, casamentos etc. (FOUCAULT, 1979b).

A biopolítica da população vai lidar com fenômenos que são, no nível individual, aleatórios e imprevisíveis (mortes, doenças, acidentes etc.), mas que, no plano coletivo, apresentam constantes possíveis de serem estabelecidas. Assim, para estabelecer essas séries e taxas, os mecanismos característicos da biopolítica são as previsões, estimativas estatísticas, medições globais, pois não se trata mais de modificar um fenômeno ou um indivíduo (como na disciplina), mas de intervir nas determinações dos fenômenos gerais. O objetivo é estabelecer mecanismos regulamentadores, que vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecendo uma espécie de homeostase na população em geral e instalando mecanismos de previdência (poupança, seguros etc.) em torno desse aleatório que é inerente e interno a uma população de seres vivos (FOUCAULT, 1999). Portanto, os mecanismos regulamentadores da biopolítica da população operam a partir do real, do que está dado. Diferente da disciplina -

que opera no sentido de enquadrar as pessoas num modelo construído em função de um resultado, separando o normal do anormal, a partir da norma -, a regulamentação deduz a norma da normalidade, do comum, da média dos processos internos e inevitáveis da população. Portanto, a biopolítica é uma tecnologia que visa não o treinamento individual, mas o equilíbrio geral, algo como um equilíbrio do conjunto em relação a seus perigos internos. Sintetizando e marcando a diferença entre as técnicas do poder disciplinar e do poder regulamentador, no biopoder

não se trata [...] em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (FOUCAULT, 1999, p. 294).

No que tange à organização dos espaços da cidade, as técnicas regulamentadoras de poder procuram trabalhar com o que está dado, minimizando os aspectos negativos e maximizando os positivos, a fim de fazer com que a cidade cumpra suas funções: oferecer higiene e arejamento (eliminação dos bolsões de doença e lugares apertados e muito adensados); potencializar o comércio interior e exterior (por meio da articulação entre as ruas e dessas com as estradas); organizar a circulação (vigilância do que circula de bom e o que circula de ruim, tanto em relação a pessoas como a mercadorias).

Ao contrário da disciplina, que tenta criar espaços perfeitos para vigilância e eliminar tudo o que há de ruim (o crime, a doença, a peste etc.), a regulamentação faz o controle e a gestão das séries de elementos aleatórios, por meio de uma estimativa das probabilidades. Assim, diferentemente da disciplina, que busca mudar a realidade posta, coagindo, eliminando o que há de indesejável, a segurança atua a partir da realidade, do dado, estabelecendo limites (médias, regularidades) aceitáveis e buscando relacionar esses dados para obter os melhores resultados possíveis.

Porém, Foucault adverte que a maior utilização da tecnologia de poder dos controles reguladores, a partir do século XVIII, não significa o abandono da tecnologia disciplinar. Ao contrário, a biopolítica da população não exclui a técnica disciplinar, mas a integra, a modifica, vai “utilizá-la implementando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia” (FOUCAULT, 1999, p. 289). Não há supressão ou

substituição, o que vai mudar é a técnica de poder dominante e, conseqüentemente, o sistema de correlação (e a configuração que ele vai assumir) entre as técnicas de poder (FOUCAULT, 2008a). E é o fato de operarem em níveis diferentes e por instrumentos distintos que permite às técnicas disciplinares e reguladoras se articularem.

Para elucidar esse cruzamento entre as tecnologias disciplinares e reguladoras, Foucault (1988; 1999; 2008a) examina o problema da disposição espacial da cidade, mais especificamente da cidade operária. “Vê-se muito bem como ela articula, de certo modo perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo [...] por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma em uma casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo)” (FOUCAULT, 1999, p. 299). Ao mesmo tempo, há toda uma série de mecanismos regulamentadores que incidem sobre a população e que induzem a comportamentos de poupança para aquisição da casa própria, implementação de sistemas de seguro, adoção de regras de higiene que garantam uma maior longevidade, pressões sobre a sexualidade. A utilização e a aplicação concomitante desses dois controles - disciplinar e regulamentador - possibilitou uma maior eficiência na normalização dos indivíduos, uma vez que não deixou escapar nada, nem no detalhe (o corpo como organismo, disciplinado pelas instituições), nem no geral (a população como processo biológico, regulamentada e gerida pelo Estado). Com a disciplina e a biopolítica da população, mais do que ter o *poder*, o Estado tem o *direito* (e, no limite, o dever) de intervir para fazer viver e na maneira de viver, no “como” da vida para aumentá-la.

Para tanto, há uma explosão de técnicas para alcançar a subjugação dos corpos e o controle das populações; técnicas que coordenam cuidados médicos, normalizam o comportamento, racionalizam os mecanismos de seguro e repensam o planejamento urbano. “O objetivo é a administração eficaz dos corpos e da gestão calculada da vida através de meios que são científicos e contínuos. É o poder mais alto, cuja função não é mais matar, mas investir a vida por completo” (OKSALA, 2010, p. 37).

No Vila Viva, essa preocupação com a vida, que vai do corpo do indivíduo à população, fica evidente. Por um lado, o Programa parte do que já está dado, ou seja, não retira e elimina fisicamente a favela, mas procura maximizar o que há de positivo e minimizar o que há de ruim, atuando no nível da gestão das taxas da população. Por outro lado, esquadrinha os

espaços da favela, procurando estabelecer a ocupação, indicando e prevendo a localização de tudo (casas, conjuntos habitacionais, parques, equipamentos públicos, vias, redes de água e esgoto etc.). E é nessa articulação entre gerir o que está dado e eliminar o que não é *normal* que podemos entender a arbitrariedade e a violência presentes no processo de implementação do Programa.

Conforme descrito por Motta (2009), o Programa Vila Viva é dividido em três fases:

[...] a primeira é a de planejamento, que nada mais é que a elaboração do próprio PGE. A segunda fase refere-se à execução das intervenções, ou seja, é a fase de implementação do PGE, que é subdividida em quatro partes: 1) elaboração de projetos executivos básicos (detalhamento dos elementos necessários para a execução de uma intervenção ou conjunto de intervenções), 2) execução das obras apontadas no PGE e consolidadas no projeto executivo, 3) execução das ações de acompanhamento social e desenvolvimento comunitário (ações de educação ambiental, capacitação de lideranças e acompanhamento social das obras físicas e da regularização fundiária), e 4) regularização fundiária. A terceira e última etapa do Vila Viva é a do monitoramento, que visa que os moradores se apropriem das obras e novos espaços (p. 38).

Sobre a forma como o Programa se estrutura, é interessante perceber, nas fases de planejamento e monitoramento, a utilização de recursos estatísticos e demográficos, instrumentos privilegiados pelos governos desde o século XVIII e apontados por Foucault (1988; 1999) como formas de saber específicas de uma forma específica de exercício do poder - o biopoder. Na fase do planejamento, além do diagnóstico físico e biótico da área (clima, relevo e geologia, condições hidrológicas, vegetação, fauna), chama atenção a forma como a caracterização e o diagnóstico sobre o *meio antrópico* são realizados. Primeiro é apresentada a proporção da população do Aglomerado com relação à população da cidade, considerando a área ocupada (distribuição populacional no território); depois é apresentada a distribuição da população do Aglomerado entre as vilas que o compõem, seguida da densidade domiciliar, da faixa etária dos moradores (percentual de crianças, jovens, adultos e idosos), do sexo, da renda e da ocupação da população (URBEL, 2004). Alguns desses aspectos são apresentados em mapas, de forma a facilitar a localização e a distribuição espacial dos processos no aglomerado e identificar as intervenções a serem realizadas.

No que concerne à participação dos moradores no processo de planejamento (que se restringe à elaboração do PGE), é interessante perceber como ela ilustra as técnicas de governo

utilizadas a partir do século XVIII (FOUCAULT, 2008a), quando a relação entre governantes e governados não está mais apoiada na proibição, na negação pela lei. No caso dos PGE, a lei 8137/2000 prevê a participação da população local em todas as etapas da elaboração, permitindo alterações em caso de parecer favorável da URBEL e aprovação por decreto; mais do que prever a participação, essa lei define os mecanismos e a forma como ela deverá acontecer. Para isso, em cada vila ou favela é constituído um Grupo de Referência (GR), composto, basicamente, pelas lideranças locais, formais e informais. O pressuposto aqui é que há um grupo mais apto e preparado para fornecer e obter informações. Assim, o governo não precisa dizer não à participação, mas permite que ela aconteça de maneira a garantir a implantação de certos projetos e a regulação da população.

“Apesar de seus méritos quanto ao reconhecimento da necessidade de um investimento maciço nas favelas, de partida, a proposta de reestruturação desconsidera a forma da ocupação e a arquitetura das favelas, suas práticas cotidianas e políticas do espaço” (MELO, 2009, p. 124). A população do lugar pode participar, mas não tem a possibilidade de decidir sobre a estrutura do projeto, uma vez que a condicionante de uma intervenção estrutural define a estratégia geral da intervenção.

Esse formato de participação está inserido em um contexto mais amplo, do início da década de 1990, em que a noção de governança ganha destaque e passa a ser uma exigência de agências internacionais como o BID e o FMI. De acordo com Zhouri (2008), governança remete à ideia de gestão realizada a partir de um consenso que abstrai a dimensão das relações de poder presentes nos processos sociais. A participação se reduz a um controle negociado e uma das consequências da consolidação desse modelo é o processo de institucionalização e profissionalização dos canais de comunicação entre sociedade civil e poder público, que favoreceram a inserção institucional dos movimentos sociais (FELTRAN, 2010). Ainda segundo o mesmo autor,

[...] aqueles movimentos sociais de outrora, desde os anos 1990 já inscritos subalternamente no sistema de “participação” das políticas sociais, viram seu vetor de mediação entre periferia e Estado invertido. Ao invés de produzirem mediação ascendente de demandas das favelas e bairros populares ao espaço público, passaram a mediar, sobretudo, o influxo descendente de decisões estatais para as populações desses territórios, tomadas agora não mais como “sujeitos políticos”, mas como “público-alvo” da ação estatal (p. 50).

Se o morador é público-alvo, “o consenso está estabelecido previamente, as decisões já estão tomadas” (MELO, 2009, p. 142). A fala de uma moradora do Aglomerado da Serra sobre como ficou sabendo da implementação do Vila Viva em sua comunidade exemplifica a falta de participação da comunidade no processo:

Para nós que moramos aqui, cada dia do Vila Viva era uma surpresa porque em momento nenhum nós sabíamos o que ia ser feito e o que estava sendo feito e até o que foi feito para chegar naquilo ali. Começaram a obra da avenida [do Cardoso], em momento nenhum, nenhum, nenhum a população sabia qual seria o traçado dessa avenida... em momento nenhum nós sabíamos. Até o dia em que eles chegavam na sua casa e falavam... falavam não, eles escreviam um número vermelho no seu portão, aí você sabia que você ia ser removida. Ou então eles te convocavam para uma reunião e te davam o prazo de três meses para sair, mas aí, no dia seguinte, já tinha o número na sua parede, para você procurar uma casa, um lugar, porque você ia ser removida<sup>12</sup> (Carla, cerca de 30 anos, moradora do Aglomerado da Serra desde que nasceu).

Apesar de o Vila Viva operar em uma lógica que reconhece que a favela não deve mais ser erradicada e prevê a participação da comunidade (o que remete aos mecanismos regulamentadores da biopolítica), a forma como o planejamento das intervenções se dá, o formato da participação que restringe as possibilidades de os moradores interferirem e se apropriarem do projeto<sup>13</sup> revelam como a arbitrariedade e a violência também vão marcar o processo de implementação do Programa, especialmente para aquelas famílias removidas de suas casas.

É na segunda fase, a execução das obras, que a dinâmica da vida cotidiana dos moradores começa a ser alterada. Para cada setor onde serão realizadas intervenções, a empresa de engenharia elabora, a partir das propostas do PGE, o projeto de execução - que consiste no detalhamento dos elementos necessários à execução das obras por setor -, indicando também as remoções necessárias. Esse projeto é entregue à equipe técnica social, que inicia o trabalho social de remoção das famílias (comunicação da remoção, apresentação das opções de

---

<sup>12</sup> Trecho de fala retirado do documentário “Uma avenida no meu quintal”, do Programa Pólos de Cidadania da UFMG, dirigido por Frederico Triani e Samira Motta. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=rlxKVtikzPw>. Acesso em: 15/05/2012

<sup>13</sup> Outro problema do PGE é que a linguagem utilizada privilegia a utilização de termos e conhecimentos técnicos e específicos. A descrição das características físicas (solo, topografia, hidrografia etc.), por exemplo, é extremamente complexa e carregada de termos técnicos. A linguagem técnica, além de ser um obstáculo à compreensão daqueles que não a dominam, é uma limitação simbólica, pois o formato técnico desqualifica e deslegitima outros projetos, visões e formas de expressá-los (ZHOURI, 2008).

indenização, acompanhamento da mudança etc.). Assim, quem e o que será removido e o prazo para que isso ocorra é definido a partir de projetos e critérios de engenharia, ou seja, depois de definida a intervenção que deve ser feita é que é verificado o que precisará ser removido (MOTTA, 2009).

As obras relacionadas ao sistema viário, por exemplo, implicam o alargamento de vias já existentes (becos são transformados em ruas e avenidas), abertura de vias (criação de ruas e avenidas). Alterações semelhantes acontecem em decorrência das intervenções de saneamento básico (canalização de esgoto, construção de redes coletoras e de abastecimento de água), que, devido ao cercamento de córregos e à destruição de algumas “pontes”, implicam no fechamento de alguns acessos; obras de criação de parques (locais destinados à preservação ou utilização coletiva) também isolam áreas antes utilizadas para passagem, lazer ou alguma atividade econômica (hortas, plantas medicinais etc.).

Mas, sem dúvida, um dos principais impactos causados pelo Vila Viva é a remoção de famílias, uma vez que algumas sairão do Aglomerado e outras serão reassentadas em prédios no próprio local, mas, geralmente distantes de vizinhos anteriores e de familiares e em um espaço completamente distinto. As remoções de famílias ocorrem por dois motivos: retirada de área de risco geológico (deslizamento de terra, enchente, desabamento) ou retirada de trecho de obra, caso em que também estão inseridas as famílias vítimas de danos indiretos causados pelas obras (rachaduras, trincas, abalo de estrutura do imóvel etc.). Em ambos os casos, as áreas de remoção já estão definidas no PGE, sendo feito ajustes e acertos no projeto executivo de cada área que receberá intervenção.

No projeto executivo são indicadas quais famílias serão removidas para que suas casas sejam demolidas e as obras executadas. A partir dessas informações, é iniciada a *selagem*, que é a identificação das casas a serem removidas com um número pintado na fachada ou no muro. A partir desse momento, a casa do morador se torna, para a URBEL, um número; e sempre que precisar entrar em contato com o escritório do Vila Viva para esclarecimentos o morador deve se referir à sua casa pelo número do selo (MOTTA, 2009). A selagem da casa permite o *congelamento* da área (termo utilizado pelos técnicos), estratégia para evitar intervenções dos moradores nas áreas a serem removidas e para possibilitar a contagem dos domicílios a serem removidos.

## Fotos 1 e 2: Identificação com selo das casas a serem demolidas



Fonte: <http://piseagrama.org/artigo/686/vila-viva-desentendimentos/> Acesso em: 23/01/2013

Uma vez selada a casa, não há mais como reverter a situação de remoção. Na maior parte dos casos em que há resistência quanto à remoção, a URBEL tenta negociar com o proprietário, buscando convencê-lo dos benefícios que as obras trarão e as possibilidades de indenização. Caso o morador insista em permanecer em sua casa, a Prefeitura o desapropria com a expedição de um decreto, declarando a área em questão como de utilidade pública, o que permite que a polícia o retire caso ainda haja resistência. Por ser um deslocamento compulsório, esse processo é marcado por uma mudança profunda e rápida no modo de vida dos moradores removidos, pois o tempo e a dinâmica dos deslocamentos são determinados pelas necessidades das obras.

No que se refere à indenização, segundo as informações oficiais, as opções dadas às famílias removidas são três: 1) indenização pelas benfeitorias realizadas na casa, que consiste na avaliação da qualidade dos materiais utilizados na construção, mas ignora a localização do terreno e o tamanho da casa (o que deixa o valor da indenização muito baixo); 2) compra de uma casa pela prefeitura, à escolha da família, no valor de até R\$ 30.000,00, o que implicaria na saída da favela para alguma área da região metropolitana afastada do centro, pois com esse valor não é possível comprar uma casa em Belo Horizonte; 3) um apartamento na favela de origem, construído no âmbito do Programa Vila Viva. Cabe destacar que, nas entrevistas com moradores removidos no Aglomerado da Serra, quando perguntei sobre o processo de remoção, quase todos afirmaram que lhes foram oferecidas duas opções de indenização: a indenização por benfeitorias e o apartamento; poucos mencionaram a opção da compra de uma casa no valor de R\$ 30.000,00 pela Prefeitura.

Apesar de existirem três opções para indenização, os critérios utilizados para estabelecê-las têm implicações que acabam por restringir a possibilidade de escolha dos moradores. O reassentamento autônomo (indenização em dinheiro), ao considerar só as benfeitorias, deixa as indenizações muito baixas. Além disso, o processo de avaliação desconsidera toda a história e que o que existia ali era um lar, reduzindo a casa ao material que a compõe.

Uma moradora descreve como foi a avaliação da sua casa que seria removida:

[...] viu que estava tudo dividido, olhou, mediu tudo: se tinha parede, se tinha muro, eles contavam isso tudo, tudo, todos os detalhes, se a casa era bem acabada, os pilares da casa, a quantidade de material que você gastou. E através disso que te falava, te dava “olha, sua casa tem valor X”. Não te obrigava a pegar o dinheiro. Por exemplo, se eu quisesse os 12 mil [valor das benfeitorias da casa], eles iam me dar os 12 mil (Marisa, cerca de 45 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 40 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental).

Temos, então, um processo marcado pela violência, uma vez que desvincula a casa de seus sentidos, de seus laços, de seu conteúdo; a expressão “a casa será *removida*”, tão difundida entre técnicos e moradores, revela a naturalização e a institucionalização de um processo violento (VALÊNCIO, 2010). A lógica do poder público contém uma violência que não se inicia no ato de remoção em si, mas antes, quando o discurso sobre os moradores como sendo ‘removíveis’ “adquire força, legitimidade e *status* de verdade, invisibilizando o arbítrio alheio sobre o seu próprio destino” (VALÊNCIO, 2010, p. 7).

Os técnicos, no acompanhamento dos moradores removidos, utilizam, sem se darem conta do conteúdo moral que perpassa tal postura, um discurso científico/técnico como forma de contraposição às práticas culturais dos moradores, geralmente classificadas como irracionais, ignorantes (SIENA, 2010). Desse modo, a lógica na qual eles operam “superficializa e esvazia as práticas sociais, destituindo-as de seu sentido” (VARGAS, 2006, p. 29); associam aos moradores imagens de carência de informação e, sobretudo, de formação, tentando, dessa forma, anular as suas formas autônomas de agir e de pensar (MOTTA, 2009).

Portanto, “[...] o planejamento da nova organização do espaço trabalha como condensador de uma mudança social, cujo vetor era a oferta de melhorias e serviços de que [...] não dispunham” (REBOUÇAS, 2000, p. 73). Assim, os moradores removidos são vistos como beneficiários, ideia que expressa a visão de que o novo espaço dos apartamentos é melhor do

que o antigo, o que desqualifica o modo e a condição de vida em barracos e casas e pressupõe que os moradores devem aceitar tais mudanças como melhorias.

Uma moradora removida de sua casa devido à criação de uma área de preservação ambiental relata a insistência dos técnicos para que ela escolhesse ser reassentada em um apartamento:

Eles [funcionários da URBEL] foram bem antes. Inclusive eu ia mudar mês de... eu ia mudar mês de setembro, eles foram antes, numerou a casa, sabe? E falou assim “olha, a senhora procura uma casa para senhora comprar, a gente vai indenizar a senhora ou a senhora quer ir pro predinho?”. Eu falei assim: “para o predinho eu não vou, não”. Aí eles começaram a me pirraçar. “Para o predinho eu não vou, não.”. Aí me levou num prédio lá não sei onde, lá no São João, me levou em outro, “eu não quero, já falei com vocês que eu não quero, eu quero é **casa**, eu sou acostumada com casa, eu sou da roça” (Dona Joana, cerca de 70 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental).

Para os técnicos, os moradores, ao serem removidos, perdem algumas coisas às quais eram apegados - o quintal, as relações de vizinhança e o ponto comercial - para ganhar outras mais importantes - a limpeza, a salubridade, a legalidade, um espaço organizado e ordenado em termos do aglomerado e da própria moradia. O pressuposto é que a precariedade da favela está associada à sua forma, ao seu padrão de ocupação e de apropriação dos espaços e não à falta de investimento de recursos, decorrentes de uma desigualdade social (MELO, 2009).

Portanto, as justificativas e objetivos do Vila Viva de tornar o espaço da favela melhor e inseri-la no contexto urbano formal pela implantação de redes de esgoto, da abertura e alargamento de via, da coleta de lixo regular são expressões dessa lógica de melhorar a qualidade de vida na cidade e maximizar a circulação, os fluxos positivos, que passa tanto pelas intervenções no espaço como pelas transformações no modo de vida das pessoas; modos de vida inadequados e, por isso, perigosos, característica que legitima as intervenções normalizadoras. O trecho a seguir, reproduzido do Relatório de Controle Ambiental (RCA) do Vila Viva no Aglomerado da Serra, ilustra essa concepção:

Acredita-se que somente com base em uma realidade concreta, as ações poderão viabilizar-se e vir a atender aos anseios e expectativas daqueles que serão seus beneficiários em primeira instância. [...] Assim, toda a cidade sairá ganhando, pois o objetivo de eliminar a destituição, ou pelo menos, abrandá-la, *incorporando os destituídos aos circuitos regulares da vida social*, deve fazer parte de um compromisso social, uma obrigação coletiva

mais ampla com a realização de uma cidadania ativa e de uma sociedade humanizada. Dessa maneira, todos poderão viver numa cidade melhor, com um planejamento mais eficaz, pois os bolsões de miséria, hoje encravados pela cidade de Belo Horizonte, aguçam os conflitos de classe, arranhando a segurança mútua e tornando a vida na cidade mais ameaçadora (URBEL, 2004, p. 21 grifos nossos).

A ideia é de que a favela oferece riscos à cidade e, por isso, precisa ser modificada. Se em primeira instância os moradores serão os *beneficiários* (ideia que desqualifica o modo e a condição de vida existente no local e pressupõe que os moradores devam aceitar tais mudanças como melhorias, uma vez que o novo espaço a ser efetivado parte de um projeto de cidade oposto ao que existe na favela e, por isso, melhor), toda a cidade lucrará quando os *destituídos* forem incorporados à regularidade da vida social.

Essa percepção de que a população pobre, devido aos perigos que oferece, precisa, ao mesmo tempo, ser ajudada e controlada justifica uma intervenção maciça nos segmentos precários e indesejados da sociedade, com vista a ajudar os sujeitos na construção de seus próprios projetos de vida para que se tornem cidadãos integrados na ordem social e moral dominante.

É como se o poder político desaparecesse e fosse substituído pelo poder meramente administrativo e econômico, que age a partir de complexas técnicas biopolíticas para tornar a vida mais longa e feliz. “Não há decisões políticas ou debates possíveis quando os objetivos do biopoder são unânimes e os seus meios científicos” (OKSALA, 2010, p.43). A vida entra na política e passa a ser o centro de tudo o que se reivindicava, ao mesmo tempo em que passa a ser o objeto de investimento do poder soberano. Como afirma Foucault,

[...] as forças que resistem [ao biopoder] se apóiam exatamente naquilo sobre o que ele investe - isto é, na vida e no homem enquanto ser vivo. [...] o que é reivindicado e serve de objeto é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível (FOUCAULT, 1979, p. 136).

O biopoder, portanto, é um poder que ameaça menos com a violência e a coerção direta, mas é mais efetivo na maneira de controlar e dirigir a vida das pessoas. “A eficácia do biopoder está precisamente no fato de que ele explicitamente se abstém de matar e, em vez disso, se fundamenta na verdade científica e nas metas de bem-estar e os cuidados da população” (OKSALA, 2010, p. 38).

## 1.2 Como um poder que “faz viver” pode ser arbitrário?

Os objetivos do Vila Viva, bem como a forma como está estruturado, evidenciam como os mecanismos e a lógica do biopoder - a preocupação com a vida, seu fomento, o aumento da sua qualidade, do bem estar - estão presentes no Programa. Entretanto, refletir sobre como o biopoder perpassa o Vila Viva também implica problematizar como essa preocupação com a vida se combina com arbitrariedade e, no limite, com a violência.

Dizer que passamos de um poder que faz morrer para um poder que faz viver não significa que os mecanismos do biopoder sejam não-violentos. “O velho direito soberano de tirar a vida ou deixar viver não foi substituído, mas foi bastante complementado com um novo direito de fazer viver e deixar morrer” (OKSALA, 2010, p. 38).

O biopoder é, assim, claramente capaz de utilizar violência, mas apenas sob condições muito específicas e restritas por limites definidos. A violência que ele usa tem que ser escondida ou chamada de outra coisa, pois apresenta um problema na racionalidade da biopolítica, o objetivo explícito que é a otimização e melhoria de vida (OKSALA, 2010, p. 38).

Assim, a violência e a arbitrariedade só são possíveis em nome e em defesa da qualidade de vida, do bem estar da população. Só é possível e legítimo objetificar a casa, chamar os moradores de *removidos*, selar suas casas, congelar a área, decretar a área de utilidade pública se o objetivo final for aumentar a qualidade de vida, melhorar os espaços da cidade e se o fundamento para essas ações forem, segundo Foucault (1979) e Oksala (2010), a eficiência política, a gestão profissional e o conhecimento especializado. É assim que podemos explicar como nós compartilhamos, voluntariamente, da disciplina profunda e violenta e da medicalização da vida que caracteriza as sociedades modernas e suas formas específicas de violência biopolítica (OKSALA, 2010, p. 42). É nessa direção que Duarte (2008) chama a nossa atenção:

[...] ali onde nosso sentido comum nos levaria a louvar o caráter humanitário de intervenções políticas que visam incentivar, proteger, estimular e administrar o regime e as condições vitais da população, [que podemos descobrir] a contrapartida sangrenta desta nova obsessão do poder pelo cuidado purificador da vida (DUARTE, 2008, p. 4).

Na tentativa de compreender como essa preocupação do poder com a vida culminou numa violência sem precedentes no Ocidente, Agamben (2010) estabelece um diálogo com o conceito foucaultiano de biopolítica:

É como se, a partir de um certo ponto, todo evento político decisivo tivesse sempre uma dupla face: os espaços, as liberdades e os direitos que os indivíduos adquirem no seu conflito com os poderes centrais simultaneamente preparam, cada vez, uma tácita porém crescente inscrição de suas vidas na ordem estatal oferecendo assim uma nova e mais temível instância ao poder soberano do qual desejariam libertar-se. ‘O direito à vida’ – escreveu Foucault [...] – ‘ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o direito de resgatar, além de todas as opressões e alienações, aquilo que se é e tudo o que se pode ser, este direito tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos estes novos procedimentos de poder’ (AGAMBEN, 2010, p. 118).

Como vimos, Foucault identificou a virada do século XVII para o XVIII com o momento histórico em que a vida se torna o objeto e o objetivo da política e, conseqüentemente, a gestão da população sobressai-se, mas sem substituir a soberania (e o direito de fazer morrer). Ou seja, a modernidade é o lugar e o momento em que “a vida irrompe diretamente nos mecanismos e dispositivos do governo dos homens” (ESPOSITO, 2010, p. 50). Portanto, “o conceito de biopoder [na perspectiva foucaultiana] não é trans-histórico ou metafórico, mas baseado em uma análise histórica e genealógica” (RABINOW & ROSE, 2006).

A seu turno, Agamben (2010) sugere que a vida é o objeto e o fundamento originário da política ocidental desde os gregos e não uma especificidade da política moderna, conforme indica Foucault. Por isso, sugere:

A tese foucaultina deverá, então, ser corrigida, ou pelo menos, integrada no sentido de que aquilo que caracteriza a política moderna não é tanto a inclusão da *zoé* na *polis*, em si antíguíssima, nem simplesmente o fato de que a vida como tal venha a ser um objeto eminente dos cálculos e das previsões do poder estatal; decisivo é, sobretudo, o fato de que, lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua, situado originalmente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato entram em uma zona de irredutível indistinção (AGAMBEN, 2010, p. 16).

Os esforços de Agamben, então, serão para mostrar que a *biopolítica* sempre esteve no centro do poder soberano; o Estado moderno teria apenas reconduzido à luz o vínculo secreto que une o poder à vida.

Em vez de definir a política através de um foco na vida, que é reconhecida como justa e boa - a forma de vida própria da comunidade humana - ele [Agamben] se concentra no outro lado dessa dicotomia fundamental: na vida nua, as formas de vida que, de uma forma ou de outra não conseguem alcançar o que se entende como a vida verdadeiramente humana. Ele quer mostrar que a nossa concepção do político não é constituída apenas pela idéia de uma comunidade inclusiva de seres capazes de moralidade, auto-reflexividade e linguagem, mas pela exclusão da vida que é indigna da política. [...] Soberania, portanto, não pode ser pensada como uma formação política historicamente específica contemporânea dos Estados nacionais modernos. Tem que pertencer essencialmente e originalmente à nossa compreensão da política (OKSALA, 2010, p. 34, tradução nossa).

Agamben, portanto, faz uma análise ontológica da política e não uma análise histórica. Consequentemente, se, para Foucault, em sociedades onde os mecanismos do biopoder operam, não há violência soberana originária - porque a violência de Estado deve ser entendida como um conjunto de práticas específicas relacionadas com a formação de um poder historicamente contingente -, para Agamben, a violência é constituinte e fundacional do poder soberano na política ocidental e, na modernidade, essa característica teria sido levada ao extremo (revelando esse vínculo que estaria oculto).

Uma das principais críticas às discussões de Agamben sobre a biopolítica refere-se, justamente, ao fato de o autor utilizar noções de forma a-histórica e, por isso, não nos permite analisar as tensões teóricas, as lutas políticas e as transformações históricas do poder soberano, ou seja, ele opera com uma concepção de história uniforme e unidirecional (OKSALA, 2010). Sua definição abrangente e abstrata de soberania, por exemplo, nos impede de pensar o poder sobre a vida para além dos domínios do Estado. Na análise foucaultiana, diferentemente, o biopoder não é o poder político do soberano, porque ele não é redutível ao poder de um órgão soberano democraticamente eleito; ele penetra tal poder político, mas é essencialmente o poder de peritos da vida, experts e administradores.

Outra crítica às discussões de Agamben sobre a biopolítica refere-se ao fato de que, ao interpretar a “biopolítica contemporânea como política de um Estado modelado pelo Soberano” (RABINOW & ROSE, 2006, p. 35), sua análise torna-se interessante para pensar os absolutismos do século XX, mas não oferece ferramentas para pensar as racionalidades e tecnologias associadas à biopolítica (RABINOW & ROSE, 2006).

A despeito dessas críticas, as discussões de Agamben auxiliam na reflexão sobre a violência que marca o processo de implementação do Vila Viva, sobretudo seu conceito de *estado de exceção*.

Para Agamben (2010), sempre há uma zona excluída do direito, um espaço livre e juridicamente vazio no qual o poder soberano não reconhece mais os limites fixados pelo ordenamento; uma zona identificada com o estado de natureza, na qual tudo é lícito; esse é o estado de exceção. A *relação de exceção* seria a relação extrema que só pode incluir alguma coisa pela sua exclusão. No caso da exceção soberana (estabelecida pelo poder soberano), ela não se limita a distinguir o que está dentro e o que está fora, o normal e o caos; ela traça um limiar: o estado de exceção. Por isso, a norma “se aplica à exceção desaplicando-se”.

Mas esse estado de exceção não seria o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta, justamente, da suspensão da ordem (GIL, 2007). Conseqüentemente, “o que era pressuposto como externo (estado de natureza) ressurgiu no interior (como estado de exceção), e o poder soberano passa a representar justamente esta impossibilidade de discernir externo e interno, natureza e exceção [...]” (AGAMBEN, 2010, p. 43).

Se na época clássica o soberano tinha apenas de identificar quem estava dentro e quem estava fora do ordenamento, sem que o próprio limiar do ordenamento fosse jamais posto em questão, hoje o estado de exceção tende a se tornar a regra (AGAMBEN, 2010). O estado de exceção como regra significa que o ponto em que o poder de vida se transforma em poder de morte não é mais fixo, podendo sempre ser deslocado para zonas mais amplas da vida social, e é isso que vivenciamos na modernidade ocidental. O espaço “juridicamente vazio” do estado de exceção vem se expandindo e tende “agora por toda parte a coincidir com o ordenamento normal, no qual tudo se torna assim novamente possível” (AGAMBEN, 2010, p. 44). Nessa perspectiva, o campo de concentração, além de ser o resultado desse processo, teria se tornado o paradigma das ações dos governos do Estado moderno, a matriz da biopolítica moderna (GIL, 2007). Ter o campo de concentração como paradigma político da modernidade significa, na concepção de Agamben (2010), a constante possibilidade do exercício do poder de morte em nome da defesa do poder de vida, porque o poder soberano se transforma cada vez mais em uma máquina letal.

Dean (2010) sugere que, se não entendermos o estado de exceção como uma explicação do presente (como Agamben, ao sugerir que o campo de concentração tornou o paradigma político na modernidade ocidental), essa noção oferece interessantes possibilidades. Ele entende o estado de exceção como um diagrama, “uma forma de tornar um domínio visível, o que pode ser um espaço físico ou um domínio de problemas e eventos” (DEAN, 2010, p. 466), sem necessariamente ter validade política ou direcionalidade. Assim, afirma:

Alternativamente, poderíamos procurar entender o estado de exceção como um componente das racionalidades, imaginação e contestação do poder em nosso presente. Na sua forma mais simples, a exceção é um "diagrama" do poder que pode autorizar e justificar a implantação de medidas de segurança estendida, poderes de polícia, intervenções militares, técnicas específicas em prisões, detenção e tratamento de populações suspeitas, além de ser implantado em caso de catástrofes naturais (DEAN, 2010, p. 466).

Nessa perspectiva, dialogando com as proposições de Agamben (2010), é possível pensar que, se o primeiro movimento do excepcionalismo é o de identificar as condições de emergência que suspenderam a lei, um segundo movimento pode ser criar um "novo normal". Assim,

[...] pode-se dizer que ao invés de um estado de exceção ter se tornado a norma, a decisão sobre as exceções pressupõe uma decisão sobre o que é normal e que a existência da exceção ressignifica a idéia de normalidade. Por isso, o evento excepcional - suas ramificações e a contingência radical que engendra - entra na decisão do que constitui o que Schmitt chamou o "quadro normal e cotidiano da vida" (DEAN, 2010, p. 465, tradução nossa).

No idioma da exceção, a eventualidade está, portanto, ligada a uma resposta considerada necessária, como um estado temporário de emergência. E a visão e os discursos sobre as periferias e favelas brasileiras são perpassados pela ideia de que, nesses lugares, é preciso suspender o ordenamento para lidar com essa situação excepcional. Nesse sentido, Agamben sugere que as periferias das cidades seriam um exemplo da exposição permanente da vida para ser politizada e incluída no ordenamento sempre por exclusão, ou seja, esses locais são um estado de exceção permanente.

Aqui, é preciso evidenciar que, ao falarmos de periferias e favelas das grandes cidades brasileiras, sobretudo a partir da década de 1990, uma das questões centrais que emerge é o crescimento da violência. Souza (2008) argumenta que a preocupação com a segurança pública sempre acompanhou o fenômeno urbano ao longo da história, mas o que assistimos hoje, no Brasil, especialmente com relação às grandes metrópoles, é o medo se tornar fator

condicionante e estruturante das relações sociais na cidade. A isso o autor denominou *fobópole*, ou seja,

[...] cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil [...] (SOUZA, 2008, p. 9).

O atual discurso sobre as populações das favelas é marcado pela noção de risco, em um duplo sentido. Por um lado, o risco refere-se ao crescimento da violência, que se configura como uma ameaça à população em geral (SOUZA, 2008; CALDEIRA, 2000); por outro, o risco influencia a forma de pensar a condição de pobreza dos sujeitos que vivem nas periferias, expressa em termos como “vulnerabilidade social” ou “risco social”. Ou seja, “a população ‘em risco’ é também uma população ‘de risco’, que ameaça, que contagia, segundo uma lógica caracterizada, por um lado, por ‘discursos sobre direitos e *empowerment* e, por outro, por ‘discursos sobre o contágio e o controle’” (BRAZZABENI & PUSSETTI, 2011, p. 8).

Essa ideia ambivalente sobre a população pobre revela a possibilidade de se estabelecer a conexão entre *ajuda* (assistência) e *controle* (violência), uma vez que a ameaça de violência oferecida por essas populações é associada à situação de risco e vulnerabilidade social na qual se encontram. Tal perspectiva tem conformado as ações do Estado, que se orientam no sentido de combinar o incentivo a uma maior inserção e realização pessoal (*empowerment*) das faixas *vulneráveis* da população com (e para) a promoção de uma maximização das ações de controle e arbitrariedade (BRAZZABENI & PUSSETTI, 2011).

No caso do Vila Viva, reconhecer o direito de permanência na favela significou, justamente, a possibilidade de controlar a vida dos favelados, considerados vulneráveis e *em risco*. Isso indica que superamos a concepção de erradicação física das favelas, mas não a de erradicação do modo de vida na favela e da estética favelada. Nessa direção, Mitjavila (2002) afirma que, em nome dos riscos, sejam eles geológicos, sociais, de saúde etc., “os árbitros da vida social podem justificar intervenções dirigidas a vigiar, orientar, controlar, julgar e, ainda, punir os indivíduos e os setores de população que não conseguem construir - ou que opõem resistência à construção de - ‘estilos de vida saudáveis ou corretos’” (p. 139). Estabelece-se, assim, uma dinâmica urbana que exige forças políticas institucionalizadas, caracterizadas pela violência e

pelo controle social sobre o espaço da cidade, para realizar um “extermínio social homeopático dos que ocupam o solo urbano em desajuste às exigências do mercado” (VALÊNCIO, 2010). No âmbito de políticas tão autoritárias, não há espaço para a alteridade, apenas para a ‘remoção de pessoas’ e para a morte social de certos grupos (VALÊNCIO, 2010).

É nesse sentido que a biopolítica está bastante próxima do bem-estar, da saúde pública e da normalização. A política de bem-estar, ao se preocupar com a prosperidade dos indivíduos, pode intervir não só em suas condições de vida, mas no seu modo de viver (GIL, 2007). E, assim, se coloca a contradição da democracia moderna, mais especialmente nos dias atuais: ao se apresentar como reivindicação e liberação da *zoé*, procurando transformar a vida nua em forma de vida (bios), submete a própria vida; por trás do reconhecimento dos direitos e das liberdades formais está a vida nua, matável (AGAMBEN, 2010), normalizável (FOUCAULT, 1988).

O Estado, em nome da defesa da vida (que, no caso em questão, é a qualidade de vida, a salubridade, a segurança da propriedade), fica autorizado a ser violento e arbitrário. Seguindo as discussões sobre biopolítica, matar, aqui, não se reduz a tirar a vida biológica, como nas guerras étnicas; a expansão da possibilidade de decidir sobre a morte tem a ver tanto com a morte direta quanto com a indireta: “expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 1999, p. 306) significa eliminar um modo de vida - a estética da favela - que é um perigo, uma ameaça ao bom funcionamento da população da cidade e da própria cidade. Assim,

[...] as populações ou os indivíduos ‘em excesso’ que todavia permanecem dentro dos confins dos Estados, necessitam de ser ‘alojados’ ou, mantendo a metáfora baumaniana, ‘reciclados’, de forma a que a sua anômala estranheza e exclusão sejam rapidamente reintegradas através dos ‘cuidados’ e da reabilitação (BRAZZABENI & PUSSETTI, 2011, p. 8).

No caso do Vila Viva, que tem como centro as intervenções físicas, há a crença e o desejo de que a criação de um novo espaço possa gerar uma nova ordem social que seja reflexo desse novo espaço. Parece que a pretensão é realizar um projeto civilizatório que opera a partir da ideia de que a produção de novos espaços com referência em outros padrões possa transformar e melhorar as relações sociais e o padrão de vida da população local

(REBOUÇAS, 2000). Mas, em se tratando de espaços e populações de risco, ou seja, de um lugar e um contexto *excepcional*, a arbitrariedade e a violência que marcam a forma como essa transformação vai se dar são legitimadas, figuram como uma espécie de mal necessário.

Se até este ponto, busquei analisar a lógica na qual o Vila Viva se apoia e orienta suas ações, tentarei, mais adiante, analisar como a implementação do Programa é vivenciada e percebida pelos moradores, especificamente aqueles que foram retirados de suas casas e reassentados em apartamentos construídos no próprio Aglomerado da Serra. Mas, antes, no próximo capítulo, apresento as condições de possibilidade da pesquisa de campo, da qual emergiram questões cruciais para a definição dos rumos desta dissertação.

## CAPÍTULO 2

### ENCONTRANDO O “OUTRO” NO AGLOMERADO DA SERRA

*E quem vem de outro sonho feliz de cidade  
Aprende depressa a chama-te de realidade  
Porque és o avesso do avesso, do avesso,  
do avesso*

- Sampa, Caetano Veloso -

#### 2.1 A favela da Serra: um Aglomerado ou várias vilas vizinhas?

Meu problema inicial de pesquisa era compreender, a partir das práticas e experiências dos moradores reassentados, no âmbito do Programa Vila Viva, em prédios no próprio Aglomerado, como o corpo experimentava cotidianamente o espaço, sendo, portanto, *locus* de memória da experiência dos e nos espaços<sup>14</sup>. Tendo em vista a forma de vida dos moradores antes das remoções, essa observação não poderia desconsiderar como se dava a relação e/ou o imbricamento entre o que foi planejado pelo poder público (os objetivos do Programa Vila Viva e a forma como foi implementado) e a vivência corporal nesse novo espaço de moradia - os apartamentos -, tendo em vista as relações de poder e os possíveis conflitos e resistências delas decorrentes.

Diante desse objetivo, a estratégia metodológica mais apropriada seria uma etnografia, a ser realizada durante um período em que eu residiria na casa de uma família em algum Aglomerado onde o Vila Viva fazia intervenções, podendo, assim, acompanhar de forma mais sistemática a utilização do espaço da casa, a relação do corpo com esse espaço, os problemas, as relações com os técnicos e o que estava sendo revisto no planejamento da própria família; teria possibilidade de compreender a relação entre o corpo, a memória e o espaço após a implementação do Vila Viva. Igualmente, só poderia refletir sobre as tensões e relações de poder entre os planejadores e os moradores que perpassam essas experiências no novo espaço de moradia se acompanhasse *in locu* como esse processo acontece.

---

<sup>14</sup> Uma interessante análise sobre as diferenças entre os espaços das casas demolidas e dos apartamentos onde as famílias foram reassentadas pode ser encontrada em MELO (2009).

Apesar do objetivo da pesquisa ter mudado e, conseqüentemente, a estratégia metodológica (como explicarei adiante, a metodologia utilizada foram entrevistas e não uma etnografia), foi essa proposta inicial que definiu os critérios para escolha do local onde se daria a pesquisa. Na favela a ser pesquisada, as intervenções do Vila Viva já deveriam estar mais consolidadas e, conseqüentemente, as mudanças e as novas estratégias delineadas pelos moradores para viverem no apartamento também. Por isso, pesquisar o Aglomerado da Serra, onde as intervenções do Vila Viva tiveram início em 2004, se mostrou a melhor alternativa. Além disso, havia outra especificidade que me fez decidir realizar a pesquisa ali: a abrangência do Vila Viva no local, em função do grande número de famílias removidas e reassentadas nos prédios, bem como o tamanho dos conjuntos de prédios.

**Figura 1:** Mapa de Belo Horizonte com localização do Aglomerado da Serra



**FONTE:** <http://www.pbh.gov.br/smsa/montapagina.php?pagina=distritos/index.html> Acesso em: 04/06/2012. Adaptado pela autora.

O Aglomerado da Serra está situado na região centro-sul de Belo Horizonte, sendo a maior parte do seu território inserida “dentro dos limites da Administração Regional Centro-Sul da Prefeitura de Belo Horizonte, estando o restante sob a jurisdição da Administração Regional Leste” (MELO, 2009, p. 111). É o maior aglomerado da cidade (com área de 150,93 hectares)

e soma uma população de aproximadamente 50.000 moradores, distribuída em 13.462 moradias, segundo informações da PBH<sup>15</sup>.

O Aglomerado da Serra é vizinho imediato dos bairros Serra, Paraíso, São Lucas, Novo São Lucas e Santa Efigênia, além da área de Preservação Ambiental da Serra do Curral (ao sul da área de preservação fica o Parque das Mangabeiras e, a nordeste, a mata do Hospital da Baleia) (MELO, 2009).

Quanto à origem, 50% dos chefes de família que residem no local são da própria Capital, sendo que grande parte dos demais vieram de outras regiões do estado, principalmente de Governador Valadares e cidades da região (Aimorés, Caratinga etc.), do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas Gerais. O Aglomerado iniciou-se na Vila Nossa Senhora da Conceição, que recebeu seus primeiros moradores há cerca de 80 anos. Desde então, as outras vilas foram se constituindo: a Vila Nossa Senhora de Fátima tem mais de 60 anos; a Nossa Senhora Aparecida tem aproximadamente 50 anos; a Marçola teve início há aproximadamente 40 anos; a Nossa Senhora Santana do Cafezal consolidou-se há 30 anos; a Novo São Lucas, ocupação mais recente do Aglomerado da Serra, teve seu processo de assentamento iniciado em 1990 (DAM, 2000).

Segundo relato de uma moradora, que chegou ao Aglomerado da Serra no início da década de 1980, naquela época havia poucas casas e muitas áreas vazias:

Quando eu vim pra aqui, aqui podia contar as casas que tinha. Nem maderite não era, porque naquele tempo não existia maderite; era painel, era uns quadrados que a gente comprava, tinha um moço que fazia (ele já até morreu há bastante tempo), ele fazia, cada oito quadrados dava um cômodo. Ai era assim... Ali no Cafezal [Vila do Aglomerado] era quase tudo mato, pra cima, aqui para o lado de cima, bem lá em cima tinha três casas. Aqui na [Rua] Flor de Maio, nem Flor de Maio não era, era Beco da Meia, famoso Beco da Meia, tinha uma, duas... tinha cinco casas mais antiga, que essas ai já tinha, aquele trilho mesmo, sabe? A gente passava, tinha que ser um atrás do outro, senão... ou então, se um fosse, se fosse um e outro vindo, um tinha que encostar bem na parede, no barranco para o outro passar, passar assim, sabe? (Dona Joana, cerca de 70 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais

---

<sup>15</sup> No site da Prefeitura de Belo Horizonte não são apresentados o ano e a fonte desses números. Segundo informações baseadas no censo de 2010, o Aglomerado da Serra totaliza uma população de 38.200 moradores, número inferior ao indicado no PGE do Aglomerado da Serra, do ano 2000, o qual apresenta dados do censo de 1996, no qual a população do Aglomerado é de 36.974. Uma explicação essa diferença pode ser a região que foi considerada no censo de 2010 como parte do Aglomerado da Serra.

de 30 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental)

Segundo informações do PGE e o relato dos moradores, as primeiras casas de alvenaria começaram a ser construídas no fim da década de 1970 e início da década de 1980. Devido à falta de qualquer infraestrutura em várias regiões do Aglomerado, as mulheres, até o início da década de 1990, tinham que buscar água nas “cachoeiras”, bicas de água para onde desciam todos os dias, por volta das 5 horas da manhã, para lavar a roupa e pegar água nas bacias. O deslocamento também era motivado pela necessidade de comprar alimentos, especialmente pão e leite, uma vez que os carros dos comerciantes não conseguiam acessar diversos pontos do Aglomerado e, portanto, havia pouquíssimos estabelecimentos comerciais. O relato de uma moradora sobre a necessidade de deslocamento dentro do aglomerado antigamente, exemplifica as referências espaciais:

A gente cozinhava na lata, a gente não tinha é... um gás pra vir aqui, a gente tinha que ir lá embaixo, onde que eles falam que é o ponto, aqui embaixo, aqui, buscar gás, buscar leite, buscar pão. Não tinha luz, não tinha água, não tinha nada. A gente ia lá atrás - lá onde que a URBEL fez os primeiros predinhos? -, que é o Canão que eles falam, para lavar roupa. Ai tinha que juntar os menino tudo, sair de madrugada para poder conseguir lavar roupa, era uma dificuldade (Edna, cerca de 55 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 40 anos, removida de sua casa devido a danos causados por obras do Vila Viva).

As primeiras instalações de rede de abastecimento de água e de luz aconteceram na década de 1980, sendo esses serviços ampliados apenas nos anos de 1990.

Quanto às referências espaciais, atualmente, segundo definição oficial da Prefeitura, o Aglomerado da Serra é constituído pelas vilas Marçola, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Novo São Lucas e Santana do Cafezal. Entretanto, essa divisão em vilas, feita pelos planejadores urbanos, não é reconhecida ou significativa para os moradores, que têm referências próprias para a divisão das áreas do Aglomerado, como explica uma moradora:

Aqui onde eu moro eles chamam de Vila Nossa Senhora de Fátima; aqui ao lado esquerdo tem a Vila Marçola; em frente aqui tem a Cafezal; à direita da Nossa senhora de Fátima está a Vila Fazendinha; depois tem a Vila Conceição... Na verdade, essas divisões pra gente elas não existem: é Rua da Água, Arara, é Del Rey, Pau Comeu, é... Cafezal. Então, assim, a gente se

refere a esses lugares com esses nomes que nós conhecemos<sup>16</sup> (Carla, cerca de 30 anos, moradora do Aglomerado da Serra desde que nasceu).

Antes de iniciar minha pesquisa de campo e durante as primeiras idas ao Aglomerado da Serra, eu pensava que essas divisões faziam sentido para os moradores. Nas primeiras entrevistas, eu perguntava onde eles moravam e eles me respondiam que era no Aglomerado da Serra ou falavam o nome de algum lugar específico (Pocinho, Terceira Água, Rua da Água), que não era o nome de nenhuma das vilas. Foi ao longo das visitas que eu consegui associar as referências espaciais dos moradores às divisões oficiais e identificar os locais aos quais eles se referiam.

**Foto 3: Local conhecido como Primeira Água, hoje cercado e com acesso proibido**



**Fonte:** Luana Dias Motta

---

<sup>16</sup> Trecho de fala retirado do documentário “Uma avenida no meu quintal”, do *Programa Pólos de Cidadania*, da UFMG, dirigido por Frederico Triani e Samira Motta. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=rlxKVtikzPw>. Acesso em: 25/04/2012.

Em uma das visitas ao Aglomerado, juntamente com essa mesma moradora, eu perguntei a ela o que e onde era “primeira água” e “segunda água”, expressão usada por muitos moradores quando queriam indicar a localização de algo no Aglomerado. Ela me explicou que essas “águas” são as quedas d’água ao longo da Rua Nossa Senhora de Fátima, nas quais, até o final dos anos 1980, as pessoas iam lavar roupa e buscar água para levar para casa, uma vez que não havia água encanada. Além disso, eram locais onde as crianças tomavam banho de cachoeira e brincavam, ou seja, as referências espaciais tinham relação com o uso cotidiano do espaço do Aglomerado.

Por um lado, essa divisão oficial do Aglomerado, indicando que ele se estende da região do Bairro Serra ao Bairro Santa Efigênia, é bastante abstrata para os moradores, que têm outras referências espaciais. Por outro lado, pude notar que as referências espaciais locais apareciam de forma mais forte e natural nas falas dos moradores da parte onde se iniciou a formação do Aglomerado, próxima ao Bairro Serra. Surpreendeu-me bastante como a região do Aglomerado mais próxima do Bairro Santa Efigênia (Região Leste) e a parte mais próxima do Bairro Serra (Região sul) tinham pouca ou nenhuma conexão; quem morava mais próximo do Bairro Santa Efigênia praticamente não circulava na região próxima ao Bairro Serra e vice-versa.

Essa desconexão entre as duas regiões também pode ser notada nas entrevistas. Os moradores da parte mais antiga, quando perguntados sobre a história do Aglomerado, fossem pessoas mais velhas ou mais jovens, contaram sobre as mudanças, as melhorias ao longo dos anos, a expansão do Aglomerado etc., ao passo que os moradores da ocupação mais recente não sabiam falar da história do lugar e pareciam não ter um sentimento de pertencimento como os outros. Com efeito, alguns moradores da região de ocupação mais antiga afirmaram que a parte recém-ocupada era diferente, que eles, por estarem lá há menos tempo, ainda não tinham se fixado, “criado raízes”.

Tomar conhecimento disso foi importante para que eu entendesse que a forma como as intervenções do Vila Viva eram percebidas dependia, dentre várias outras questões, do local onde a pessoa morava antes do reassentamento. Quando eu perguntava para os moradores sobre as principais mudanças que o Vila Viva trouxe para comunidade, além das remoções, muitos não sabiam me dizer ou me diziam apenas o que havia acontecido na área onde ficava

sua casa e nos arredores mais próximos. No que tange ao processo de remoção e reassentamento nos apartamentos, pude perceber que as experiências e percepções sobre o Vila Viva também estavam relacionadas ao lugar de origem da pessoa (no Aglomerado) e para qual conjunto de prédios ela foi removida<sup>17</sup>.

Ao contrário do que eu supunha, a maior parte dos moradores não souberam dizer das intervenções e das consequências do Vila Viva para a comunidade. Na verdade, o desconhecimento a respeito do Programa, percebido nos relatos, se referia, inclusive, ao seu início. Alguns moradores removidos de suas casas relataram que, no início dos anos 2000, especialmente depois das fortes chuvas no ano de 2002, ouviram rumores que algumas áreas seriam completamente removidas, mas que a comunicação oficial só ocorria quando a família já estava na eminência de ser removida.

A maior parte dos moradores com os quais tive a oportunidade de conversar afirma que não tinha conhecimento do Programa, das obras previstas, de quem seria removido, dos prazos etc. Muitos disseram que foram informados sobre as obras apenas quando a casa foi selada para a realização da avaliação e posterior remoção. O depoimento de uma moradora elucida a falta de participação no processo:

Esse projeto a gente não viu, sabe? A gente não viu. Quem aqui falar que viu, tá mentindo, porque ninguém viu. Eles já foram chegando com o trator e tirando todo mundo, indenizando... como quem diz: “É um monte de cachorro, a gente manda pra qualquer lugar”, sabe? O negócio foi esse (Dona Joana, cerca de 70 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental).

Devido à falta de conhecimento sobre o projeto, “Com o início das obras do Programa Vila Viva criou-se, entre a população da Comunidade da Serra, um clima misto de euforia e incerteza. Euforia por acreditar que a vida local melhoraria e incerteza devido ao desconhecimento do que seria feito” (SILVA, 2011, p. 26).

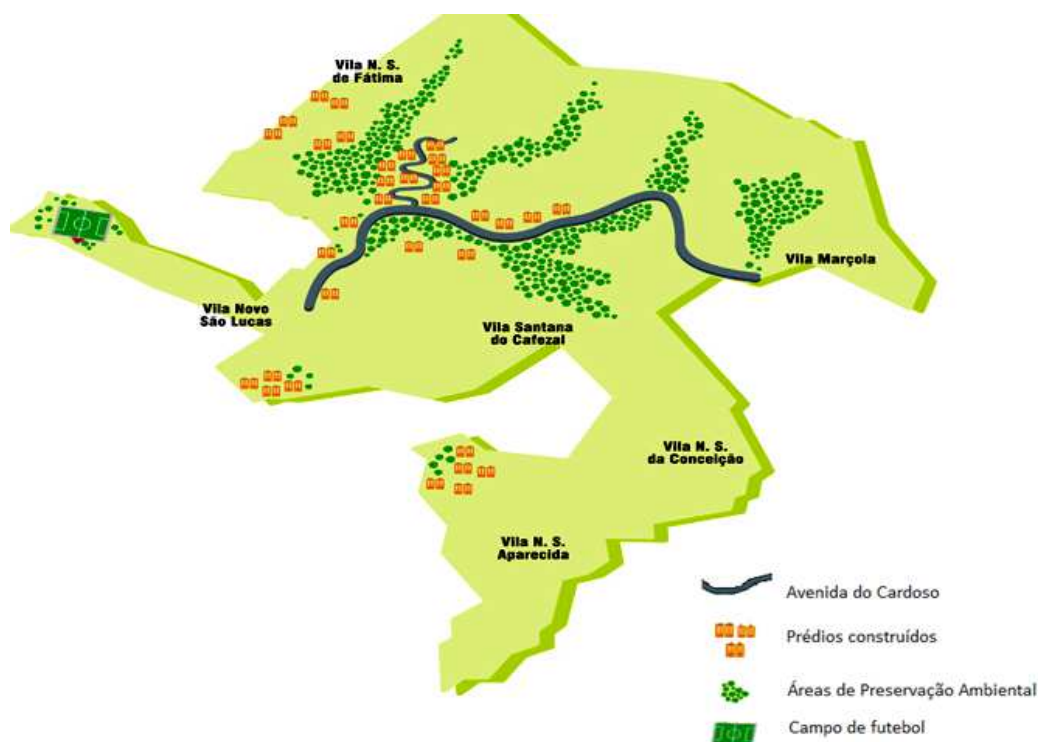
Segundo informações da PBH, além de ações de desenvolvimento comunitário e promoção social, o leque de intervenções no local compreende “saneamento, remoção de famílias de

---

<sup>17</sup> No capítulo 3 serão apresentados e analisados os relatos dos moradores sobre as etapas da experiência de remoção.

áreas de risco, reestruturação do sistema viário, implantação de parques e equipamentos para esporte e lazer, construção de unidades habitacionais e urbanização de becos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2011), bem como o desadensamento de algumas áreas do Aglomerado com remoção preferencial na regional Leste (MELO, 2009). As principais intervenções previstas para esse Aglomerado se referiam a alterações no sistema viário, implantações de parque e áreas de preservação ambiental (remoções de áreas de risco) e construção de unidades habitacionais verticais (cerca de 1000 unidades habitacionais, distribuídas em 10 conjuntos, onde serão reassentadas as famílias removidas em função das obras ou aquelas retiradas de áreas de risco).

**Figura 2:** Croqui das principais intervenções do Vila Viva no Aglomerado da Serra



**Fonte:** <http://bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Imprensa/Vila%20Viva%20Serra>. Acesso em: 20/10/12. Adaptado pela autora.

De todas as intervenções implementadas, a mais conhecida e mencionada pelos moradores foi a Avenida do Cardoso<sup>18</sup>. De fato, é uma avenida de grandes proporções, com 1.635 metros de

<sup>18</sup> Segundo Melo (2009), dos recursos destinados ao Vila Viva no Aglomerado da Serra, 60% foram destinados às obras de abertura da Avenida do Cardoso. Sobre a percepção que os moradores têm da Avenida do Cardoso,

extensão e duas pistas de rolamento de 16 metros de largura, ligando as regiões leste e sul, que dividiu o Aglomerado ao meio, como é possível observar na figura acima. Todavia, muitos moradores disseram que a avenida não teve grande utilidade, com exceção do acesso ao ônibus, que teve seu ponto final transferido para o local.

Os moradores que possuem carro ou moto afirmam que a avenida teve utilidade, mas que atendeu mais às pessoas que querem se deslocar da região sul (próximo ao Bairro Serra) para a região leste (próximo ao Bairro Santa Efigênia). O relato de uma moradora do Aglomerado que mora em frente à Avenida do Cardoso é emblemático da percepção dos moradores sobre o Vila Viva:

Ah, eu acho que mudou só mesmo as ruas; o resto não mudou nada, não. Só mesmo, como é que eles falam... a vista, né? Só isso. Não mudou mais nada não. [...] Acho que é a mesma coisa, não teve melhoria nenhuma. A única melhoria que eles fizeram aqui que é o ponto de ônibus aqui do lado, que não vinha, que a rua era muito apertada. E essa UMEI [Unidade Municipal de Educação Infantil] que eles estão fazendo aqui agora, mas a gente não vai... a gente até já desanimou, que não vai conseguir vaga [...] é difícil demais conseguir vaga nas UMEI aqui perto. Então... bem dizer, não mudou em nada mesmo (Fátima, cerca de 50 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 40 anos, removida de sua casa sob alegação da URBEL de estar em área de risco).

A fala dessa moradora, assim como a percepção de outros moradores sobre o Vila Viva e também o desconhecimento sobre as ações do Programa me surpreenderam, porque, para quem é de *fora*, o Programa parece ser uma intervenção radical, especialmente no que se refere a mudanças sociais. Mas pude perceber que, em termos de políticas públicas, as famílias do Aglomerado ainda avaliam como precários os serviços de saúde e de educação.

Outra surpresa que tive ao iniciar a pesquisa de campo (por volta de março de 2012) foi o fato de não estarem mais ocorrendo intervenções no âmbito do Vila Viva no Aglomerado da Serra. Os moradores disseram que já não havia mais obras nem assistência alguma da Prefeitura. Fato que eu desconhecia. Entretanto, alguns moradores diziam que havia boatos sobre novas intervenções para o Aglomerado, mas não sabiam precisar o que seria e quando aconteceria. Por volta de outubro de 2012, tomei conhecimento que estão previstas novas obras para o

---

sugiro o documentário “Uma avenida no meu quintal”, do *Programa Pólos de Cidadania*, da UFMG, dirigido por Frederico Triani e Samira Motta. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=r1xKVtikzPw> . Acesso em: 10/02/2012.

Aglomerado e que seriam uma continuação das intervenções do Vila Viva (que não teria realizado todas as propostas do PGE), agora sob o nome de PAC 2. Algumas audiências públicas foram realizadas no Aglomerado da Serra para informar à população o que será realizado e não para discutir com a comunidade as intervenções previstas. Nessa nova etapa, estão previstas novas remoções e a forma como o processo tem sido conduzido se assemelha às primeiras intervenções<sup>19</sup>.

## 2.2 Não foi tão difícil encontrar o “outro” em minha própria cidade

Iniciei minha pesquisa com o objetivo de observar e compreender o cotidiano das famílias reassentadas em apartamentos, tendo em vista a relação entre corpo e espaço frente às metas dos planejadores urbanos; esse era o meu problema de pesquisa. Minha inserção no campo se deu a partir do contato com um morador do Aglomerado da Serra, apresentado por uma amiga, ao qual expliquei minha pesquisa e solicitei alguns contatos. Esse morador não conseguiu nenhum contato com moradores de apartamentos, mas sugeriu que eu procurasse o Núcleo do *Programa Pólos de Cidadania*, da UFMG, que tem ações junto aos moradores e poderia intermediar meus contatos com eles<sup>20</sup>. De fato, por intermédio do *Pólos* obtive o telefone de dois moradores, com os quais, após agendamento de visitas, entrei em contato para fazer a apresentação da minha pesquisa e falar da possibilidade de iniciar minhas idas diárias a suas respectivas casas. A ideia era que essas visitas possibilitassem uma aproximação com os moradores, bem como a construção de uma relação de confiança mínima, que tornaria possível que eu fosse morar temporariamente lá.

No primeiro contato com integrantes do *Programa Pólos* para indicações de moradores com os quais eu pudesse entrar em contato, fui convidada para assistir à sessão de um

---

<sup>19</sup> Na busca por informações, explicações técnicas, justificativas para as intervenções em favelas e a forma como elas têm se dado, alguns moradores do Aglomerado da Serra têm se articulado com moradores de outras localidades onde tem sido implementado o Vila Viva. Entretanto não foi possível obter mais informações sobre essa articulação, bem como sobre suas ações e desdobramentos.

<sup>20</sup> O *Programa Pólos de Cidadania*, da Faculdade de Direito da UFMG, começou, em 1995, como um grupo de estudos e logo encontrou espaço de atuação como projeto de ensino, pesquisa e extensão universitária. Desenvolvendo metodologias apoiadas na técnica de pesquisa/ação - o que inclui a definição de ações após pesquisas e diagnósticos -, o *Pólos de Cidadania* envolve equipes das áreas de direito, sociologia, comunicação, economia, psicologia, arquitetura, administração, serviço social e artes cênicas. O Programa contempla projetos distintos, sempre interligados, e que atendem a populações com demandas diferenciadas. O mais antigo dos projetos é o do Núcleo de Mediação e Cidadania, que tem sedes em vários aglomerados de Belo Horizonte, dentre eles o da Serra, onde os técnicos e estudantes recebem demandas dos moradores relativas a conflitos entre vizinhos e familiares (como pensão alimentícia) e a informações sobre acesso a serviços públicos e direitos (como e onde ingressar com pedido de aposentadoria, procedimentos para realizar inventários, etc).

documentário sobre o Vila Viva que seria exibido na comunidade; o objetivo era mostrar para os moradores que concederam entrevistas o produto final e colher as autorizações para que suas imagens fossem utilizadas. Aceitei prontamente o convite.

O filme seria exibido em uma escola do Aglomerado a partir das 15 horas. Encontrei-me com a equipe do *Pólos* no centro da cidade e seguimos de carro para o Aglomerado. Estavam presentes cerca de oito moradores, dos quais seis apareciam no filme, um era acompanhante e um era uma liderança da comunidade. Antes de iniciar a exibição do vídeo, foi explicado que ele era uma espécie de desdobramento de uma pesquisa que o *Pólos* havia realizado sobre o Vila Viva, em parceria com Frederico, o diretor do documentário. Eu não fui apresentada como uma pesquisadora. Alguns moradores fizeram algumas críticas ao Vila Viva, dizendo que não estavam cumprindo o que havia planejado, que os parques criados estavam abandonados, que áreas com infraestrutura muito precária não estavam sendo beneficiadas pelo Programa e que os moradores estavam sendo desrespeitados pelos técnicos que estavam implementando o Programa. Era um desabafo, uma denúncia informal do que estavam vivendo.

Antes e durante a exibição do filme, uma senhora que estava sentada ao meu lado fez diversos comentários sobre a história da sua remoção. Quando os escombros de sua antiga casa foram mostrados no vídeo ela se emocionou muito, ficou bastante nervosa. Eu pude ver o sofrimento de uma senhora de mais de 70 anos por ter de deixar sua casa; ela falava sobre as árvores (as bananeiras, os pés de figo) e os animais que criava (gato, pato).

Ao final da exibição do vídeo, me apresentei para a Dona Joana e disse que estava fazendo uma pesquisa sobre o Vila Viva e perguntei se poderíamos agendar um dia para eu ir à casa dela para conversarmos. Ela disse que sim e que seria um prazer me receber. Marcamos a visita para a semana seguinte e foi durante uma manhã que conversamos na nova casa dela. Apesar da Dona Joana não ter ido para um apartamento, julguei que uma conversa com ela poderia ser interessante para perceber como se deu o processo de remoção e também as razões que a levaram a optar pela indenização em dinheiro e depois comprar uma casa no próprio Aglomerado.

Ao mesmo tempo em que achei que seria interessante conversar com Dona Joana, me preocupei com o fato de o tema da entrevista ser justamente a saída da casa dela, lembrança que a emocionava muito e causava muito tristeza. A entrevista com Dona Joana foi surpreendente, não só pela forte emoção e pela forte tristeza com relação à casa que ela teve de deixar, mas também pelo que ela contou da história da sua vida. Ela veio de Governador Valadares com os dois filhos pequenos e viveu “tudo de ruim”, conforme as palavras dela:

Aqui [em Belo Horizonte] eu dormi debaixo de marquise com meus filhos, aqui eu catei papel para sobreviver, eu catei **lavagem** para vender. Eu não tenho vergonha nenhuma de falar, porque eu acho que vergonha é você roubar... [pausa] Nó, passei tudo que vocês pensarem de ruim, de ruim eu passei com os meus filhos. [...] Aí, na rua, eu conheci um povo do [bairro] Mangabeiras, aí eles me deram umas madeiras, aí eu arrumei uma arezinha, aí comprei essa área e junquei um biombozinho; não tinha telha, não tinha nada, aí eu arrumei essa lona preta e cobri; quando dava um vento aquele trem subia lá em cima [movimento com as mãos]; quando chovia eu não dormia. Cama também não tinha. (Dona Joana, cerca de 70 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental)

Logo que se mudou para a Serra, entre 1983 e 1984, para esse barraco que havia construído, Dona Joana conseguiu um emprego de gari, profissão que exerceu por mais de 20 anos, até 2008, quando teve de se aposentar por questões de saúde, depois de ter ficado 90 dias em coma. Ao longo de sua vida como gari ela construiu sua casa; segundo ela, foi com cada rua que varreu que ela conseguiu fazer e melhorar sua casa:

Lá eu consegui fazer dezesseis cômodos, fora os dois banheiros. Dois andares, tudo cerâmica, tudo terminado, tudo bonitinho. Ai a URBEL se engraçou... eu acho que esses prefeitos não podem ver ninguém bem, sabe? Aí, foi tirar as casas da gente. (Dona Joana, cerca de 70 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental).

No projeto de intervenções do Vila Viva, onde era a casa de Dona Joana estava prevista uma área de preservação ambiental por causa de uma mina de água; por isso ela foi removida de sua casa. Ao lembrar-se da sua casa, Dona Joana se emocionou muito:

Até hoje eu não posso subir lá em cima [onde era a antiga casa]. Eu fico olhando meus pés de banana lá, os pés de limão, eu passo na rua assim e vejo os pés de limão. Aí eu... [silêncio e choro]. Não, é porque eu lembro da luta que eu tive ali, sabe? E ter que deixar tudo assim, sabe? Tinha bananeira ali que eu trazia muda da rua, plantava... pé de figo, dava cada figo desse

tamanho assim, ficou tudo lá. (Dona Joana, cerca de 70 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental).

O sofrimento de Dona Joana era por ter saído da casa onde toda a sua história de vida estava materializada, onde seus filhos foram criados e onde grande parte dos salários que recebeu durante a vida foram investidos.

Além do contato com Dona Joana, havia conseguido, também através do *Pólos*, o contato de outras duas senhoras. Quando tentei falar com elas, uma estava viajando e só voltaria três meses depois e a outra me pediu para retornar a ligação depois do período das festas de fim de ano e das férias de janeiro. Então, no início de fevereiro, eu voltei a contatar uma dessas senhoras, Dona Márcia, mas somente no final do mesmo mês consegui agendar uma visita à casa dela.

No contato telefônico, Dona Márcia me disse que estava de mudança por causa de problemas com os vizinhos, que brigavam muito e causavam muitos problemas. Apesar de ter ficado um pouco receosa se a minha visita (uma estranha) para falar sobre o prédio seria perigosa (uma vez que eu não sabia a gravidade da situação), resolvi me encontrar com Dona Márcia. O apartamento dela fica na íngreme Rua São João, onde foram construídos muitos prédios para reassentamento das primeiras famílias removidas que haviam escolhido o apartamento como forma de indenização. O acesso mais utilizado para se chegar à Rua São João é o ônibus 9031, uma vez que não há ônibus que vem do centro e passa na Avenida do Cardoso. Então, cheguei de ônibus na esquina da Rua São João.

**Foto 4:** Rua do ponto de ônibus que dá acesso à Rua São João



**Fonte:** Luana Dias Motta

**Foto 5:** Início da Rua São João



**Fonte:** Luana Dias Motta

Quando cheguei à casa de Dona Márcia, observei que havia muitas caixas na sala com coisas embaladas para mudança e o filho dela estava enrolando um plástico no sofá. Devido ao acúmulo de coisas na sala, Dona Márcia me convidou para sentar em uma cadeira da mesa, bem no canto da sala, bem atrás da porta de entrada e se sentou em outra cadeira. Comecei,

então, a conversar com ela sobre o que era a minha pesquisa. Antes de eu fazer qualquer pergunta, ela começou a falar sobre os problemas que estava vivendo no prédio. Afirmou que o problema era que os vizinhos não tinham educação, que não respeitavam as outras pessoas. Contou-me que já havia passado por muitos problemas com eles e, por isso, estava se mudando. A fala da Dona Márcia era marcada por forte ressentimento com relação aos vizinhos e a conversa comigo parecia uma oportunidade para ela denunciar e desabafar tudo que havia passado. Pelo tom que a conversa assumiu, decidi não solicitar a ela a permissão para o uso do gravador.

Dona Márcia veio da cidade de Fronteira do Vale, no Vale do Jequitinhonha, há 46 anos e foi morar no Aglomerado da Serra. Inicialmente, morou em uma casa onde viveu por 10 anos, de onde se mudou para a casa onde viveu até ter de sair para ir para o apartamento. Nessa casa, ela tinha horta, quintal e, lembrando sobre os vizinhos, disse que eram unidos, que toda vez que um ficava doente sempre tinha alguém para levar uma sopa, uma canja. Tudo isso se contrastava com os apartamentos - para onde ela não queria ir, mas foi obrigada pela URBEL, que não ofereceu outra opção de reassentamento - porque, se antes se comia o que plantava, agora tudo tinha que ser comprado e os vizinhos eram muito diferentes; não havia respeito e ainda havia ameaças. É importante ressaltar que, na visão da Dona Márcia, embora a URBEL afirme que eles ganharam o apartamento, na verdade, eles não ganharam nada, porque eles são tirados do que é deles, o que eles demoraram a vida toda para construir.

Segunda ela, desde que se mudou para o apartamento, em 2008, sofre com problemas com os vizinhos: barulho na janela, roubo de roupas colocadas para secar, fechamento das áreas comuns para não serem utilizadas por alguns moradores. Os problemas chegaram ao ponto de ela ser agredida por vizinhos diversas vezes e ameaçada de morte, além de ter sofrido a ameaça de ter sua casa toda destruída. Ela afirmou que não suportava mais tanta humilhação e que vivia como se estivesse presa, porque não podia sair de casa devido ao medo que tinha de ser agredida novamente. Por isso, decidiu se mudar do apartamento, indo para São Paulo, onde sua filha mora.

A conversa foi tensa para mim. O receio começou quando tive de decidir entre gravar ou não a entrevista; fiquei com medo de os vizinhos escutarem o que ela falava sobre eles (ela falava alto e com bastante raiva) e quererem saber quem eu era, o que eu estava fazendo ali.

Certamente, o meu receio tinha a ver com as notícias sobre episódios de violência que acontecem nos conjuntos habitacionais em favelas<sup>21</sup>, mas também tinha relação com o imaginário de que a favela, por si só, é violenta.

A minha tensão chegou ao ponto de eu sentir medo de acontecer alguma coisa com ela, medo de acontecer alguma coisa comigo. Não consegui me concentrar para realizar a entrevista e tentei evitar questões relativas aos vizinhos, mas ela sempre voltava ao assunto e falava cada vez com mais raiva, mais alto, o que me preocupava ainda mais. Assim que tive a oportunidade, encaminhei a entrevista para o final, agradei a atenção e o tempo despendido para compartilhar um pouco da história dela e desejei que ela fosse feliz na nova casa. Ela me acompanhou até a portaria e disse que era sempre bom poder contar sobre o que estava acontecendo, contar a verdade e afirmou: “eles [os vizinhos] vão pagar para Deus por tudo que eles fizeram comigo!”.

Bourdieu (1997) sugere que o pesquisador deve estar disposto a compreender, ou seja, se colocar, em pensamento, no lugar do outro, encarando o episódio que ouviu em sua singularidade, não objetificando o que ouviu; “compreender que se estivesse, como se diz, no seu lugar, ele seria e pensaria, sem dúvida como ele [o pesquisado]” (BOURDIEU, 1997, p. 713). Assim, compreender o sujeito em uma entrevista é ter uma escuta sistemática, sem objetificá-lo ou a suas histórias, percebendo que, para ele, esse momento pode ser a possibilidade de se colocar, externar seus pontos de vista, refletir sobre suas experiências e sobre sua história, se ver no mundo (BOURDIEU, 1997) e de retomar, retornar ao passado a partir dessa experiência no presente (LE VEN, 1996).

A não objetificação passa também por não ver no entrevistado um informante e, em sua fala, apenas informações. A questão central não é verificar se o que foi dito é verdadeiro ou não.

---

<sup>21</sup> Durante as minhas pesquisas sobre o Vila Viva, antes de iniciar a pesquisa de campo, tomei conhecimento do *Plano Integrado de Prevenção a invasões de unidades habitacionais em Belo Horizonte*, um documento da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais, a Polícia Civil e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, apresentado em abril de 2011. Esse documento expõe os problemas que têm acontecido nos conjuntos: “homicídios, cobrança de pedágio, violência sexual, invasão, ocupação irregular, venda ilegal, aluguel dos imóveis, depredação pelo tráfico de drogas, “toque de recolher”, falta de informação a respeito do morador (ou candidato) que possua histórico de violência, rivalidades (disputa entre gangues), ameaça e intimidação aos trabalhadores e moradores, dificuldade para trabalhar em alguns pontos em razão da presença do tráfico, utilização de unidades habitacionais como locais para armazenamento de armas e drogas, exposição de armas e outros” (SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA E PATRIMONIAL, 2011, p. 7). Visando solucionar esses problemas, foi traçado esse plano com os dados estatísticos desses problemas (números de invasões, número de homicídios etc.).

Como afirma Bosi (1987), a veracidade da narrativa não deve nos preocupar e o interesse deve ser no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar na história de sua vida. Na situação que descrevi, o tom de desabafo, o sentimento de mágoa com relação aos vizinhos e o retorno insistente ao assunto durante a entrevista era o que Dona Márcia - enquanto sujeito social (e não informante) - queria que eu soubesse.

Indiscutivelmente, essas questões da violência simbólica estavam colocadas, assim como o risco de objetificar a fala dessa senhora e não compreendê-la. Mas, mais do que isso, foi um encontro que escancarou não só a assimetria entre pesquisador e pesquisado, mas principalmente as desigualdades de nossas posições sociais.

Quando fui embora, subi a rua para pegar o ônibus andando muito depressa. Era uma rua íngreme e o sol era forte, mas eu fui o mais rápido que pude, porque tive medo de que algum vizinho me abordasse para saber quem eu era e o que estava fazendo ali. Enquanto corria, me sentia constrangida porque, de alguma forma, eu estava dando as costas para aquela situação. Cheguei ao ponto e o ônibus demorou cerca de 10 minutos. Quando embarquei, senti um alívio, mas fui tomada por um sentimento de vergonha e culpa. A vida daquela senhora no Aglomerado onde viveu mais de 40 anos estava acabando porque a situação de violência à qual ela foi exposta e submetida ao mudar para o apartamento se tornou insuportável e perigosa; e eu estava simplesmente indo embora. As anotações do meu caderno de campo após retornar à minha casa expressam minha sensação:

A situação da Dona Márcia é trágica e triste, é claro que fiquei muito tocada e impressionada. Mas, ao mesmo tempo, eu tive medo de estar ali, medo de estar exposta à mesma situação de violência que ela estava. O que penso agora é: o que nos separou e nos diferenciou no momento em que eu fui embora? O meu sentimento é que o que nos diferencia é o fato de que eu podia correr, pegar o ônibus e voltar para a segurança da minha casa (e foi o que eu fiz), ao passo que ela, a vida dela é essa e, para sair dessa situação, ela precisa ir embora do lugar onde viveu a vida toda (e é o que ela está fazendo). [...] Eu sabia, de ler, sobre os problemas nos prédios, mas ver e sentir (mesmo que minimamente) foi completamente diferente, foi muito além da indignação de ler alguma coisa, alguma injustiça. [...] Eu tive medo, alívio e vergonha ao vir embora. Vergonha por não estar exposta àquela situação, vergonha por sentir alívio ao deixar o lugar onde eu quero fazer minha pesquisa (Notas do caderno de campo).

Definitivamente, eu havia encontrado o “outro” na minha própria cidade. Eu havia encontrado e experienciado um pouco de uma outra cidade e, parafraseando a música Sampa, de Caetano

Veloso, aprendi “depressa a chamá-la de realidade”, uma vez que minha experiência de cidade, em comparação àquilo que conheci, parecia ser um “sonho feliz de cidade”. Ter sentido que eu vivia em um “sonho feliz de cidade” não significa que eu passei a pensar que a minha experiência de cidade era perfeita, pois enfrento cotidianamente problemas característicos de grandes cidade (trânsito intenso, ameaça da violência, filas, etc.) Entretanto, sentir que, mesmo enfrentado esses problemas, vivia em “um sonho feliz de cidade” colocou em evidência o fato de que a cidade real é justamente essa coexistência das diferenças, desigualdades e assimetrias. Ou seja, a cidade real é segregada, desigual e injusta, por isso a possibilidade de existirem, simultaneamente, experiências de medo, dificuldade, ameaça, violência, bem como experiências que desconhecem completamente essa situação como parte do cotidiano (como é o caso da minha experiência de cidade).

E, ao me deparar com essa “outra” cidade, vi que umas vidas são mais dignas de serem vividas do que outras. A vida de Dona Márcia (uma retirante do Vale do Jequitinhonha) e a do seu filho (um ex-presidiário) são vidas que merecem menos ser vividas do que a minha, uma universitária da classe média da cidade formal.

A situação da Dona Márcia, somada à dura história de vida de Dona Joana, ambas completamente distantes da minha realidade (ou do meu “sonho feliz de cidade”), me colocaram questões relativas à utilidade, influência e importância da minha pesquisa para os moradores. O trabalho etnográfico, mais do que tecnicamente difícil, se mostrou, principalmente, um trabalho moral, política e epistemologicamente delicado. Como destaca Teixeira (2008), baseada nas análises de Punch (1986), “os dilemas morais e éticos que atravessam a pesquisa social dizem respeito às formas de inserção ou aceitação negociada da presença do pesquisador em campo, mas também repercutem sobre o resultado final deste processo” (TEIXEIRA, 2008, p. 46).

Colou-se, então, à pesquisa a questão da minha subjetividade e das minhas pré-noções e como eu poderia (ou deveria) lidar com elas na pesquisa de campo. Cardoso de Oliveira (2006b), inspirado em Heidegger, defende a possibilidade de uma convivência da subjetividade com as pré-noções no interior de uma sociologia que se pretenda moderna. Critica a pretensão do método científico de monopolizar a busca da verdade (no caso das ciências sociais, a verdade sobre a realidade social e cultural).

A possibilidade de a subjetividade e as pré-noções existirem na sociologia deve-se, nessa perspectiva, ao fato de que nós **reconhecemos** mais do que conhecemos, no sentido de que só conhecemos o que estamos (pré)parados para conhecer. “Essa pré-estruturação do conhecimento significa o envolvimento do sujeito cognoscente e do objeto cognoscível no contexto do ‘mundo da vida’” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006b, p. 84). Essa visão se opõe àquela do cientificismo absoluto, que desqualifica “qualquer tipo de **prejuízo** [pré-noção] no processo de cognição” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006b, p. 85). Nesse sentido, ao consentirmos as **pré-noções** e **pré-juízos** como constitutivos do conhecimento do pesquisador - uma vez que, como os demais sujeitos, ele está no mundo -, devemos considerar a contribuição da reapropriação do ponto de vista hermenêutico, realizada pela antropologia pós-moderna (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006b). Assim,

[...] se a esfera da subjetividade mostrou-se, ao longo da história das ciências [...] passível de ser controlada pelo método, já a esfera da intersubjetividade mostrou-se capaz de se impor com tal vigor no horizonte do conhecimento científico que não há como deixar de considerá-la como um fato - por certo epistêmico - intransponível sem o recurso da reflexão hermenêutica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006b, p. 86).

Cardoso de Oliveira (2006a; 2006b) também argumenta que podemos pensar em dois momentos da pesquisa: o não metódico (relativo ao processo de compreensão) e o metódico (relativo ao processo de explicação). Não se trata de opô-los, mas de elucidar a relação de complementaridade entre esses dois modos de conhecer, colocando em comunicação a compreensão e a explicação. Sendo assim,

[...] a reapropriação do ponto de vista hermenêutico pela epistemologia das disciplinas sociais permitiu exorcizar a ilusão de uma objetividade radical – a saber, o objetivismo -, revelando uma instância não-metódica, porém provedora de conhecimentos igualmente tangíveis, ainda que por critérios diversos [...] (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006b, p. 92).

Portanto, a forma como eu vivi essas experiências foi particular, uma vez que a minha experiência de moradia é específica, minha história é específica, mas também porque o discurso das pessoas era “endereçoado” a uma jovem que não conhece as dificuldades de viver na favela, ou seja, minha subjetividade estava posta no trabalho de campo como constituidora do conhecimento que eu estava construindo sobre o Vila Viva.

Cardoso (1986) afirma que, a partir da década de 1970, as pesquisas de campo nas periferias das cidades brasileiras passaram a aceitar que a neutralidade do pesquisador já não fazia mais sentido. No entanto, admitia-se apenas que o envolvimento do pesquisador com seus pesquisados fosse relativo à afinidade e ao engajamento político dos pesquisadores nas lutas, mas nunca entendendo esse envolvimento como parte da construção do processo da pesquisa e das reflexões dela decorrentes. “Negamos a neutralidade do pesquisador, apoiamos com entusiasmo seu compromisso com o grupo estudado, mas continuamos a conceber ‘os dados’ como formas objetivas com existência própria e independente dos atores” (CARDOSO, 1986, p. 99).

A não objetificação dos sujeitos pesquisados exige entender que observar é, além de descrever os fatos e situá-los em uma cadeia de significações, “um investimento do observador na análise de seu próprio modo de olhar” (CARDOSO, 1986, p. 103). Isso implica conceber o tecer da pesquisa não só como acumulação de informações, mas também como reformulação de hipóteses e descoberta de pistas novas a serem elaboradas em novas entrevistas (CARDOSO, 1986). E esse foi o processo que aconteceu na minha pesquisa: além do dilema sobre a pertinência da pesquisa, passei a questionar a relevância e a pertinência de falar sobre a relação entre corpo e espaço e as possibilidades de os reassentados nos apartamentos ressignificarem o que foi planejado (objetivo inicial da pesquisa), uma vez que eles insistiam em me relatar suas histórias de sofrimento.

Em consonância com as reflexões de Cardoso (1986), Bourdieu (2007) afirma que o objeto de uma pesquisa sociológica não está dado no mundo, mas, ao contrário, o pesquisador constrói seu objeto, dispensa uma atenção metodológica a um fato para fazer uma construção teórica do que irá observar e analisar. Isso coloca a necessidade de superarmos a ilusão de uma objetividade radical. Cardoso de Oliveira (2006a) argumenta:

[...] o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo, seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. **Esse esquema conceitual [...] funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração [...]** (p. 19, grifos nossos).

Os relatos de Dona Joana e Dona Márcia colocaram esse questionamento sobre o que eu pretendia pesquisar. Com isso, não quero dizer que os rumos da minha pesquisa foram

definidos pela emoção que me arrebatou nesses dois encontros. Somado a essa questão, cabe ressaltar que, do ponto de vista teórico, essa reconstrução do objeto também está relacionada às minhas afinidades e afiliações teóricas, as quais me induziram a perceber e compreender os processos sobre os quais eu me proponho a refletir a partir de uma determinada perspectiva. Portanto, somado à recorrência do tema do sofrimento, meu “estranhamento” com relação àquela realidade expressava o quanto minha subjetividade seria um elemento importante para a definição dos rumos da pesquisa, o que iria ser reforçado nas visitas ao Aglomerado que se seguiram.

Aproximadamente um mês após os encontros com Dona Joana e Dona Márcia, quando retornei ao Aglomerado da Serra para dar continuidade à pesquisa, entrevistei Edna. A situação que vivi ao entrevistá-la reforçou como aquelas histórias de sofrimento eram distantes da minha realidade e, por isso, surpreendentes para mim. Edna relatou com muita naturalidade as dificuldades de viver no Aglomerado, sobretudo até a década de 1980:

A gente tinha que buscar água ali embaixo ali, ou então ali no Pocinho ou então lá na rua do ponto. Ai, a gente enchia duas latas e colocava uma em cima da outra, subia o morrão para poder encher uma caixa. Todo santo dia! A gente terminava duas, três horas da manhã; aí acordava 5 horas pra poder ir para a cachoeira lá embaixo, que eles falavam que era a Terceira Água, para lavar a roupa e para poder esperar o leite, para esperar o pão, que chegava cinco horas e você tinha que estar na fila. E a casa de tábuas, a casa de tábuas... quando chovia ela ia lá na frente assim que ela inchava, quando fazia frio você tinha que tocar pano assim nos buracos, tudo assim para poder não morrer de frio. Chovia mais dentro de casa do que lá fora, lá fora você não molhava tanto que você molhava dentro de casa. Mas foi assim... (Edna, cerca de 55 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 40 anos, removida de sua casa devido a danos causados por obras do Vila Viva).

Quando começamos a falar da casa de onde ela teve de sair para ir para o apartamento, ela me contou sobre o quanto foi difícil transformar essa casa de tábuas em uma casa melhor, grande e espaçosa, de tudo que a família teve de abrir mão e que foi muito difícil ter de deixar a casa para ir para o apartamento:

Viver 40 anos... hoje eu passo lá eu vejo a minha... eles fizeram outra casinha na minha casa, outra casinha, eu não conheço a dona, não. Quando eu passo lá eu penso “gente, eu vivi uma vida aqui! Eu fiquei esperando as minhas meninas aqui, eu ganhei as minhas meninas aqui, as amigas que as minhas meninas teve foram aqui, todo mundo cresceu junto, todo mundo já casou...” [...] É uma vida para você contar, quando eu chego lá eu fico olhando, sabe? Dá uma vontade de chorar: “oh gente, minha casa começava

aqui e terminava láaa nos fundo, lá embaixo. Era uns cômodo largo... [...] E o que eu estranhei aqui também, eu falei assim: “gente, o meu quarto era tão grandão...” O meu quarto tinha um guarda roupa grande, imenso, uma camona de casal, tinha uma estante com uma televisão enorme, uma cômoda... [...] Tudo arrumadinho, eu olhei e falei assim: “oh gente, que dó, viu? Eu vivi uma vida aqui, agora eu estou lá naqueles cubiquinhos”; eu acho aqui [apartamento] tão pequenininho... (Edna, cerca de 55 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 40 anos, removida de sua casa devido a danos causados por obras do Vila Viva).

Dando sequência à descrição, Edna rememorava detalhes da casa, dos cômodos e dos móveis com grande saudade. Nesse momento, eu pude compartilhar da sua dor de ter passado por tanta dificuldade, ter conseguido criar as filhas e construir uma casa, para ter de deixá-la. Compartilhar não no sentido de poder sentir a mesma dor dela pela perda, pois se tratava de uma situação vivida por ela, ao passo que, para mim, se tratava de uma situação apresentada (MERLEAU-PONTY, 1999). Porém, naquele momento, eu me emocionei e Edna logo disse que não podia reclamar.

Outra entrevistada, Dona Ruth, de 72 anos, relata que o período em que morou de aluguel (depois de ser removida e antes de ir para o apartamento) foi muito difícil para ela, porque, conforme contou, foi muito humilhada no processo de saída de sua casa até a entrega do apartamento:

Aí, eles tiraram prometendo dar um apartamento para morar e como aconteceu, né? Eu fiquei lá [na casa alugada], sofri muito lá, sofri muito mesmo esperando. Fui morar em aluguel, que eles judiavam tanto comigo... [pausa] o aluguel [pausa]. O homem e a mulher fizeram... oh, mas foi muito tempo que eu fiquei sofrendo assim; eles eram tão ruins, que eles apagavam a luz e eu ficava no escuro, dormia... ficava no escuro, não podia fazer nada, só você vendo (Dona Ruth, 72 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 50 anos, removida de sua casa para alargamento de rua).

Percebi a recorrência dos relatos de sofrimento e das dificuldades ao longo da vida nas entrevistas e como isso era relatado com naturalidade. Essa constatação, feita após a realização de 8 entrevistas e conversas ao longo de 60 dias de visitas ao Aglomerado, colocou a questão: por que o tema do sofrimento era tão central e recorrente nos relatos? A essa altura, para mim, havia se tornado impossível ignorar o sofrimento que me fora relatado pelos moradores.

Se antes o foco da pesquisa era compreender a relação entre o corpo e o espaço na experiência de mudança para os apartamentos, ele passou a ser um esforço de refletir sobre o significado das falas de sofrimento e a adesão com relação aos apartamentos. Diante dessa mudança, colocou-se a necessidade de uma reavaliação das estratégias metodológicas. Se inicialmente as entrevistas eram uma estratégia para estabelecer contatos e me familiarizar com a vida nos apartamentos para depois morar no local, após 60 dias de visitas (as quais despertaram os sentimentos e questões descritos acima), elas se tornaram a estratégia metodológica do trabalho de campo, uma vez que o foco delas era a história de vida dos moradores, com ênfase em suas trajetórias habitacionais e o processo de mudança para os apartamentos.

Assim, 4 meses depois da realização das 8 entrevistas, retornei a campo para realizar novas entrevistas. Para estabelecer contato com moradores dos prédios contei com a ajuda de duas moradoras do Aglomerado apresentadas por amigos. Uma delas não era moradora dos prédios, mas muitos de seus antigos vizinhos foram removidos e reassentados em apartamentos. Então ela me apresentou a alguns moradores e, após entrevistá-los, eles me apresentavam a outros vizinhos. A outra pessoa que me foi apresentada era moradora de um dos apartamentos, por isso, além de me apresentar a seus vizinhos, ela também me concedeu uma entrevista.

No Aglomerado da Serra, podemos agrupar os prédios construídos em 5 “conjuntos”, a saber: aqueles próximos ao “canhão” (localizados na Avenida do Cardoso próximo à Avenida Mén de Sá); os localizados na Rua São João; os da Praça do Cardoso (bem próximos ao Bairro Serra); aqueles próximos à mata do Hospital da Baleia; e os da Rua Cedro. As entrevistas se concentraram entre moradores da Rua São João e da Praça do Cardoso, sendo que só não tive a oportunidade de entrevistar moradores da Rua Cedro.

**FOTO 6:** Prédios da área do “canção”



**Fonte:** Luana Dias Motta

**FOTO 7:** Praça do Cardoso e conjunto de prédios ao fundo



**Fonte:** Luana Dias Motta

**FOTO 8:** Prédios na Rua São João



**Fonte:** Luana Dias Motta

Tendo em vista que alguns conjuntos não são muito próximos e que utilizei a técnica da bola de neve (um morador entrevistado me apresentava a outro vizinho), em cada ida ao Aglomerado procurava entrevistar duas ou três pessoas que eram vizinhas, de forma que eu passava parte do dia (manhã ou tarde) no Aglomerado. A maior parte desses dias era final de semana, geralmente aos sábados após as 14 horas e aos domingos pela manhã, dias e horários em que as pessoas não estavam trabalhando. Se os encontros fossem marcados para um sábado, eu saía de casa por volta das 12 horas para estar no Aglomerado por volta das 13h30, 14 h; se as entrevistas estivessem agendadas para domingo, eu saía de casa às 7 h para estar no Aglomerado por volta das 8h30, 9h. O tempo gasto no percurso até o Aglomerado deve-se

ao fato de que eu realizava esse trajeto sempre de ônibus; era preciso pegar dois ônibus e nos finais de semana os horários são reduzidos (especialmente o ônibus que eu utilizava para ir à Rua São João e aos prédios próximos à Mata do Hospital da Baleia).

Para a realização das 20 entrevistas, procurei diversificar o máximo possível o perfil dos entrevistados. Entretanto, as entrevistas foram realizadas predominantemente com mulheres, com exceção de 4 maridos, que participaram das conversas ou fizeram acréscimos nas falas das esposas durante as entrevistas<sup>22</sup>. Esse cenário pode ser explicado por duas razões principais. A primeira refere-se ao fato de eu ser uma mulher que, para realizar a pesquisa, precisava entrar na casa das pessoas, situação que me deixava insegura e causava certa desconfiança nas esposas. A segunda questão, relacionada à primeira, dizia respeito ao fato de os meus principais contatos no Aglomerado serem mulheres e presumirem que, uma vez que eu iria entrar na casa das pessoas, seria melhor que me apresentassem às mulheres.

Após a segunda incursão em campo, o sofrimento e a adesão ao modelo de urbanização implementado no Aglomerado continuaram sendo as questões centrais dos relatos. Isso me chamou a atenção, não só porque era uma realidade distante da minha, mas também porque, onde eu esperava encontrar rejeição e conflito, encontrei, associadas aos relatos de sofrimentos e de uma vida dura, adesão e conformação ao Programa Vila Viva.

Tendo em vista essa recorrência, meus dilemas, que num primeiro momento se referiam à importância e pertinência da minha pesquisa e à perspectiva a ser abordada, também passaram a se referir à possibilidade de estar invadindo a intimidade dessas famílias ao pedir que elas me relatassem (e revivessem) momentos de perda, tristeza e sofrimento.

Na busca por compreender como era a vida no apartamento, quais os problemas e como os moradores percebiam essas experiências, eu, muitas vezes, fazia perguntas bastante íntimas, como, por exemplo, o arranjo na hora de dormir (no caso de famílias muito numerosas). Em entrevista com Priscila, por exemplo, uma adolescente que, segundo a família, desenvolveu problemas psicológicos após a mudança para o apartamento, fiz perguntas sobre o processo de

---

<sup>22</sup> As intervenções desses maridos se referiam a questões relativas aos problemas dos prédios (estrutura física e vizinhos) e à forma como o Vila Viva estava organizado. Não se referiam à experiência da família nesse processo da mudança.

reassentamento, algo que causava muito sofrimento a ela mesmo depois de dois anos morando no apartamento. O trecho a seguir revela essa situação:

Luana: E você lembra como foi quando eles começaram a conversar com a sua mãe e suas tias para vocês mudarem?

Priscila: Eu não queria. Eu chorei... Minha tia ia ficar porque a [casa] dela não ia ser... Ai, tipo, eu ia lá todo dia, todo dia eu ia lá e não queria sair de lá, não. Porque aquela casa eu quase cresci lá, não queria sair de lá (Trecho de entrevista realizada com Priscila, 17 anos, moradora do Aglomerado da Serra desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Outra situação bastante delicada foi com Dona Antônia, uma senhora de mais de 70 anos que me foi apresentada por outra moradora que eu entrevistei. Dona Antônia já havia sido consultada sobre a possibilidade de conversar comigo e já sabia, em linhas gerais, do que se tratava a pesquisa (a mudança para o apartamento). Assim que nos acomodamos para começar a conversar e eu liguei o gravador, ela falou: “eu não gosto do apartamento, não!”. Tive dificuldades para dar continuidade à entrevista, porque, ao mesmo tempo em que eu queria (e precisava) destrinchar o que significava “eu não gosto do apartamento, não!”, o sofrimento dela parecia se intensificar a cada pergunta que eu fazia nesse sentido ou sobre a antiga casa.

Como ao longo da pesquisa a questão do sofrimento foi se apresentando (e se consolidando) como ponto central nos relatos, colocou-se a necessidade de eu entender o que isso queria dizer. Por isso, passei a fazer perguntas como: “porque não gosta?”; “como era a casa antiga?”; “o que tinha lá que não tem aqui?”. No entanto, entender melhor isso significava, justamente, pedir que eles revivessem momentos dolorosos, reativassem a saudade da casa, dos vizinhos e da antiga vida. O trecho de uma entrevista elucida essa questão:

Dona Lourdes: Eu tô tomando remédio controlado.

Luana: Foi depois que vocês mudaram?

Dona Lourdes: Foi depois que eu mudei pra cá [apartamento].

Luana: O que a senhora passou a sentir?

[pausa]

Dona Lourdes: Ah, eu fiquei... fiquei assim, depois que a gente mudou de lá, a gente ficou tão triste que... que eu comecei a ficar até doente.

[Pausa e lágrimas].

Por causa do sofrimento dos entrevistados ao lembrarem certos momentos e situações, eu me sentia um pouco constrangida ao tocar em certos assuntos. Durante as entrevistas, eu nunca soube, por exemplo, como me referir ao lugar: aglomerado, comunidade, favela... Em

algumas entrevistas, percebia que os moradores também não se sentiam à vontade e, na maioria das vezes, se referiam ao lugar como “aqui no Aglomerado” ou simplesmente “aqui na Serra”. As mulheres que entrevistei se sentiam bastante constrangidas ao mencionarem suas profissões; a grande maioria era empregada doméstica ou diarista.

Situações como essa foram recorrentes ao longo da pesquisa de campo e da realização de entrevistas, deixando mais claro que compreender, compartilhar e se solidarizar com o sofrimento do outro é muito distinto e distante do próprio sofrimento. Assim, a todo momento eu me colocava a pergunta: quais os limites para pedir que as pessoas falassem sobre aquela experiência que foi tão dolorosa?

Certamente, os dilemas que surgiram ao longo do trabalho de campo tinham relação com as diferenças e desigualdades sociais entre os moradores que entrevistei e eu; histórias de vida muito distintas e experiências da mesma cidade completamente diferentes, as quais era preciso considerar. Entretanto, cabe refletir sobre a forma como vivenciei tais questões. Toda descrição dos sentimentos despertados em mim, da vergonha de sair correndo por medo de que me acontecesse algo, da culpa que senti ao tocar em determinados assuntos, da sensação de estar sempre violentando a história e a intimidade dos entrevistados deixa evidente como eu me responsabilizei por tudo o que perpassava a minha relação com os entrevistados. Entretanto, analisando mais detidamente a situação, percebi que, apesar da pesquisa de campo ter despertado esses sentimentos em mim (culpa, vergonha, autoresponsabilização), assumir que eu fui responsável por tudo o que se passou nesse encontro com os entrevistados implicaria em uma espécie de dupla “despolitização”.

Em primeiro lugar, a despolitização refere-se ao risco de objetificação dos entrevistados. Ao me sentir responsável por tudo que dizia respeito à relação pesquisador-entrevistados, eu me colocava em uma posição de total controle da situação e, no limite, de domínio sobre os próprios entrevistados, o que, conseqüentemente, os colocava em uma posição de passividade, incapacidade de escolha, oprimidos completos. Porém, a despeito de meus sentimentos de culpa, a relação com os entrevistados se deu, de fato, de outra forma.

Quando eu ligava para agendar as entrevistas e dizia que poderiam escolher o melhor dia e horário para eles, alguns moradores faziam questão de frisar que só poderiam me receber aos

sábados ou aos domingos, pois trabalhavam a semana toda e, por isso só tinham os finais de semana para cuidar da casa. Uma situação que revela como a minha relação com os entrevistados não era de dominação e opressão completa (minha sobre eles) foi a de uma moradora que agendou nossa entrevista para 7 h da manhã de um domingo, justificando que esse era o único horário que ela poderia, pois tinha muitas coisas a fazer e teria de sair até 8h30, no máximo. Eu aceitei prontamente e cheguei no horário marcado, o que me pareceu condição essencial para que ela conversasse comigo. A entrevista gravada durou cerca de uma hora, mas depois que parei de gravar ela falou por cerca de 1 hora sobre coisas de sua vida, sobre o Aglomerado em geral. Percebi que, na verdade, ela não tinha outro compromisso, mas tive a impressão de que, desde o nosso primeiro contato telefônico, a postura dela queria “me dizer” duas coisas: primeiro, que, diferente de mim, ela não tinha tempo para “desperdiçar”, por isso era preciso que a entrevista fosse domingo e bem cedo; segundo, ela queria ver até onde eu estava disposta a me empenhar para ouvir sua história, que importância eu daria à sua história, se eu queria realmente o relato dela e não qualquer relato.

Ao refletir sobre os meus relatos de quanto me senti constrangida e com medo de estar “violentando” os entrevistados, “invadindo a intimidade” deles ou tocando em temas delicados, percebi que algumas coisas que eu julgava delicadas e íntimas o eram para mim e não necessariamente para eles. A “absolutização” de algumas categorias me fazia supor que eles atribuiriam o mesmo sentido que eu a certas categorias, como, por exemplo, íntimo e privado, e, conseqüentemente, se sentiriam constrangidos ou invadidos com algumas questões (o que nem sempre ocorria). Um exemplo dessa questão era o meu constrangimento ao perguntar, no caso de famílias muito numerosas, qual era o arranjo na hora de dormir, algo extremamente privado e íntimo para mim. Mas o constrangimento era só meu, eles sempre me respondiam com naturalidade, davam detalhes sem que eu pedisse e não se mostravam incomodados ou constrangidos. O trecho a seguir exemplifica essa situação:

Luana: E como vocês... perguntando coisas da sua intimidade, mas como vocês dormiam?

Manuela: Onde?

Luana: Aqui. Porque são dois quartos.

Manuela: São. Olha, o meu filho dorme numa cama, minha filha na outra e eu durmo em outra, eu durmo no chão, entendeu?

Luana: Entendi.

Manuela: A minha irmã dorme na cama dela e a filha dela na outra. A minha irmã [a outra] dormia na cama, teve que colocar beliche, só que não coube direito, ficou muito apertado, não tinha como entrar [no quarto] por causa da

beliche, da cama dela, do guarda-roupa e da cômoda das meninas. Para você ter ideia, a porta fica meio escorada para entrar, tinha cama de casal.

Sem dúvida, como afirma Bourdieu (1997), a entrevista é uma relação social perpassada por uma “dissimetria social [uma vez que] o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especificamente do capital cultural” (BOURDIEU, 1997, p. 695), o que configura uma violência simbólica. Mas, se por um lado, é de fundamental importância refletir sobre as implicações da entrevista tanto para o pesquisador quanto para o sujeito pesquisado, uma vez que ela “é mais que mera parte de uma técnica [...] comporta dimensões possivelmente inesperadas numa investigação acadêmica” (LE VEN; FARIA; MOTA, 1996, p. 214), por outro, é preciso pensar que, na situação de entrevista, o sujeito entrevistado aceitou entrar nessa relação, que é uma relação social. Nesse sentido, ao me sentir culpada e completamente responsável, eu corria o risco de desconsiderar o fato de que, se as pessoas que entrevistei me diziam certas coisas (que, para mim, parecia constrangedor ou invasivo) é porque eles queriam me dizer aquilo, seja porque não consideravam constrangedor seja porque, apesar de ser constrangedor, queriam “denunciar” a situação, falar das insatisfações, desabafar.

Além de considerar que os sujeitos têm razões diversas para entrarem nessa relação da entrevista, é importante perceber como, em alguns casos, eles se recusam a falar sobre certos assuntos sem dizer “não”, mas dando respostas vagas, mudando de assunto, não retornando meus contatos.

Uma situação que exemplifica isso foi a de uma senhora que agendou nossa entrevista para um domingo à tarde. Antes de ir para o Aglomerado, liguei para confirmar minha ida e ela disse que estava tudo bem. Quando cheguei ao Aglomerado, cerca de três horas após o telefonema, ela estava pintando os cabelos e me disse (logo que cheguei): “nossa, você acredita que eu esqueci que você vinha?”. Eu respondi que poderia voltar em outra oportunidade ou esperar que ela terminasse o que estava fazendo. Sem me convidar para entrar no apartamento, ela perguntou: “Vai ser rápido? Se for rápido, eu termino de fazer aqui e enquanto seca [o cabelo] a gente conversa; uns 10 minutinhos dá, né?” Eu disse que poderia voltar em outra oportunidade e ela logo me respondeu: “não, fica muito difícil porque eu trabalho dia de semana, chego tarde e domingo eu só chego depois de 2 [horas da tarde] e tenho que arrumar a casa”. Fizemos a entrevista, que durou apenas 25 minutos; as falas dela

eram vagas e quando eu pedia para ela descrever algo, como, por exemplo, como era a casa antiga, ela sempre me perguntava: “como assim?”; ela só respondia perguntas diretivas e a maior parte delas com “sim” ou “não”.

Outro exemplo foi uma situação que vivenciei com uma moradora, Elisabeth. Por participar de muitas atividades culturais promovidas pela Prefeitura no Aglomerado, ela julgou que seria importante para a minha pesquisa conhecer as ações do Centro Cultural local. Eu disse que poderia conhecer o Centro Cultural, mas que não tinha certeza se seria possível empreender uma pesquisa junto aos funcionários, uma vez que o objetivo do meu estudo era entender como foram as experiências dos moradores que mudaram para os apartamentos a partir de entrevistas com os próprios moradores. Como ela insistiu, fomos visitar o Centro Cultural, onde ela me apresentou para a equipe e eu expliquei o meu trabalho. Depois de uma breve conversa, percebi que, de fato, para os objetivos deste estudo, não fazia sentido realizar uma pesquisa junto ao Centro Cultural e eu expliquei isso à Elisabeth, que me pareceu contrariada. Nesse dia, tínhamos acertado que ela entraria em contato com uma ex-vizinha para me apresentar; uma semana depois eu entrei em contato com Elisabeth e ela disse que ainda não tinha conseguido contatar essa conhecida e que preferia que eu esperasse seu retorno, que eu não precisaria ligar de novo. Depois disso ela nunca mais entrou em contato e eu tentei algumas vezes, sem sucesso.

Certamente, todas essas reações (marcar a entrevista para horários difíceis para mim, perguntar se iria demorar, evitar certos assuntos, dar respostas curtas, me evitar) são expressões de que eles não eram passivos nessa relação; eles colocavam limites que tinham a ver com o que estavam dispostos a falar, tendo em vista que me localizavam como uma “moça” que tinha todo tempo livre para fazer entrevistas, ou seja, por não ter um emprego, não poderia entender certas dificuldades, não poderia entender certos problemas de família, poderia achar sem sentido certas atitudes, certos sentimentos (como a rejeição ao apartamento, por exemplo). Nesse sentido, o discurso dos entrevistados era endereçado a uma jovem universitária, que não trabalhava (portanto, estava disponível para realizar entrevistas qualquer dia da semana, em qualquer horário) e não era moradora da favela.

No que se refere aos momentos das entrevistas em que eu tocava em assuntos “delicados”, diante dos quais eles reagiam com tristeza e até com choro (o que fazia com que eu me

sentisse culpada), é interessante discutir como o fato de eu me sentir culpa está relacionado à segunda forma da despolitização que mencionei.

Sem dúvida, era preciso ser cuidadosa ao falar de lembranças e situações tão dolorosas, mas isso não significava que a tristeza, a saudade e o sofrimento que sentiam eram causados pela entrevista. Certamente ela era uma forma de reviver a lembrança da remoção, da perda da casa (o que exigiu que eu refletisse sobre como tratar tais questões, até quando insistir em determinados aspectos etc.), mas não era o que tinha provocado essa situação e todo o sofrimento que era relatado. Ao ter vergonha da desigualdade social que existia entre os entrevistados e eu, ao me sentir culpada e responsável pelo sofrimento relatado por eles, era como se eu reduzisse toda a desigualdade social, toda a violência e arbitrariedade do processo de remoção à minha relação, ao meu encontro com eles. Sem dúvida, esse encontro expressava uma desigualdade social, fruto de processos históricos, sociais e econômicos mais amplos, mas não a provocava.

Todas essas experiências vividas durante minha pesquisa de campo, marcadas pelas especificidades do que eu pesquisava (intimidade, casa) e, conseqüentemente, pelas dificuldades e dilemas colocados por essas situações, foram decisivas para que eu pudesse realizar reflexões de uma certa perspectiva, que, naturalmente, privilegia certos aspectos daquela realidade. O aspecto que se mostrou central, portanto, foi compreender o que aqueles relatos carregados de sofrimento queriam dizer; como eles se combinavam com as afirmações de que o apartamento era algo bom; como foi possível construir adesão mesmo em meio a tanto sofrimento.

### CAPÍTULO 3

## “EU JÁ PASSEI POR COISA MUITO PIOR”: SOFRIMENTO, DESEJO E COMPROMETIMENTO

### 3.1 - Deixando a casa

Com exceção de uma moradora, Dona Joana, todos os moradores com os quais estabeleci contato durante a pesquisa foram removidos de suas casas e reassentados nos apartamentos. A grande maioria deles me disse que só ficou sabendo das intervenções do Vila Viva no Aglomerado da Serra quando foram informados que seriam retirados de suas casas; algumas famílias que haviam sido removidas antes do início do Programa por estarem em áreas de alto risco geológico e que esperavam uma definição da Prefeitura quanto ao reassentamento afirmaram que souberam do Programa apenas quando foram informadas que receberiam um apartamento (construído no âmbito do Programa) como indenização.

Alguns moradores relataram também que, no início dos anos 2000, especialmente depois das fortes chuvas no ano de 2002, antes da chegada da notícia de que seriam removidos (que vinha acompanhada de informações mais gerais sobre o Programa), ouviram rumores de que algumas áreas seriam completamente removidas, mas que não houve qualquer comunicação oficial, que só ocorria quando a família já estava na eminência de ser removida, como conta uma moradora:

Há muito tempo, eles iam na casa da gente para entrevistar, para fazer perguntas e falar que eles iam precisar acabar com... tinha a intenção de acabar com becos, com aglomerado, por causa de tráfico de drogas que é demais, então facilita muito mais se a polícia chegar e tal, e falaram. Só que não imaginava que ia ser uma coisa tão ... essa varredura! Não esperava que fosse uma coisa tão séria e foi. [...] E através daí falou: “Gente, daqui um tempo aqui não vai ter mais casa nenhuma”. A gente não estava acreditando que iria vim e ia ser uma coisa tão rápida, e foi. Eles avisaram assim... chamavam a gente nas reuniões e tal “dia X nós vamos na família tal” e ia na casa da gente. O dia que eles foram lá em casa, foi prazo assim: “daqui a um mês nós vamos chegar lá para ver a divisória da sua casa, para ver como que vai ser” (Marisa, cerca de 45 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 40 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental).

Outro morador também relatou como ficou sabendo da existência do projeto e das possíveis remoções, primeiramente por rumores:

Foi falando... o pessoal vai passando; um passa ali na rua, vai falando com um vizinho, um pouquinho tá todo mundo sabendo “pessoal, tive na casa de fulano ali, vai sair”, assim começa. (Paulo, cerca de 30 anos, morador do Aglomerado da Serra desde que nasceu, removido de sua casa para construção da Praça do Cardoso).

E outra moradora relatou a falta de informação mesmo depois do início das intervenções:

Primeiro foi... vieram medir, até então a gente não sabia o que eles estavam fazendo, o pessoal da Prefeitura. Veio com a estrutura toda, que ia medir. Mas aí a gente ficava... ficamos... querendo saber, né? “Mas tá medindo o que?” Aí, algumas pessoas falavam “ah, vai sair”; aí, a gente nunca acreditava, porque sempre falou que ia sair e nunca saía, né? Então a gente não deu por fé. E aí foi que... aí quando, aí teve reunião, várias reuniões “ah, essa rua aqui vai sair, a gente vai ter reunião com esse bairro, com essa rua” (Fernanda, cerca de 30 anos, moradora do Aglomerado da Serra desde que nasceu, removida de sua casa para alargamento de rua).

A maior parte dos entrevistados afirmou que não tinha conhecimento do Programa, das obras previstas, de quem seria removido, dos prazos etc. Muitos disseram terem sido informados sobre as obras apenas quando a casa foi selada para a realização da avaliação e posterior remoção. Todo esse desconhecimento das intervenções previstas pelo Vila Viva evidencia como não há participação efetiva dos moradores. Mais do que não terem participado do processo de levantamento de dados e elaboração das propostas para o lugar onde vivem, os moradores não tinham conhecimento de que houve um planejamento e de que ele deveria ter sido feito de forma participativa.

De maneira geral, após os rumores, os moradores que seriam removidos recebiam a visita dos técnicos da URBEL, que os informavam que, devido às obras ou por estarem em área de risco, teriam de deixar suas casas. Alguns moradores disseram que, após essa reunião, aconteceu a selagem (identificação da casa com um número pintado no muro ou no portão), enquanto outros disseram que a selagem precedeu a visita dos técnicos. Mas todos afirmaram que as medições das casas tiveram início logo após o primeiro contato. O trecho de uma entrevista com uma moradora removida de sua casa descreve esse processo de medição e selagem:

Manuela: Eles deram uma semana para a gente sair de lá, uma semana.

Luana: De quando mediu?

Manuela: Não. Mediu, aí veio a demarcação da casa, números, colocam números.

Luana: Como que é a marcação dos números?

Manuela: Eles medem, depois eles colocam números em cada casa, cada casa ia sair por números. A minha irmã saiu primeiro, a casa dos fundos, saiu primeiro. Logo em seguida que minha irmã saiu, nós saímos na casa da frente. Minha outra irmã ficou nessa casa nos fundos, demorou uns 20 dias a um mês para ela sair de lá, ficou lá sozinha. E eles deram prazo de uma semana para procurar o aluguel. Quando eles foram demarcar, já falaram que a gente poderia procurar o aluguel o mais rápido possível, porque tinha que esvaziar a casa (Trecho de entrevista com Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Nos critérios para as medições e avaliações para indenizações das casas a serem removidas, como apontado no capítulo 1, são consideradas apenas as benfeitorias, ou seja, a localização do terreno, ao passo que o tempo de moradia, a forma de utilização do espaço são desconsiderados. Sobre esse ponto, cabe destacar que Belo Horizonte, juntamente com Recife, é considerada pioneira na elaboração de políticas públicas e de legislação que reconhece o direito de permanência das e nas favelas e as especificidades desse espaço. Entretanto, no processo de remoções das famílias de favelas em função de obras de intervenções, o argumento para que, na avaliação das casas, sejam consideradas apenas as benfeitorias e não o tamanho do terreno e a sua localização é que as favelas são áreas invadidas e que, por isso, os moradores não têm direito a uma avaliação do terreno. Ou seja, o direito de ficar na favela não é reconhecido de fato.

No que tange aos critérios de avaliação das benfeitorias feitas nos imóveis a serem removidos, a planilha *Cadastro Técnico das Benfeitorias*, utilizada pela URBEL, evidencia a concepção que norteia esse processo. Em primeiro lugar, cabe destacar que, além do endereço e do nome do proprietário, nos campos iniciais deve ser preenchido o número do selo, que identifica a casa na URBEL durante o processo das medições até o reassentamento. A ficha técnica é composta pelos seguintes itens, a serem assinalados e/ou preenchidos pelos técnicos: infraestrutura (rede de esgoto, rede de água, rede de energia, pavimentação); regime de uso (residencial, comercial/serviços, institucional, misto); estado de conservação (bom, regular, ruim); localização do imóvel (bom, regular, ruim); tempo avaliado do imóvel (em anos); padrões (COPASA e CEMIG). Em seguida, há um quadro com a *descrição de padrão-constutivo*, onde serão detalhados os tipos de materiais e a quantidade de pisos, paredes, portas, janelas, forro etc. Após esse quadro, há outras informações a serem colhidas, como *instalações hidro-sanitárias, instalações elétricas e telefônicas, esquadrias de madeira,*

*serralheria, urbanização/diversos e “muros”*<sup>23</sup>. Uma moradora, Manuela, descreve como foi a avaliação de sua casa:

A minha casa não era [de cerâmica], a minha era telhado, piso normal, tinha banheiro, tinha tudo, só que não tinha ardósia, não tinha cerâmica, então tinha laje... Por isso tudo eles contam, laje maciça e aquela laje fabricada; tudo isso eles contam, para dar o valor para eles te pagarem. Porque uma pedra que você coloca [palavra inaudível] no chão, eles têm que te pagar por ela. Se você está com um material encostado para você construir, eles têm que te pagar por ele também, porque você perdeu. (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Entretanto, para a maioria das pessoas, a casa demolida não se reduzia ao material ou às benfeitorias; a casa carregava a história da família e da vizinhança, sendo uma espécie de materialização dessa história, pois era fruto de anos de sacrifício de toda a família, que investiu o pouco dinheiro que tinha e se privou de muitas coisas para construí-la, melhorá-la e expandi-la. Além disso, era o resultado do trabalho de autoconstrução nos finais de semana, junto com os vizinhos, e o lugar onde os filhos cresceram.

Uma moradora relatou como a história da casa estava estreitamente relacionada à história da família:

Eu esperei minhas meninas crescerem, porque o dinheiro do meu marido era muito pouco, era um salário só que a pessoa recebia naquela época. Aí, eu esperei minhas meninas crescerem, aí pus na creche Dona Cecília, aí eu fui trabalhar também; aí nós juntamos os nossos dois dinheiros e fomos fazer... foi a época até que o Collor [Fernando Collor de Melo, Presidente da República entre 1990 e 1992] deu aquele ticket de leite, aí eu passei a apanhar aquele ticket de leite, comprava leite pra elas e ia trabalhar; juntava meu dinheiro com o dinheiro do meu marido, que nós fizemos quatro, cinco cômodos de... o quarto das meninas, meu quarto, sala, cozinha e banheiro de tijolo. Aí, com o passar do tempo, tudo... [...] Aí, nós fizemos lá em cima mais dois quartos, um corredor e uma área de serviço, foi que melhorou! Aí ficou bonitinho...! Criei minhas meninas tudo lá, estudei, formei minhas meninas tudo lá, fizeram faculdade e tudo, até faculdade minhas meninas fizeram (Edna, cerca de 55 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 40 anos, removida de sua casa devido a danos causados por obras do Vila Viva).

Uma moradora que teve de sair de sua casa por causa da previsão da criação de uma área verde afirmou que construiu sua casa com o suor de cada rua que varreu (ela era gari). A casa,

---

<sup>23</sup> A ficha de Cadastro técnico de benfeitorias foi obtida em MELO, 2009, p. 209-21.

então, não era apenas os tijolos, a qualidade das janelas e das portas e, por isso, era tão difícil deixá-la.

Tinha tanto pé de banana plantado, dava cada cacho desse tamanho, pé de laranja serra d'água, limão capeta dava cada um desse tamanho assim, sabe? O que me deu paixão foi isso, sabe... aliás, a casa também, porque a casa era muito bem construída, muito bem feita, toda de cerâmica, bonitinha, pintadinha... pra poder morar num **museu** deste [se referindo à casa onde mora atualmente], porque isso pra mim é um museu, em vista da minha casa, é um museu (Dona Joana, cerca de 70 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental).

A associação que Dona Joana faz da nova casa com um museu revela que ela considera a atual moradia algo velho e mau acabado, em oposição à antiga casa, que foi construída por ela, tinha o tamanho que ela escolheu, com a cerâmica que ela escolheu, com a cor que ela escolheu. Mas, como ficou evidente ao longo da entrevista, chamar a casa atual de museu expressava, sobretudo, como ela a achava sem vida, porque, como não tinha quintal, não era possível criar seus bichos, cultivar suas plantas, mas só guardar e juntar coisas dentro de casa, como ela destacou.

Após descrever como era sua casa, Dona Joana prossegue o relato, falando sobre o sofrimento de ter que deixar tudo:

Eu fiquei muito chateada quando eu saí de lá [casa antiga], chateada mesmo. Comecei a entrar em depressão, sabe? Por isso eu tomo remédio controlado, faço tratamento com psicólogo; depressão de ter largado a minha casa. Eu gastei tanto, lutei tanto... na varanda assim eu pus um janelão, a coisa mais linda a minha casa... Nossa, fazer o que, né? (Dona Joana, cerca de 70 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental).

Outra moradora relatou sua insatisfação ao sair de sua casa para ir para o apartamento:

Mas eu não queria sair do meu lugar lá de onde eu morava, não. Lá era muito bom. Lá tinha minhas criações, tinha porco, tinha muita planta, só qualidade de bananeira, eu deixei cinco qualidade de bananeira. Maracujá, mamão, goiaba, limão (Dona Antônia, cerca de 70 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 50 anos, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Além da especificidade da relação com o espaço da casa e do quintal, a situação da Dona Antônia, assim como a de outras pessoas, chama a atenção para a importância da criação de animais (porco e galinha), da horta e das árvores frutíferas para a subsistência dessas famílias, pois significavam gastos menores com a alimentação. A ida para o apartamento, além da saudade de cuidar da criação e das plantas, teve como consequência o aumento dos gastos com alimentação ou o prejuízo na dieta.

Em alguns casos, a casa era o lugar da lembrança da família. Uma moradora, ao lembrar da sua trajetória de moradia, associava a casa de onde foi removida como o lugar onde viveu um período de relativa tranquilidade, após se separar do marido:

Eu morei com o pai dos meus meninos, eu morei quatorze anos, aqui em cima na Rua Chafariz. Aí a gente lá começou com um barraco de tábuas; morei perto da minha sogra, minha sogra era caçadeira de briga demais, mas eu toda vida fui tranquila e calma, sempre aguentei. Aí a gente mudou aqui pra [rua] Flor de Maio, fiquei aqui uns meses com o pai dos meus meninos, a gente separou, ele infernizou muito minha vida, porque queria voltar, mas foi a justiça que tirou ele de dentro de casa, por conta de briga dele, batia nos meninos [filhos] também; aí tirou e a gente separou. Aí, da Flor de Maio eu fui lá pra baixo, perto da Radio Favela, no Beco do Coelho. Aí eu morei uns nove anos nesse Beco do Coelho; mas eu já era sozinha, só com os meus meninos. Graças a Deus foi tudo tranquilo lá; a gente sofreu muito [dificuldades financeiras] porque os meus meninos eram pequenos, mas não tinha confusão mais, briga dentro de casa, então foi mais tranquilo. Mas, mais bagunçado mesmo foi quando eu morava com ele, por conta de briga, batia, ele não gostava de trabalhar, ele não gosta até hoje, aí era muita confusão. Mas depois que eu separei dele, minha vida, graças a Deus, sempre foi tranquila, depois da separação (Fátima, cerca de 50 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

E prossegue o relato:

Aí, quando eu assustei, a Kombi da Prefeitura tava chegando pra levar a gente. Eu falei “eu não vou” [...] Eu falei “eu não vou pra abrigo não”. Aí ele [funcionário da Prefeitura] falou “se você não for, nós vamos pegar os meninos, na época já tinha os dois netos [...], “se você não for, a gente vai ser obrigada a pegar as crianças e levar pro Conselho Tutelar”, aí eu fiquei doida, falei “eu não tenho saída mais, não!”, perder os dois meninos, era só os dois, eu falei “Não! Eu não vou deixar levar...”; garrei nos meninos, minhas meninas não estavam em casa na hora, a mãe dos meninos... eu falei “eles não vão!”. Nisso, as minhas meninas chegaram, aí viu aquela bagunça de povo lá da Prefeitura, elas também ficaram nervosa na hora... Aí eu falei “eles tão aí pra levar a gente pro abrigo, ou se nós não formos, vai levar pro Conselho Tutelar os meninos. [...] Aí meu barracão ficava lá, todo dia eu vinha no meu barracão. Eu trabalhava aqui na Serra e eu vinha no meu

barraco todo dia pra ver como é que tava. Eles rancaram porta, janela, fiação de luz, levaram tudo. [...] E as minhas coisas tudo lá dentro, aí eu fiquei doida. A gente saiu de lá dia 20 de... 20 de janeiro [de 2001] (Fátima, cerca de 50 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Por isso, a violência na condução do processo de retirada contribui para intensificar a dor da perda da casa, que não se restringe às perdas materiais, mas inclui, muitas vezes, a impossibilidade de dar continuidade à própria história, continuar normalmente a vida:

Eu saía lá do hotel [onde morou por nove meses depois que foi removida] e ia pra lá todos os domingos. Eu levava uma coisa de beber, assim um suco, e sentava debaixo de um pé de árvore, parece que eu tava doida na época... sentava no meio de um tanto de entulho, pegava muda de planta e plantava em outros lugares, tirava de um lugar e plantava no outro... Mas eu gosto de lá até hoje. [...] Tanto é que eu ia lá na Prefeitura ver foto da minha casa, toda torta, mas eu ia; chegava lá, enquanto eles não mostravam a foto que eles tiraram (porque eles, para demolir, tira foto) eu não ia embora; falava “não, eu tenho que ver a foto da minha casa, eu quero ver minha casa...” Ai... até pouco tempo eu ia na Prefeitura ver foto da minha casa torta (Fátima, cerca de 50 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

A afirmação de Fátima- “parece que tava doida” - revela que sair de sua casa significou a perda de referências. Valêncio et al (2007) destacam, a respeito de mulheres que perderam suas casas devido a desastres, como a ida aos escombros é uma forma de estabelecer um diálogo com o passado. Nesse esforço de não se desconectar da história da família, o ato de pegar mudas e replantar em outros lugares parece sinalizar uma tentativa de não deixar que as lembranças da casa e da família se percam e, assim, seja assegurada alguma referência para conseguir seguir adiante com sua vida, suportar a dor da perda.

Como afirma Santos (2007), “poderíamos falar do deslocamento compulsório em termos de uma relação de causalidade, que acaba por revelar as determinações desestruturadoras - irreversibilidade, compulsoriedade e imprevisibilidade - inerentes ao processo” (p. 262). São essas determinações desestruturadoras, que carregam como marca a violência e a objetificação de histórias, que estão na base do sofrimento e da saudade dessas pessoas.

Assim como é impossível, no processo de avaliação dos imóveis, quantificar e valorar a casa, também é impossível repor a relação e a história com os vizinhos. Uma moradora que perdeu

os pais aos nove anos devido a um deslizamento de terra que soterrou sua casa fala sobre a importância dos vizinhos e a dificuldade de deixá-los:

A vizinhança era muito boa, foi muito difícil pra gente sair de lá por causa disso, entendeu? A gente foi uma das primeiras [famílias] a sair de lá. Aí, ficou meus vizinhos todos, pessoas que a gente cresceu junto, as meninas... todo mundo lá, crescemos todo mundo junto. [...] Assim, são pessoas que tiveram no momento que a gente mais precisava, mais estava ali precisando de ajuda, como foi na época que meus pais morreram, meus irmãos também; são aquelas pessoas que estavam ali por perto. Então, foi muito difícil [mudar] por causa disso. (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Outra moradora também relatou os laços construídos com os vizinhos ao longo do tempo e seu desejo de ter mantido essas relações:

Em questão de vizinhança, eu preferia lá mesmo [a casa de onde foi removida]. Até porque eu cresci com os meninos vizinhos, que acabou virando minha família, que os irmãos casaram com as minhas irmãs, minha irmã casou na outra casa. Então, em questão de amizade, eu gostava mais de lá (Marisa, cerca de 45 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 40 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental).

A forma como são determinadas e conduzidas as remoções e indenizações mostra como o sofrimento é subsumido e transformado “em lista de coisas e bens materiais perdidos” (SANTOS, 2007, p. 260). Determinadas coisas não podem ser quantificadas e/ou monetarizadas, como a relação de anos com vizinhos, que, ao serem inviabilizadas, levam à perda de referências culturais e simbólicas ligadas àquele espaço específico (ZHOURI; TEIXEIRA, 2005), além das perdas afetivas. Cabe mencionar que um dos argumentos centrais dos gestores públicos, técnicos e documentos da Prefeitura para a construção de conjuntos habitacionais dentro da própria favela é a possibilidade de as famílias removidas manterem suas relações e sua referência com a favela. Entretanto, os relatos sobre a perda da relação com os vizinhos, a saudade da casa demolida revelam que o lugar de moradia para essas pessoas, entendido como *locus* de vivências e da história (ZHOURI & TEIXEIRA, 2010), não é a favela inteira, mas refere-se à casa e ao seu entorno mais imediato de vizinhos, com os quais estabeleceram relações de confiança e solidariedade, viram os filhos crescerem junto. Algumas famílias que moravam na parte do Aglomerado próxima ao Bairro Serra foram reassentadas na Rua São João, bem distante da área de origem. Isso evidencia o contraste entre a lógica na qual o poder público opera e a dos moradores. Enquanto o poder

público tem como referência a favela como unidade administrativa, ou seja, um espaço abstrato - aquele dos mapas, planos e projetos -, os moradores têm como referência principal o espaço vivido - aquele criado e recriado cotidianamente, relacionado ao concreto (LEFEBREVE, 1999), aos significados e sentimentos atribuídos às relações que ali acontecem.

É nessa situação de incerteza e fragilidade que os moradores devem escolher entre as três opções de indenização: indenização em dinheiro (valor das benfeitorias); reassentamento monitorado pelo Programa de Reassentamento de Famílias em Função de Risco ou Obras Públicas - PROAS (casa até R\$ 30.000,00); ou apartamento no próprio Aglomerado.

A maior parte dos moradores tem o desejo de permanecer no local devido às facilidades e vantagens que a localização do Aglomerado oferece (próximo ao centro), à relação e à história com o lugar e com as pessoas, ao conhecimento dos locais de serviço público (escolas, posto de saúde, Centro de Referência de Assistência Social-CRAS) etc. Uma moradora do Aglomerado da Serra que foi removida, que tinha uma indenização muito baixa e queria permanecer no Aglomerado, afirmou:

Eu gostaria [de ficar no Aglomerado], porque tudo é mais próximo, os meus meninos já conhecem todos os lugares, todo mundo conhece... e é perto do centro. Escola, tudo pertinho... um bairro pra mim trabalhar, pra eu gastar duas passagens ou três não dá, porque nem todo mundo dá duas, três passagens. Aqui, eu preferia continuar aqui. (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco)

Uma senhora de 72 anos, Dona Ruth, relatou a falta de opção efetiva na escolha das indenizações:

Dona Ruth: Lá na Rua da Água, aqueles que tinham casa boa lá tudo compraram casa boa, lote nos bairros, tá bem, só você vendo, nosso Deus, tudo compraram casa boa nos bairros.

Luana: A casa da senhora não dava...

Dona Ruth: Dava não.

Luana: Dinheiro para comprar.

Dona Ruth: Dava não, eles falou que... nossa... Mas não foi só a minha, não. Milhares, milhares... teve que optar pra ir pro apartamento mesmo, porque se não, se não quisesse o apartamento, você ficava sem, onde é que ia morar? Então tinha que optar pelo apartamento mesmo, apartamento mesmo.

A combinação entre desejo de ficar na favela, indenizações baixas (apenas das benfeitorias), especulação imobiliária na favela devido às intervenções e a exigência do Programa de reassentamento monitorado de que o imóvel a ser adquirido esteja em situação legal (o que exclui aqueles localizados na favela) resultou em um cenário no qual os apartamentos se tornaram a única chance de permanência no local, o que levou muitos moradores a “escolherem” morar nos conjuntos construídos na própria favela.

Apesar de as três opções de indenização estarem previstas pelo Programa, muitos entrevistados que saíram de suas casas por estarem em área de risco afirmaram que não tiveram opção:

Só que ele [funcionário da URBEL] só falou “olha, sua casa deu tanto...”. A casa da minha irmã [que era no mesmo terreno], para você ter ideia, deu cinco mil [reais]; eu acho que a nossa deu quinze [mil reais] mais ou menos; minha outra irmã nem falou o valor. Falou que não dava, aí falou “Você escolhe: ou você quer o dinheiro...” Nem chegou a falar escolhe “vou te dar o apartamento, porque o dinheiro que você tem não dá pra você comprar nada, não dá pra fazer nada”. Aí ele falou: “é isso ou nada” (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Ainda sobre as indenizações para famílias removidas de área de risco, uma moradora explica:

A indenização funciona quando a pessoa sai do local em questão de passar rua, vai passar um beco, aí precisa do lugar. Mas aqui, igual no caso da minha mãe, eles são, são desabrigados no caso, não tem outras opções. Tira da casa, mas não dá opção, não. Aí não teve opção, não. O pessoal indeniza mais onde vai passar rua (Adriana, cerca de 30 anos, moradora do Aglomerado da Serra desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Para os moradores que “escolheram” ser reassentados nos apartamentos, o processo de saída e mudança de suas casas é marcado por conturbações e incertezas. Como os prazos para as mudanças eram determinados pela dinâmica das obras, muitas vezes as famílias eram removidas antes de os apartamentos ficarem prontos (esse foi o caso de quase todas as famílias com as quais conversei). A URBEL, então, encaminhava essas famílias para o Programa Bolsa Aluguel, uma assistência mensal no valor de R\$ 300,00. Devido ao grande número de remoções e à procura por imóveis para alugar, muitas famílias tiveram dificuldades para encontrar uma casa para alugar e/ou encontrar um imóvel com valores

compatíveis com suas possibilidades financeiras (determinadas pelo valor do Bolsa Aluguel) no próprio Aglomerado; os aluguéis ficaram mais caros devido à grande demanda.

Depois de encontrarem uma casa ou barraco para alugar, as famílias viviam em um clima de incerteza, pois, além de estarem sujeitas a ter de sair da casa alugada (caso o proprietário decidisse ajustar o aluguel ou vender a casa), não tinham previsão de quando seria a mudança para os apartamentos. O relato de uma moradora retrata essa situação de incerteza:

Não. Deram previsão não. Os apartamentos aqui nem tinha; quando nós saímos de lá [casa de onde foram removidos]... ah, eles estavam limpando isso aqui [onde está o prédio hoje] ainda. A gente ficou lá [na casa alugada] três anos e meio. Não deram previsão, não (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

### **3.2 – Nova casa, novos gastos, novos vizinhos: mais sofrimento**

Depois desse período de incerteza, as famílias foram informadas que os apartamentos estavam prontos e a mudança foi realizada pela URBEL. Cada família recebeu seu apartamento com piso e azulejo na cozinha e no banheiro - o piso dos demais cômodos do apartamento é de cimento queimado, uma espécie de cimento mais liso - e com as paredes pintadas de branco. Segundo relato dos moradores do Aglomerado da Serra, de modo geral, a qualidade dos materiais utilizados, bem como a execução dos projetos, não era boa. Alguns moradores tiveram problemas com as janelas, que eram coladas e não presas às paredes; problemas com desnível do piso entre os cômodos também foram comuns (o que implicou gastos maiores na colocação da cerâmica do chão). Outro problema bastante relatado refere-se ao sistema hidráulico, com a recorrência de entupimentos nos banheiros, na cozinha e na caixa de esgoto dos prédios.

Só quando a gente mudou, que eles não encaixaram bem os canos das caixas d'água, na hora da pressão um cano arrancou (até do quarto andar), aí molhou o prédio de lá até aqui [primeiro andar] e as paredes ficaram todas úmidas. Nós mesmos descobrimos o defeito, avisamos para eles [URBEL], eles mandaram o moço que trabalha para eles, o cara foi lá e viu que era só... E tem esse problema do nosso entupimento de caixa de esgoto, que não é uma coisa normal, porque eles fizeram as caixas pelos cotovelos. Então, no futuro, ou até agora (a gente ainda continua reclamando com eles [funcionários da URBEL], mas eles ainda não fizeram nada), vai ter que fazer outra caixa, porque não tem jeito de mexer numa merda dessa com todo mundo morando e usando o prédio; tem que ser uma coisa limpinha,

para fazer de novo, então vai ter que fazer uma outra caixa. Tirando isso, o resto da estrutura... tá indo bem (Marisa, cerca de 45 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 40 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental).

Ainda sobre os aspectos físicos dos prédios, afirmam que eles foram entregues sem interfone, o que demandou um gasto extra para a instalação do aparelho em seus respectivos blocos. Sobre o aumento de gastos, os moradores reassentados nos prédios da Praça do Cardoso afirmam que as contas de água e de luz subiram muito (cerca de 300%) e que, ao indagarem a URBEL sobre isso, a resposta foi que eles não tinham mais a tarifa diferenciada destinada a moradores de áreas de baixa renda, pois a CEMIG e a COPASA não mais consideravam a área como favela. Uma moradora relatou a dificuldade de arcar com as despesas:

É por isso que eu estou te falando: foi bom mudar para cá? Foi. Mas é mais prejuízo, porque quando eu morava na casa eu não tinha tanta conta pra pagar como tem agora; é muita conta. Para você ter ideia, quando você está morando numa casa, você só paga a sua luz a sua água, quando você está morando no apartamento, você tem que pagar condomínio, luz, água e alguns gastos a mais que acontecem no prédio. [...] então é muito mais gasto. Hoje eu vejo, igual eu falo com a minha irmã mesmo “a gente trabalha mais para pagar gasto de apartamento”; é muito difícil (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Durante os dois primeiros anos de moradia no prédio, a URBEL prestava assistência técnica aos moradores, mas depois desse período não se responsabilizava por nenhum problema, mesmo que fosse estrutural. Em três prédios onde moravam pessoas que entrevistei, os moradores relataram problemas de estrutura do prédio, como trincas e rachaduras. Uma moradora denunciou:

O prédio trincou bastante, em volta dele todo tá trincado; só que eles falaram que isso é... ele cedeu com chuva. Mas se cedeu com a chuva, se continuar a chuva ele vai cedendo. Ele tá cedendo em volta dele todo, pra cima do segundo andar, naquele patamar que tem, também tá com rachadura, esse prédio aqui tá (Fátima, cerca de 50 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Outra moradora, ao me mostrar a rachadura e uma espécie de afundamento no chão da área externa do prédio onde mora, disse que a Prefeitura afirmava que o fato de o prédio ceder era normal, mas que não havia risco de desabamento. Entretanto, a percepção dessa moradora sobre os riscos oferecidos pelas rachaduras era bastante diferente dos argumentos dos

técnicos: “isso é porque é pra favelado, aí pode ser coisa ruim. Não ia ter problema se a gente morrer, eles vão achar até bom”.

No caso de outro prédio que tinha uma rachadura na parte externa, ao longo de todo o primeiro andar, os técnicos da URBEL deram uma resposta semelhante à do caso anterior. Segundo os moradores, a rachadura chegou a um tamanho tal que era possível “que um menino entrasse dentro”; mas os técnicos afirmaram que aquilo era normal e que não havia risco de desabamento. Mas os moradores, inseguros, fizeram denúncias à imprensa e ao Ministério Público, conseguindo que a URBEL realizasse o reparo, que consistiu em preencher a rachadura e fazer um novo reboco (que já estava trincando novamente quando visitei o prédio). Uma moradora desse prédio, removida por sua casa estar em área de risco, questionou:

Eles falam que a minha casa tava em área de risco, mas não tava; o terreno tá lá até hoje. Eles me tiraram porque era de área de risco e me colocaram num lugar que também tem risco! (Dona Lourdes, cerca de 50 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida sob alegação da URBEL de que sua casa estaria em área de risco)

**Foto 9: Reparo feito na rachadura de um dos prédios da Rua São João**



**Fonte:** Luana Dias Motta

Outro problema bastante comum nos relatos foi o da relação com os vizinhos e as dificuldades para divisão das contas comuns, limpeza das áreas comuns, utilização das áreas e recursos comuns, barulho excessivo, além de disputas e brigas. Uma moradora relatou que em seu prédio havia o risco de terem cortada a luz das áreas comuns (corredores e entrada do prédio), devido ao fato de muitos moradores não pagarem condomínio. Nesse mesmo prédio, havia dificuldades para manter a escada e a área externa limpas porque nem todos ajudavam e alguns ainda jogavam lixo pelas janelas. Em outro prédio, um casal que morava no primeiro andar descreveu os problemas com barulho:

Tivemos problema com crianças. A laje [dos apartamentos], a laje é muito fina. Então, a pessoa pula no terceiro andar, a pessoa pula no terceiro andar você escuta aqui embaixo [primeiro andar]. E, assim, quantas e quantas vezes eu tive que subir lá em cima, lá no Fábio. Ficava sozinho, o pai ia trabalhar e deixa sozinho, sozinho os meninos e... aterrorizava, ele foi e mudou (Paulo, cerca de 30 anos, morador do Aglomerado da Serra desde que nasceu, removido de sua casa para construção da Praça do Cardoso).

Em outro prédio, os moradores estavam enfrentando problemas com um dos vizinhos devido ao fato de ele lavar o carro todos os finais de semana, durante horas, utilizando a água do prédio, além de autorizar amigos que não moravam no prédio a fazerem o mesmo; fato que estava tornando a conta de água mais cara.

Durante a pesquisa de campo, tomei conhecimento de três situações mais extremas relacionadas à convivência entre vizinhos nos prédios. Uma delas foi relatada no capítulo 2 e era a história de Dona Márcia, que enfrentou diversos problemas com os vizinhos depois de se mudar para o apartamento (barulho na janela, roubo de roupas colocadas para secar, fechamento das áreas comuns para não serem utilizadas por alguns moradores), que culminaram em diversas agressões físicas e em ameaças de morte e de destruição de sua casa, feitas a ela por vizinhos. Diante de tal situação, em que vivia “como se estivesse presa” - não podia sair de casa devido ao medo que tinha de ser agredida novamente -, ela decidiu se mudar do apartamento e ir para outra cidade. Um segundo caso relatado foi de uma briga entre vizinhos devido ao mau uso do portão do prédio, que teve como consequência o assassinato de um dos envolvidos. O terceiro caso envolveu duas moradoras, sendo uma delas quem me relatou o conflito:

Primeiro ela foi e cortou minhas plantas, porque eu tenho planta lá trás [do prédio]. No dia que cortou minhas plantas eu peguei e não falei nada, não; eu

falei, mas eu falei com a mãe dela. Aí, depois, quando foi na outra semana, ela pega e junta com os meninos e vai mexer nas minhas plantas de novo. E aquilo eu peguei e enraivei com aquilo e peguei e falei assim “Jesus, me ajuda. Me perdoa, Deus, me perdoa...” [...] Que não tem jeito não. Ai, fui lá na frente, lá na boca [...] Ai ele e os meninos [da boca] desceram cá na rua. Ai, com pouco, os meninos veio e ficou ali no muro ali e chamou ela “Ô fulana, vem cá!”. Ela pegou e falou assim “Ah, é Dona Auxiliadora, né? [...] Aí, ela pegou e ficou ressabiada, ficou com medo de... tanto que ela não tá ficando nem aqui na rua mais não. Desde o dia que eu conversei com os meninos; tanto que ela não tá nem ficando aqui na rua mais. Agora, quando foi ontem, eu varri ali na frente tudo, varri bem varridinho, você acredita que, por pirraça, por pirraça, ela pegou e mandou o menino dela ir lá pegar manga no pé de manga, por pirraça foi e descascou manga ali na frente, só pra poder me pirraçar (Dona Auxiliadora, cerca de 50 anos, moradora do Aglomerado da Serra há cerca de 30 anos, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Além dos problemas relativos à estrutura física dos prédios e apartamentos, dos novos gastos impostos por essa nova forma de moradia e da relação com os vizinhos, a mudança para o apartamento - espaço distinto da casa ou do barraco - implicou muitas restrições e transformações na forma de vida cotidiana. Uma moradora relembra sobre sua antiga casa e compara com o apartamento:

Mas era uma coisa... Minha área de lavar roupa era daqui lá naquele muro lá, imensa! Toda de ardósia. Eu ia, encerava aquilo tudo, limpava vidro da área e tudo, tinha minha máquina de lavar roupa, meu tanque, eu tinha um tanquinho, uma máquina e um tanque. Tinha uma escada que subia, se eu quisesse por roupa na laje eu punha, se eu não quisesse não punha. Ah, menina, agora eu fico olhando aqui, eu só tenho aquela beiradinha para estender roupa. [...] Tem hora que eu entro nesse banheiro aqui e eu estranho... até hoje eu estranho. No princípio, quando eu vim pra cá, eu olhei assim e falei “Luiz [o marido], aqui não cabe uma cama com um guarda roupa”; ele falou: “não, cabe sim!”; eu falei: “não cabe não!” (Edna, cerca de 55 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 40 anos, removida de sua casa devido a danos causados por obras do Vila Viva).

O caso de três irmãs que foram removidas e reassentadas com seus 5 filhos (totalizando 8 pessoas) em um apartamento de cerca de 50 m<sup>2</sup> e longe das outras duas irmãs que moravam no mesmo lote antes da remoção exemplifica como a mudança é experienciada:

Olha, nós já não queríamos, nós não queríamos vir pra cá, não, foi difícil, ninguém quis. Minha filha teve síndrome do pânico e ninguém quis ficar aqui, não. A gente custou a acostumar aqui, porque a gente não conhecia ninguém. [...] Na casa que a gente morou lá em cima era mil vezes melhor, porque era bem mais espaçosa, terreiro e aquela coisa toda. Aqui, porque... chegamos, não conhecia ninguém, a gente já não queria ficar aqui, a gente estava muito acostumado com a casa lá em cima, os meninos [os filhos]

também. [...] Eles não queriam muito, não; eles [os filhos crianças] choraram muito quando nós saímos da casa. Essa menina ali [uma criança de 5 anos] vivia pedindo pra gente voltar pra casinha dela. Até hoje a gente passa lá, a gente vê o lugar onde foi a casa e ela fala “ali era onde eu morava, eu queria voltar pra minha casinha”. Quer dizer, eles sentem muita falta. (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Em seguida, ela explica porque foi difícil se acostumar com o apartamento:

É, porque ficou muito mais apertado, porque a gente dormia... agora ficou mais apertado, não ficou apertado igual estava antes, mas na casa que a gente morou lá em cima, a casa era muito melhor, bem mais espaçosa, terreiro, aquela coisa toda. Aqui, porque, chegamos já não conhecia ninguém, e a gente já não queria ficar aqui, a gente estava muito acostumado com a casa lá em cima, os meninos também. Mas para acostumar foi difícil, pior ainda depois que a minha irmã foi embora... ela ficou uns seis meses aqui [no apartamento] e foi embora. Porque não tava dando, porque ela queria o espaço para as filhas dela, aquela coisa toda... Aí foi morar de aluguel (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Para essa família, além da saudade dos vizinhos e da falta de ter um quintal, a mudança para o apartamento significou uma desestruturação das relações familiares, pois não foi possível reorganizar as relações entre os membros da família no novo espaço de moradia. Com efeito, as relações familiares estão estreitamente relacionadas à casa, porque “a família é tecida fundamentalmente nas relações havidas no interior desse espaço físico, o qual confere um destino comum aos seus membros, apesar de objetivos de vida e trajetórias por vezes bastante diversos” (VALENCIO et al., 2007, p. 86).

Outra moradora, uma senhora de 72 anos, relata o estranhamento com o espaço do prédio:

Pois é, menina, o negócio é esse: é bem colado. Eu não queria isso assim, não. Tudo que você faz em casa, se você toma um banho, eles tão ouvindo o barulho do chuveiro; tudo que você faz, eles tão vendo o que você tá fazendo; você abre a torneira, eles tão ouvindo o barulho da água; você tá fazendo uma comida, eles tão vendo o trem chiando na panela. Oh, menina, mas tem hora que me dá uma... uma tristeza disso. Eu queria morar num lugar que assim, não que fosse muito grande, mas fosse mais afastado um tiquinho, que ninguém ia... visse o que quê eu tô fazendo dentro da minha casa... ninguém visse o que quê eu tô fazendo, isso é muito ruim, a pessoa ficar... (Dona Ruth, 72 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 50 anos, removida de sua casa para alargamento de rua).

No caso da Dona Ruth, a questão não é a falta de espaço, uma vez que ela mora sozinha, mas a falta de privacidade devido ao fato de os apartamentos serem muito “colados”; a ideia de que os vizinhos podiam saber o que ela fazia a cada momento a incomodava. A percepção de que os apartamentos eram muito “colados” provocava nela uma sensação de que, por estar tão exposta, estava desprotegida. Ao mesmo tempo, em todos os meus encontros com Dona Ruth ela enfatizou o fato de que passou a sentir falta de ar depois que se mudou para o apartamento, fato que parece estar relacionado com a percepção de que os apartamentos são muito colados, como se ela estivesse confinada, sufocada.

Essa mesma moradora fala sobre outro aspecto que considera ser uma das principais diferenças entre a sua casa antiga e o apartamento:

Dona Ruth: Aqui tem uma coisa que me prejudica, que eu não aguento, essa pracinha tem festa [palavra inaudível], só você vendo, festa desses traficantes [palavra sussurrada]; traz esses carros deles praí, esses sons deles praí e fica a noite inteira batendo aí, só você vendo; é quase até dia de semana eles fazem festa aí. Oh, menina, eu não posso dormir aqui, eu tenho que sair fora e dormir fora. Tem uma dona, uma dona ali embaixo, que eu durmo na casa dela, ela já acostumou comigo, já fica me esperando; quando tem festa ela sabe que eu vou pra lá mesmo, porque é onde eu acostumei a ir.

Luana: Lá na Rua da Água não tinha esses barulhos?

Dona Ruth: Não, não, lá não tinha isso, não; lá não tinha isso, não. Por isso que eu gostava muito de lá, era tranquilo. Aqui é difícil você passar um final de semana que você não é atribulado. É muito difícil, todo fim de semana aquela coisa, a mesma coisa!

É importante notar que, nesses relatos, “não se trata simplesmente de uma desqualificação do presente em relação a um passado idealizado. Trata-se de uma lógica de comparação que, mesmo quando reconhecendo algumas vantagens [...] reitera que o que foi perdido não foi ou não poderia ser compensado” (SANTOS, 2007, p. 208). Com efeito, o relato de uma mãe sobre a doença da filha mostra como não era possível compensar os danos que a família teve com a mudança:

Quando eu fui descobrir, foi muito difícil. Foi quando a gente mudou de lá [casa alugada] para cá [apartamento]. Ela era uma menina muito calma, aí começou a ficar só na janela, bebendo muita água, andando pra lá e pra cá, não dormia à noite... foi na mudança de lá para cá. [...] Ela fez tratamento um ano e seis meses com psicólogo, ela fez [breve interrupção] Aí, ela fez tratamento com psicólogo, aí viu que tava com pressão alta, que ela tava com pressão alta, tomar remédio, aquela coisa toda (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

A partir dos relatos dos moradores sobre a trajetória da moradia ao longo da vida (com ênfase no processo de remoção e reassentamento), pude perceber como o sofrimento perpassa a vida daquelas pessoas. A presença do sofrimento nos relatos marcava dois momentos principais. O “antigamente”, que se referia ao período anterior ao início da década de 1990, antes do acesso aos serviços básicos, tempo em que ainda não havia tanta infraestrutura, especialmente água encanada, o que os obrigava a acordar de madrugada para enfrentar filas nas bicas e carregar lata de água na cabeça. E o período de saída da casa por causa das remoções, seguida da adaptação nos apartamentos:

Dona Ruth: Mas aqui eu estou da maneira que você tá vendo. Lá na Rua da Água [local da antiga casa] eu sofri, mas sofri demais; nos alugueis, eu sofriiii, mas sofri demais e eu tô sofrendo aqui; eu não sei o que [palavra inaudível].

Luana: E na Rua da Água, a senhora fala que sofreu muito por quê?

Dona Ruth: Porque lá, quando chovia, era muito ruim, nosso Deus! Passava enxurrada na porta da gente, tinha bicho, rato, entrava na casa da gente, aquela casa sem segurança, você tinha medo de cair qualquer hora com a chuva. Então, contratempo de chuva, essas coisas, a gente não tinha, não tinha [palavra inaudível], não (Trecho de entrevista com Dona Ruth, 72 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 50 anos, removida de sua casa para alargamento de rua).

Certamente, os relatos sobre o sofrimento de “antigamente” - tempo em que não havia água encanada, rede de esgoto, luz, era preciso carregar água na cabeça, não subia ônibus, havia enchentes - era uma forma de dizer para mim, uma jovem que não viveu na favela, como a vida foi difícil e como as coisas melhoraram<sup>24</sup>. Entretanto, se, por um lado, falar sobre o sofrimento de “antigamente” era uma forma de contrastar as antigas condições com as condições atuais e me fazer entender como tudo era antes, por outro, funcionava como uma forma de dizer que, por mais que tivessem sofrido com o processo de mudança, esse sofrimento da remoção era menor que aquele de “antigamente”.

Cabe esclarecer que não quero sugerir que não houve melhora nas condições de vida dos moradores de favelas e que as dificuldades de “antigamente” não impunham condições duras para a sobrevivência deles; isso seria romantizar a pobreza e ignorar tudo o que me foi relatado pelos moradores. Além disso, não proponho que o sofrimento por causa da perda da

---

<sup>24</sup> Os moradores não associavam a melhora das condições de vida ao início das intervenções do Vila Viva. Pareceu-me que o Programa estava inserido em um processo mais amplo da melhoria da qualidade de vida dos pobres, que teve início por volta de 2002/2003, por ocasião do primeiro governo Lula, conforme associam explicitamente diversos moradores.

casa e as mudanças da forma de morar sejam maiores que as dificuldades pelas quais passaram “antigamente”. O que me chama a atenção é como eles articulam esse sofrimento e essas dificuldades de “antigamente” com o sofrimento de ter de deixar a casa e os vizinhos.

É como se, por estarem vivendo em condições melhores que as de “antigamente”, tivessem que transformar todas as rupturas e dificuldades atuais (inclusive o processo da remoção) em mais um episódio de dificuldade e sofrimento, uma vez que já passaram por tantos outros. Desse modo, os próprios moradores justificam o sofrimento que lhes foi imposto ao saírem de suas casas com a própria história de sofrimento ao longo de suas vidas (especialmente “antigamente”), operando como uma espécie de legitimação da imposição de situações de sofrimento e dificuldade, com exposição constante a elas. Como eles mesmos dizem, “eu já passei por coisa muito pior”, “eu não posso reclamar”; é como se já estivessem acostumados a sofrer ou como se o fato de já terem passado por sofrimento muito pior os habilitasse a sofrer mais, devendo ser sempre capazes de suportar mais sofrimento.

Eu não posso chorar, não, graças a Deus. Eu podia chorar se minha casa fosse muita gente e eu não tivesse espaço [...] É uma vida, é uma vida. Até hoje eu fico assim: “gente, eu não tinha nada, só tinha a benção de Deus” (Edna, cerca de 55 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 40 anos, removida de sua casa devido a danos causados por obras do Vila Viva).

A história sobre a vizinhança, contada por outra moradora, deixa claro como a superação da saudade parece se apresentar como um imperativo e a reclamação parece não ter lugar ou fazer sentido:

Dona Ruth: Eu tinha vivência boa com eles [os vizinhos], graças a Deus. Tinha uma vivência muito boa com eles, eles me ajudavam, eles viam que eu era sozinha. Quando precisava de alguma coisa, que eu pedia, eles faziam pra mim; uma coisa pra consertar assim dentro de casa, fazia pra mim. Eles foram muito bom pra mim, os vizinhos foi **muito** bom lá na Rua da Água.

Luana: E quando vocês saíram, como que foi? De ficar longe dos vizinhos...

Dona Ruth: Quando...

Luana: Quando vocês tiveram que sair da casa de vocês, mudar, como foi pra senhora ficar longe dos vizinhos?

Dona Ruth: Ah, a gente acostuma, a gente acostuma, né? A gente acostuma, você sabe que não vai ter jeito, tem que acostumar, né? Aí a gente acostuma.

Porém, dois dias após essa entrevista, voltei ao Aglomerado para conversar com uma vizinha de Dona Ruth e a encontrei sentada na esquina da rua, em frente ao seu prédio, “tomando um solzinho”, como ela dizia. Nesse dia, Dona Ruth me falou sobre a vontade que tinha de ir

onde era a casa antiga para visitar antigos vizinhos que não foram removidos. Mas ela não conseguia ir até o local porque eram muitos morros para subir (mesmo se pegasse o ônibus amarelinho que circula dentro do Aglomerado) e ela não conseguiria devido ao problema de coluna e às fortes dores nas pernas. Ela falou que sentia muita saudade deles e que, se um dia arranjasse alguém para levá-la, iria me falar para que eu pudesse conhecer onde ela morou e os vizinhos antigos.

Quando se é excluído do acesso a direitos e a condições mínimas de vida (como aconteceu ao longo da vida dos moradores de favelas), sofre-se pelo risco e pela ameaça da morte biológica (por não ter o que comer, pelo fato de a água ser contaminada, pelo risco da casa desmoronar com a chuva). Quando se é incluído (como se afirma que acontece a partir de década de 1990, processo que culminou com o Vila Viva), continua-se a sofrer porque se perde a casa, a relação com os vizinhos, o modo de vida, mas também porque é preciso se adaptar a uma forma “correta” de morar no apartamento. Uma intervenção social que tem como objetivo melhorar as condições de vida e “aliviar o sofrimento dos sujeitos definidos como ‘vulneráveis’ (BRAZZABENI & PUSSETTI, 2011, p. 2), como é o caso do Vila Viva, gera outros sofrimentos:

Como afirma Das (1997), nas sociedades contemporâneas, a violência e o sofrimento infligidos podem ser interpretados como um preço a pagar pelos indivíduos para vivenciarem sentimentos de pertença identitária e social – uma “teodicéia secular” que funciona quer como instrumento social para enfrentar as frustrações, quer como instrumento de poder para explicar e justificar o sofrimento atribuindo-lhe uma alegada “utilidade social” e “pedagógica” (BRAZZABENI & PUSSETTI, 2011, p. 5).

Assim, “o sofrimento não entra, portanto, no cotidiano das pessoas só por mero acaso, por contingências específicas da vida ou por existirem mecanismos objetivos de ‘disfunção social” (BRAZZABENI & PUSSETTI, 2011, p. 5). O mal-estar e o sofrimento, nessa perspectiva, têm uma natureza social e política (BRAZZABENI & PUSSETTI, 2011, p. 5), uma vez que é um sofrimento imposto por causas externas, podendo, então, ser pensado como um sofrimento social (SANTOS, 2007).

O sofrimento social, nesta perspectiva, resulta de uma violência cometida pela própria estrutura social e não por um indivíduo ou grupo que dela faz parte: o conceito refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social. Alude, ao mesmo tempo, a uma série de problemas individuais cuja origem e consequência têm as suas raízes

nas fraturas devastadoras que as forças sociais podem exercitar sobre a experiência humana. O mal-estar social deriva, portanto, daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como tais formas de poder podem influenciar as respostas aos problemas sociais (BRAZZABENI & PUSSETTI, 2011, p. 4).

Entender a fala dos moradores sobre os sofrimentos e dificuldades ao longo da vida como sofrimento social nos permite perceber como esse processo de perpetuação do sofrimento é incorporado como cotidiano e constituinte de suas vidas. Os sentimentos, “frutos do processo de exclusão, são relegados a passar por um processo que pretende apagá-los, anulá-los, enfim, torná-los inaudíveis” (CARRETEIRO, 2003, p. 60).

Ao compreenderem e vivenciarem o sofrimento dessa maneira, as falas sobre a dor de ter de sair da casa, deixar os vizinhos, enfrentar problemas nos apartamentos se combinavam com afirmações, pela maior parte dos moradores, de que o apartamento foi uma coisa boa, como fica evidente no seguinte relato:

Eu gosto daqui porque aqui é tudo arrumadinho, tudo limpinho, os vizinhos que escolheu aqui pro prédio é tudo gente boa, não tem ninguém assim que implica, todo mundo é gente trabalhador, então... Mas é que eu gosto de lá por conta de planta. Eu tô doidinha com um barracão, eu falei com eles [URBEL] lá “se eu achar um jeito de trocar aqui num barracão, eu vou trocar”, só que eles falam “não pode.” Mas se eu achar um barracão bom, cercadinho, tudo muradinho, eu vou, vou trocar e vou (Fátima, cerca de 50 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

A fala de Fátima é interessante para ilustrar como não há, necessariamente, uma polarização na qual a casa antiga seria algo bom, ao passo que o apartamento seria algo ruim. Mesmo sentindo falta da casa e tendo preferência por voltar para uma casa com quintal, ela destaca que gosta do apartamento e explica os motivos: organização, limpeza. Por outro lado, em outro trecho, Fátima destaca alguns pontos negativos dos apartamentos:

Eu vim pra cá porque a minha casa eles falavam que estava na área de risco. Só que, na época, eu fiquei desesperada demais porque eu vi quebrando a minha casa e minha casa, até hoje, não caiu nada da área; eu já briguei lá querendo voltar pra área, porque no começo no predinho foi muito difícil... briga demais, então ninguém concordava com nada, um queria uma coisa, o outro queria outra. Então, no início foi ruim, mas agora eu já acostumei aqui, agora eu estou gostando, está sendo bom. Mas mesmo assim, quando eu vejo a área que foi da minha casa, a área que foi minha, eu ainda quero voltar para lá de todo jeito. Nós não pegamos o documento daqui (do predinho)

ainda, mas eu, por minha vontade, eu deixava isso aqui e ia pra lá de volta, que eu gostava de lá. Mais também por conta do barulho da praça. A praça acabou um pouco do barulho, eles não fazem mais som ali, que fazia, mas os carros de som continuam; perturba demais essa praça. O mais, o resto, está tudo bom, não tem nada que perturba aqui, não (Fátima, cerca de 50 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

A história da família de Manuela também mostra essa ambiguidade, pois a mudança para o apartamento significou, simultaneamente, sofrimento e tranquilidade:

Mas, na mudança foi muito difícil pra todo mundo, porque nós já nascemos lá. Eu vivi lá até os 33, até os 32 anos; então, assim, foi muito difícil. Mas foi uma coisa boa, não foi ruim, não. E a melhora da Vila Viva foi essas ruas, agora já não tem muito mais beco, porque nessa área que eles indenizaram lá na Rua da Água, virou área verde; não tem beco lá, não tem maneira alguma de você subir, nem nada. E foi bom por causa dessas melhorias, porque hoje a polícia pode entrar mais tranquilamente, você pode andar; não tem beco, aquelas coisa que fica malandro... Eu, pra mim, eu acho que melhorou muito a Serra. Cem por cento. [...] Aqui foi muito bom, mas deu muito prejuízo: conta muito cara, tudo aqui é caro! A água, a luz, vem muito caro. [breve interrupção] A luz aqui vem 190, 200 [reais], a água vem caríssima (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

A experiência de Adriana e sua irmã evidencia como a reclamação sobre o tamanho reduzido dos apartamentos se combina com a afirmação de que foi bom se mudar:

É, pra mim aqui é bom, eu gosto daqui [palavra inaudível]. Esse negócio que eles fizeram foi até muito bom pra gente, pras crianças; a maioria dos prédios tem escola perto, você vê aqui atrás tá a UMEI [Unidade Municipal de Educação Infantil] da São João, essa agora tá saindo em pouco tempo. Única coisa ruim mesmo dos predinhos é o espaço, que é muito pequeno, entendeu? Igual, geralmente, no meu caso, deu pra mim e pra minha irmã juntas, esse daqui, pra uma família que tinha cinco pessoas, ainda tinha meninos e meninas (no caso) e nós duas; como a gente não era casada também, cada uma ficava com seus filhos no seu quarto, ficava muito apertado, não cabe todo mundo. Então, a maioria dos casos é esse, é muito pequeno, porque querendo ou não, a casa que a gente morava não tinha muito luxo, mas tinha espaço (Adriana, cerca de 30 anos, moradora do Aglomerado da Serra desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

A aparente contradição entre os relatos de tanto sofrimento para deixar a casa e os vizinhos e a afirmação de que a mudança para os apartamentos foi boa, revela a ambiguidade da situação. Por um lado, o Programa é associado a um processo de mudança que trouxe

melhorias (sistema de saneamento, luz elétrica, eliminação das áreas de risco etc.); por outro, impinge mais sofrimento, ao retirar as famílias de suas casas e aumentar os gastos com contas de água, luz, condomínio e, nos casos das famílias que perderam a horta, o pomar e o espaço de criação de animais, com a alimentação.

A fala da Dona Ruth, que, ao longo da entrevista, relatou diversos episódios de problemas e tristezas relacionados ao apartamento ao mesmo tempo em que afirmava que ele era uma coisa boa, também exemplifica a ambiguidade dessa situação:

Dona Ruth: Eles falaram com nós que, se nós quiséssemos [palavra inaudível] o apartamento, era só [palavra inaudível]; que aquele que não adaptar ficar em apartamento, quiser uma casa baixa, ele pode vender o apartamento e comprar.

Luana: A senhora tem vontade [de vender o apartamento], Dona Ruth?

Dona Ruth: Ah, eu não... só se eu achasse um lugar muito, que eu agradasse muito bem, um lugar assim com um quintal, uma casa boa, um quintal; se eu achasse um lugar assim eu tinha coragem porque assim tinha lugar de eu [palavra inaudível], não precisava de eu ficar fechada assim, porque eu acho que o que mais me coisa, é eu ficar fechada assim, ficar fechada assim. Tem hora que eu saio lá pra rua, fico lá muito tempo lá, tomando ar, depois eu volto. Mas, desde que eu cheguei aqui, é o mesmo ritmo. Então, casa, casa assim no coisa é muito melhor assim do que apartamento, porque você sai, sai pro quintal e tudo; é muito melhor!

Ao mesmo tempo em que dizia que o apartamento foi um acontecimento positivo, ela afirmava ter preferência por uma casa, onde não se sentiria confinada, onde poderia “tomar um ar”, ir e voltar sem ter de subir escadas (o que era um problema para Dona Ruth, que tinha um problema na coluna e fortes dores nas pernas).

Se, por um lado, a banalização do sofrimento causado pelo processo de remoção é justificada pelos moradores pelo fato de terem vivenciado outros momentos de sofrimento mais intenso e pior, por outro, a justificativa para aceitarem e, no limite, aderirem a essa situação está associada a uma lógica de responsabilização e culpabilização dos sujeitos e com aspirações, sonhos e desejos dos próprios moradores.

### 3.3 De onde vem a adesão aos apartamentos: culpabilização, responsabilização e desejo

A cada ida ao Aglomerado da Serra e a cada entrevista, tornava-se mais evidente o embricamento entre essa espécie de resignação frente a todo sofrimento e uma lógica que responsabiliza e culpabiliza os indivíduos pelos seus próprios destinos. Na primeira entrevista que realizei para a pesquisa, uma senhora disse, sobre os apartamentos, que o Aglomerado havia mudado com o Vila Viva, que havia ficado muito melhor com os “predinhos todos bonitinhos”, mas que o problema estava com as pessoas, que não tinham respeito.

As observações sobre os moradores que não se adaptavam, porque causavam problemas aos vizinhos ou porque se mudaram do apartamento e “voltaram” para a favela, sempre tinham um cunho de responsabilização dos indivíduos. No caso dos mais velhos, tais observações tinham uma especificidade: indicavam a quase impossibilidade de as pessoas de “mais idade” se adaptarem ao novo modelo de moradia colocado pelo apartamento:

Paulo: Mas a vida, a vida aqui para as pessoas mais velhas não foi bom. A gente sabe por experiência própria. Você vê lá a mãe do Daniel, Dona Clara, ela fica ali sentada, tristonha... Você vê, pra pessoa mais velha isso aqui não foi bom, porque eles não são acostumados a viver, viver...

Fernanda: Viver preso, preso, né?

Paulo: Em apartamento, tudo fechado. Agora, para os mais novos, que vêm agora, esses já tão mais adaptados a viver mais fechado mesmo. Porque os mais velhos não estão, não (Trecho de entrevista com o casal Paulo e Fernanda, ambos com cerca de 30 anos, moradores do Aglomerado da Serra desde que nasceram).

Uma moradora também relatou a dificuldade das pessoas mais velhas se adaptarem:

As pessoas de idade, a adaptação delas foi difícil. Foi não, tá sendo difícil. Porque a gente que ainda tá novo, a gente ainda entende, mas as pessoas que já tinham lá criação, já tinha planta... Não é que tá ruim, igual eu tô falando com você, não é que aqui tá ruim, é ótimo, mas acontece que quer vender e quer uma casa. [...] A Dona Josefa vendeu e não está mais aqui, a Dona Marta estava preparando pra vender quando veio a falecer, a Dona Amélia alugou (Elisabeth, cerca de 40 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 15 anos, removida de sua casa para abertura de uma rua).

Pelos relatos, é possível notar que as pessoas mais velhas - grupo no qual há mais pessoas que afirmam que não gostaram da mudança - são consideradas pelos moradores como “cabeça dura mesmo”, “mais apegados com um ‘terreirinho’”, denotando uma visão que os associa ao passado, ao antiquado, ao atrasado, o que justificaria a rejeição deles ao apartamento.

Diferentemente, sobre as pessoas mais jovens (aquelas que não eram idosas) que não se adaptaram ao apartamento, por reclamarem ou não seguirem as regras, as explicações tinham uma conotação de crítica e de responsabilização desses sujeitos. Na maior parte das falas, os moradores foram descritos como mal educados, porcos, favelados, folgados, irresponsáveis e ingratos. É importante esclarecer que, ao apresentar trechos de falas sobre aqueles considerados inadequados, não pretendo invisibilizar os transtornos e problemas efetivos sofridos cotidianamente por vários moradores devido à convivência com os vizinhos (apresentados no tópico anterior). Entretanto, é interessante refletir sobre as explicações e justificativas construídas sobre os vizinhos “problemáticos”.

Sobre os acordos entre os moradores acerca das questões coletivas, uma moradora critica a postura de alguns vizinhos:

Foi muito difícil porque as pessoas não gostam de limpeza, as pessoas são muito porcas. Foi muito difícil você deixar do jeito que você tá vendo aqui, tudo limpinho, arrumadinho, lixo lá fora. Então, mudaram pra cá, já começaram a por lixo na porta, ninguém queria saber de fazer nada, ninguém limpa sua porta, ninguém limpa as escadas, conta de condomínio ninguém quer saber de pagar. Isso era no início, acha que não tem obrigação de arcar com essas despesas (Fernanda, cerca de 30 anos, moradora do Aglomerado da Serra desde que nasceu, removida de sua casa para alargamento de rua).

Essa mesma moradora falou sobre a falta de compromisso de alguns moradores:

Pra mim foi excelente! Porque, pra mim, ter o meu espaço é muito bom. Mas pra algumas pessoas não foram bons, não. As pessoas criticam “ah, apartamento, o apartamento é muito pequeno, o apartamento, a conta de luz tá vindo muito cara, a conta de água tá vindo muito cara...” Porque as pessoas não acostumaram a pagar isso, moraram em favela, essas coisas assim, aí faz gato de água, faz gato de luz e não quer arcar com as despesas. Então, quando você vai para um outro lugar que você tem que ter responsabilidade daquilo, aí já começa a falar mau. Aí fala: “ah, apartamento é isso, apartamento é aquilo; não temos condições de pagar nem água, não temos condições de pagar nem luz” (Fernanda, cerca de 30 anos, moradora do Aglomerado da Serra desde que nasceu, removida de sua casa para alargamento de rua).

Outra moradora explicou porque as críticas de alguns moradores aos apartamentos não fazem sentido, da seguinte maneira:

Eu acho que melhorou muito a vida do povo, tem muita gente que reclama de barriga cheia. Porque, às vezes, igual, a gente morava nas favelinhas, casa

amontoada, tinha gente que tinha talvez um cômodo, morava num cômodo com banheiro; com aquela casa cheia de menino. Aí, quer dizer, conseguiu um apartamentozinho, ainda que seja de dois quartos, mas é limpinho, é arejado; você paga conta, como você tem obrigação de pagar onde você está, em qualquer lugar que a gente mora, apesar de que, às vezes, morando com família não tinha costume, então, pega o hábito! Não é pra melhor? (Marisa, cerca de 45 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 40 anos, removida de sua casa para criação de uma Área de Proteção Ambiental).

Essa lógica presente nas falas dos moradores, que responsabiliza e culpabiliza exclusivamente o indivíduo pelos problemas nos prédios ou pela sua rejeição ao apartamento, pode ser entendida à luz do que Foucault (2008b) chamou *governamentalidade neoliberal*. Na perspectiva foucaultiana, a governamentalidade neoliberal não é apenas uma opção política e econômica, mas toda uma nova forma de ser e de pensar dos próprios indivíduos; um novo “tipo de relação entre governantes e governados, muito mais do que uma técnica dos governantes em relação aos governados” (FOUCAULT, 2008b, p. 301). Nesse sentido, a análise empreendida por Foucault (2008b) tem como foco a “razão governamental”, isto é, os tipos de racionalidade que são postos em ação nos procedimentos pelos quais a conduta dos homens é conduzida por meio da administração estatal” (FOUCAULT, 2008b, p. 436). Para tanto, ele tomou dois exemplos contemporâneos: o liberalismo alemão do pós-guerra (o ordoliberalismo) e o neoliberalismo americano (associado à Escola de Chicago). As reflexões desenvolvidas nesta dissertação sobre a governamentalidade neoliberal dialogam, essencialmente, com o neoliberalismo americano, pois problematizam o fato de a racionalidade do mercado e os critérios de decisão nele baseados terem sido ampliados para campos não exclusivamente econômicos, como, por exemplo, as políticas sociais, as políticas de segurança e para a própria forma dos sujeitos se conduzirem.

A constituição da governamentalidade neoliberal remete ao surgimento da biopolítica e aos mecanismos de poder a ela associados, discutidos no capítulo 1. Por volta do século XVI, o soberano deixa de ter o poder de fazer morrer e passa a ter um poder que deve fazer viver. Tal deslocamento está relacionado ao encontro dos processos de concentração estatal (formação dos estados territoriais) e de dispersão e dissidência religiosa (da qual a Reforma Protestante é a principal expressão). A crise geral no pastorado cristão<sup>25</sup> colocou a necessidade de se

---

<sup>25</sup> Em sua genealogia da governamentalidade, Foucault (2008a; 2006) mostra como o pastorado cristão constitui o prelúdio da governamentalidade que vai se desenvolver no século XVI: “O pastorado não coincide nem com uma política, nem com uma pedagogia, nem com uma retórica. É uma coisa inteiramente diferente. É uma arte de governar os homens, e é por aí, creio, que devemos procurar a origem, o ponto de formação, de cristalização, o ponto embrionário dessa governamentalidade cuja entrada na política assinala, em fins do século XVI, século

encontrar novas formas de direção espiritual, com o conseqüente questionamento de “como se deve governar e conduzir os indivíduos, mas também como os próprios indivíduos podem tomar a si a tarefa de se autogovernarem e se conduzirem em suas vidas” (GADELHA, 2009, p. 123). Essa confluência histórica recoloca intensamente o problema do governo em diferentes níveis (governo de si, das almas, das condutas, das crianças, do Estado): como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, qual método? Entretanto, não há um desaparecimento do pastorado cristão ou mesmo uma transferência maciça e global das funções pastorais da Igreja (de governo das almas) para o Estado. O que aparece para o domínio público é o problema de como o exercício do poder terá de ter como tarefa conduzir a conduta, em que medida quem exerce o poder soberano deve encarregar-se da nova tarefa de governar os homens e não apenas reinar sobre eles e prolongar a própria soberania (FOUCAULT, 2008a, 2008b). Assim, podemos considerar o Estado moderno como uma nova forma de poder pastoral; enquanto o objetivo do poder pastoral cristão era a salvação divina, o governo do Estado tem como objetivo a salvação mundana: saúde, proteção, bem estar etc. (FOUCAULT, 2010).

A governamentalidade é, portanto, essa forma de poder que “procura governar ou regular as condições em que as pessoas vivem suas vidas, a racionalidade que torna a atividade de governo imaginável para seus praticantes e aqueles sobre os quais ela é praticada” (LI, 1999, p. 296, tradução nossa). Essa grade de análise das relações de poder preconiza que o objetivo do poder é a “conduta da conduta”, ou seja, a governamentalidade centra-se na maneira como se conduz a conduta dos homens<sup>26</sup> (FOUCAULT, 2008a, 2008b).

A ‘conduta’ é, ao mesmo tempo, o ato de conduzir os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade. O poder, no fundo, é menos da ordem do enfrentamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’. [...] Governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros (FOUCAULT, 2004a, p. 243).

---

XVII e XVIII, o limiar do Estado moderno. O Estado moderno nasce [...] quando a governamentalidade se torna efetivamente uma prática calculada e refletida” (FOUCAULT, 2008a, p. 219).

<sup>26</sup> No tópico *Situação do curso*, do livro *Em Defesa da Sociedade* (FOUCAULT, 1999), FONTANA & BERTANI sugerem um deslocamento nas análises de Foucault sobre as relações de poder: até a década de 1970, elas tinham como modelo central a guerra, o enfrentamento; a partir dos anos 80 ele passa a pensar o poder mais como *governo* do que como *enfrentamento*.

Assim, o governo do Estado (o governo em sua forma política) se distancia do poder soberano, que tinha como objetivo e fim fazer cumprir a lei e garantir o próprio poder do soberano, que tinha o direito de morte. A seu turno, as coisas das quais o governo do Estado deve se encarregar são os homens em suas relações com as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território; mas também os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar dos governados e, ainda, os acidentes ou as desgraças, como a fome, a epidemia, a morte (FOUCAULT, 1979c, p. 282). Portanto, deve-se governar as coisas para um fim conveniente, qual seja: a maximização da vida e não mais a manutenção do poder soberano. Para isso, um bom governo deve ter paciência (não deve ser violento), sabedoria (saber os objetivos e táticas para dispor as coisas) e diligência (estar a serviço do governados) (FOUCAULT, 1979c, p. 285).

Mas “quando se analisa o papel do Estado em nossa sociedade, o mais frequente é concentrar-se nas instituições [...] no tipo de pessoas que as dirigem [...]” (FOUCAULT, 2004b, p. 308). Entretanto, é preciso se interessar pelas técnicas, as práticas que dão forma à racionalidade política e ao tipo de relação entre a entidade social e o indivíduo (FOUCAULT, 2004b). Nesse sentido, a noção de governamentalidade permite estabelecer “esse contato entre as tecnologias de dominação sobre os outros e as tecnologias de si” (FOUCAULT, 2004a, p. 324) e apreender “os modos de problematizar e agir sobre a conduta individual e coletiva em nome de certos objetivos que não têm o Estado como sua origem ou ponto de referência” (RABINOW & ROSE, 2006, p. 32).

No processo de mudança para os apartamentos, fica evidente que a culpabilização dos que não se adaptam não se refere apenas à forma como o poder público concebe os moradores da favela, mas também à percepção dos próprios moradores sobre os vizinhos e sobre si mesmos. Isso é evidenciado na fala de duas moradoras, as quais associaram os problemas com os apartamentos aos hábitos inadequados de alguns moradores:

Mas acontece que é difícil você tirar o hábito e a cultura de um povo. Quem já tem o hábito de fazer aquilo dali, a lixeira pode estar ali, mas tem gente que coloca o lixo ali [fora da lixeira]. (Elisabeth, cerca de 40 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 15 anos, removida de sua casa para abertura de uma rua).

Então, chegar num regime onde tinha mais pessoas ali cada um de uma forma, então, tivemos muita dificuldade em conviver, assim, adaptação. Não minha, igual eu tô te falando, mas dos outros que foram meus vizinhos, já até

mudaram, porque não consegue adaptar mesmo. Não sabe viver num lugar onde tem regras, não sabe que não pode bagunçar, não pode bater... Então, tava acostumado a viver do jeito deles [...] Porque o Carlos [marido] quis pegar uma regra de um prédio de alto luxo, num prédio... ele quis viver o jeito que ele vive lá, no prédio que ele trabalha. Só que aqui, ele esqueceu, nós estamos pegando pessoas chucas, que não tinha, nunca tinha morado num prédio, nunca tinha morado até mesmo numa casa (Sônia, cerca de 55 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 30 anos, removida de sua casa para abertura de uma rua).

Portanto, a perspectiva da governamentalidade contribui para pensarmos esses processos, pois não se restringe à análise das práticas de governo do Estado e suas instituições políticas, mas incorpora uma dimensão moral, uma vez que o governo do outro procura propor "verdades" sobre o que se é ou o que se deve ser (ROSE, 1988). Consequentemente, os indivíduos não apenas estão sujeitos à dominação de agentes externos, mas também são ativos em seu próprio governo. A intenção da governamentalidade é vincular o que é "desejável" com o que é "possível" ser feito, traduzindo ambições políticas em algo mais prático. Em outras palavras, a governamentalidade é o encontro entre técnicas de dominação e as técnicas de si (FOUCAULT, 2004a).

Uma perspectiva governamental não está, assim, preocupada com a "verdade" ou "falsidade" das racionalidades políticas, mas em como elas são construídas como conhecimento objetivo (MCKEE, 2009); o que importa é entender o "como" do governo nas sociedades atuais, as técnicas pelas quais indivíduos e grupos são regidos de acordo com uma racionalidade específica. Com efeito, as racionalidades de governo não são fixas ou universais, mas heterogêneas e historicamente contingentes; representam respostas particulares a problemas específicos em determinados momentos. A questão, então, é pensar sobre elas, entendendo a racionalidade como "fragmentos de realidade que induzem efeitos de real tão específicos como aqueles da separação do verdadeiro e do falso na maneira pela qual os homens se 'dirigem', se 'governam', se 'conduzem' a si mesmos e aos outros" (FOUCAULT, 2001, p. 848 apud AVELINO, 2010). Portanto, "o governo dos homens supõe uma certa forma de racionalidade, e não uma violência instrumental" (AVELINO, 2010, p. 145).

Dessa maneira, se a questão que se colocou para o Estado, no século XVI, não era mais como fazer crescer sua força e sim quais os mecanismos por meio dos quais se governaria para garantir o melhor para a sociedade, colocou-se, na verdade, a questão da limitação do governo. A ideia de um governo mínimo estará interligada ao aparecimento de uma economia

política, pois ela cria uma área onde o Estado não podia intervir: o mercado, que aparece como tendo mecanismos naturais, que agindo normal e livremente formará o preço certo, bom, verdadeiro. Desse modo, cria-se uma limitação (não jurídica) ao poder do Estado e instala-se uma tensão. O mercado deixa de ser objeto privilegiado de intervenção da ação governamental e passa a ser um mecanismo de formação de verdade, que irá dizer as regras e normas à prática governamental (com o Estado agindo o mínimo possível), tornando-se o lugar de verificabilidade da prática governamental. Foucault (2008b) afirma que

[...] em toda essa história e na formação de uma nova arte de governar, a economia política não deveu seu papel privilegiado ao fato de que ditaria ao governo um bom tipo de conduta. A economia política foi importante na medida em que indicou onde o governo deveria buscar o princípio de verdade da sua própria prática governamental (p. 45).

De forma que, para Foucault (2008a; 2008b), nas sociedades liberais, o Estado governava *por causa* do mercado, pois governar bem era saber onde interferir e onde deixar que a natureza das coisas operasse, inclusive a natureza do mercado, ou seja, como *deixar (laissez-faire)* que os mecanismos “naturais” do mercado se realizassem. Se a governamentalidade liberal perguntava ao Estado que liberdade ele daria à economia, a governamentalidade neoliberal perguntará à economia como sua liberdade (da economia) vai fundar a legitimidade de um Estado. Não se trata, no neoliberalismo, de deixar a economia mais livre do que era no liberalismo, mas do fato de a economia de mercado se tornar “o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais” (FOUCAULT, 2008b, p. 165).

No neoliberalismo, o Estado governa *para* o mercado, no sentido de que suas ações têm como base os princípios de uma economia de mercado e como objetivo possibilitar e melhorar o funcionamento do mercado. Enquanto regulador da sociedade, o Estado deve tornar o mercado possível, garantindo uma “moldura” social e política (condições institucionais, jurídicas e sociais) para a concorrência se dar livremente. Portanto, no neoliberalismo, temos uma política ativa sem dirigismo; não é mais o *laissez-faire*, mas um governo que intervém e age permanentemente. A ação do governo deve ser discreta no nível dos processos econômicos e maciça no nível social, para possibilitar que o mercado funcione segundo seus próprios mecanismos. Mas essa intervenção social vai significar o abandono da ideia de que a sociedade deva garantir certos direitos mínimos (como saúde, educação, moradia etc.) a todos

os seus membros; passa-se a definir certo limiar absoluto a partir do qual funciona a livre concorrência, que vai separar os pobres - aqueles que não conseguem atingir esse limiar e, portanto, devem ser assistidos – dos não pobres.

Mas o mercado não vai ser o indexador, o validador somente das ações do Estado; a forma econômica do mercado se torna o princípio de inteligibilidade das relações sociais e dos comportamentos individuais. O mercado passa a constituir-se como substância ontológica do “ser” social, a forma e a lógica a partir da qual o indivíduo e a sociedade devem operar (GADELHA, 2009). Portanto, o modelo é a empresa e sua interface é o homo oeconomicus, o sujeito empreendedor de si (FOUCAULT, 2008a), que deve ser capaz de aproveitar as oportunidades e se comprometer (LI, 1999). Assim, à medida que a lógica econômica de mercado se expande para outras esferas da vida social, como, por exemplo, para as políticas sociais, e institui processos e políticas de subjetivação, sujeitos de direitos são transformados em indivíduos microempresas (GADELHA, 2009).

Nessa lógica, a remoção para o apartamento passa a figurar como uma oportunidade que deve ser aproveitada; os que não se adaptam, os que têm críticas aos apartamentos são os não capazes, são os que não querem melhorar, os acomodados, enfim, os não empreendedores de si, como destaca um morador sobre as pessoas que não se adaptam ao apartamento:

Não é nem questão de família, não, porque esse negócio de planejamento familiar, igual eu tô te falando. Hoje, os que estão vindo hoje, eu falo hoje, mas de pessoa com responsabilidade. Tem aqueles meninos que ficam escutando funk o dia inteiro, que não tem nada na cabeça; igual aquela ali, o que ela pode arrumar é chegar aos seus vinte e cinco anos tá com seus três filhos. Mas a pessoa que estuda, que pretende... essas pessoas vão se adaptar. Inclusive você vê quantas e quantas pessoas que é de uma classe melhor, que tá comprando os apartamentos, pessoa que tem carro. Você vê, pessoa que é... um casal ali que tá começando agora, tá aí, comprou apartamento, compra e começa por ali. Quer dizer, a pessoa já tem um carro e quem vendeu não tem um carro, quem vendeu não quer saber de nada (Paulo, cerca de 30 anos, morador do Aglomerado da Serra desde que nasceu, removido de sua casa para construção da Praça do Cardoso).

Ou seja, a adequação ao apartamento é associada ao que não é da favela, a “uma classe melhor”, àqueles que querem melhorar e sair da condição de favelado; em oposição, a inadequação é relacionada ao fato de ter vindo da favela, ter hábitos de favelado, estar acomodado.

Ao analisar a “guerra contra a pobreza” nos Estados Unidos, na década de 1980, Cruikshank (1994) destaca que as “tecnologias de cidadania” são métodos para constituir cidadãos ativos e participativos, que se sintam responsáveis por suas condições e capazes de mudá-la. As tecnologias de cidadania tentam mobilizar e maximizar as subjetividades daqueles considerados sem poder, sem esperança, sem consciência, sem iniciativa, para agirem em seus próprios interesses. A estratégia é incentivar a participação e despertar o interesse pelos programas, atrair as pessoas para planejarem seu próprio bem-estar; o Estado não vai mais cuidar diretamente de seus cidadãos por meio de programas redistributivos. Para promover o desenvolvimento e o bem-estar, ele deve, ao contrário, conseguir capacitar e incentivar indivíduos marginalizados para cuidarem de si (SHARMA, 2006), como fica evidente no processo de “preparação” dos moradores, no âmbito do Programa Vila Viva, antes de irem morar nos apartamentos, ao longo do qual eles são capacitados para moldarem suas próprias vidas ao novo modelo do apartamento. Em suma, um governo menos direto na sociedade não implica necessariamente governar menos (SHARMA, 2006); há uma espécie de governo à distância (ROSE e MILLER, 1990).

Tendo em vista que as estratégias para a conduta da conduta operam por meio da tentativa de moldar as "tecnologias do eu", ou seja, as formas pelas quais os indivíduos governam a si mesmos (ROSE, 2001a), isso se dará nas sociedades neoliberais de maneira bastante específica não apenas porque o modelo do mercado é o norteador das ações e relações sociais, mas também porque há uma maior incorporação das subjetividades e capacidades pessoais dos cidadãos aos objetivos e aspirações dos poderes públicos. Por isso, as relações entre o poder e a subjetividade tendem a ser cada vez menos relações de constrangimento ou de repressão da liberdade do indivíduo e mais da ordem da estimulação da subjetividade para promoção da autoinspeção e modulação dos desejos; o governo exerce uma "ação à distância" sobre as escolhas dos indivíduos. Os indivíduos devem estar "livres para escolher" ao mesmo tempo em que devem ser educados e persuadidos a estabelecerem numa espécie de aliança entre os objetivos e ambições pessoais e os objetivos ou atividades institucionalmente ou socialmente valorizados.

As falas dos moradores indicam como, no processo de “preparação” da mudança para os apartamentos, a ideia de que a favela é algo ruim e que os moradores devem “superar” os hábitos e costumes é reforçada pelos técnicos:

Nessa parte de acompanhamento até que eles acompanharam bem. Nessa parte a gente não pode reclamar, não. Eles vinham, falavam “olha, não pode colocar roupa; vamos fazer direitinho para poder ficar um padrão bonitinho de apartamento, vamos deixar esse hábito de favela pra lá. Vamos colocar nossos lixos na lixeira”. Vinha e dava essas orientações pra gente. [...] uma coisa padronizada, séria. Ela vinha e pedia pra gente não colocar roupa na cerca, porque, aí sim, se vira um prédio de favela. Um padrão que eu falo, assim, em questão de respeito, em questão do som; pedia se alguém escutasse som, questão de roupa na janela. Pra gente poder se adequar àquilo dali, pra gente ter consciência de que agora a gente estava morando em prédios que ia passar até na televisão [...] Aí resolvemos fazer varal. Mas mesmo assim, de vez em quando, ainda tem problema por causa do varal. Coisa que não podia, a menina [técnica da URBEL] sempre vinha: “não pode ficar essa coisa de favela aqui na frente!” (Elisabeth, cerca de 40 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 15 anos, removida de sua casa para abertura de uma rua).

Quando saiu, aí veio as reuniões, pra ir programando o pessoal até mesmo fazer... já ir conversando como é que ia ser, porque tem muita gente que, você sabe, tem cabeça dura, ainda mais o pessoal mais... mais velho assim, o pessoal gosta mais de casa, o pessoal é meio que ignorante em certas partes. Aí, eles começaram, foi educando o pessoal aos poucos, aí foi aos poucos espalhando (Adriana, cerca de 30 anos, moradora do Aglomerado da Serra desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Decorre disso que estar adaptado ao apartamento ou seguir as regras e hábitos estabelecidos e considerados “adequados” é um indicativo de crescimento, avanço por distanciar-se do que a favela representa (sujeira, desorganização, ilegalidade). É expressão da vontade de melhorar, de se superar, apesar da saudade e do sofrimento. Muitos moradores relataram com orgulho a organização alcançada em seus respectivos prédios, como exemplificado no trecho a seguir:

Todo mundo. Aqui é um prédio que não dá trabalho pra ninguém. Que até o Paulinho Motorista [vereador] veio aqui e estava falando que é o prédio que qualquer um quer ter para morar, porque, assim, é muito organizado, a gente tenta organizar o máximo possível; não entra qualquer um aqui, tem que se identificar, ninguém abre a porta pra ninguém, se não for... se não bater no meu apartamento mesmo, não abre. [...] E é muito organizado, aqui é muito bom. Agora não tem muita bagunça, não tem nada (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

O aumento da ênfase na subjetividade como forma de governo do outro significa que “as práticas contemporâneas de subjetivação colocam em jogo um ser que deve ser anexado [...] a um projeto de ‘estilo-de-vida’ no qual a vida e suas contingências adquirem sentido na medida em que possam ser construídas como o produto da escolha pessoal” (ROSE, 2001b, p. 194). Com efeito, os próprios moradores que não estavam satisfeitos com o apartamento e

eram criticados pelos vizinhos também se responsabilizavam por essa inadequação. Eles diziam que os apartamentos eram bons, mas como tinham “hábitos de favelados” não puderam se acostumar com o apartamento:

No meu modo de pensar, se o governo desse uma casinha popular pra cada um seria muito melhor do que predinho; é meu modo de pensar. Pode ser desse tamanho aqui mesmo, que tá aqui, mas cada um com sua entrada individual. Porque favelado com favelado não se dá bem, não... não dá bem, não (Aline, cerca de 25 anos, moradora do Aglomerado da Serra desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco)

Políticas que têm como “público alvo” as populações pobres da cidade terminam, portanto, por reforçar a ideia de que o indivíduo é responsável pela própria condição precária de vida, pelo próprio sofrimento e pela própria inadequação. Disso decorre que aqueles que sofrem ou não se adequam serão considerados autores de suas próprias desgraças e responsáveis por elas (ROSE, 1997), como fica evidente nos relatos sobre o fato de não poderem reclamar dos sofrimentos decorrentes da mudança para o apartamento e sobre aqueles que não se adequaram ao novo modelo de moradia. Políticas como o Vila Viva vão funcionar em função do compromisso que o sujeito pobre deve assumir frente aos programas destinados à sua reconstrução ética como cidadão ativo (ROSE, 1997), que seja capaz de aproveitar as oportunidades que lhe são dadas, como, por exemplo, a mudança para um apartamento.

Se a ideia de que o indivíduo é responsável por sua própria condição é central na construção da adesão ao Vila Viva (especificamente no que tange à mudança para os apartamentos), é importante perceber que ter o indivíduo e a sua subjetividade como centro dos mecanismos de poder e dominação não significa uma operação de manipulação para responsabilizá-lo por seu destino nem pura coerção que o obrigue a aceitar os apartamentos. Ao contrário, se o objetivo é afinar o governo do outro e o governo de si,

[...] o governo da subjetividade exige, pois, que as autoridades ajam sobre as escolhas, os desejos e a conduta dos indivíduos de uma forma indireta. [...] Ela obtém seu efeito não através da ameaça da violência ou do constrangimento físico, mas através da persuasão inerente às suas verdades, das ansiedades estimuladas por suas normas e das atrações exercidas pelas imagens da vida e do eu que ela nos oferece (ROSE, 1988, p. 11).

Então, busca-se governar indivíduos livres de modo que eles vivam sua liberdade de forma apropriada; uma “liberdade regulamentada”, na qual a capacidade do sujeito para a ação é

usada como uma estratégia política para garantir os fins do governo (SHARMAN, 2006). Em outras palavras, como dizer sim aos desejos dos indivíduos de forma a colocá-los em relação para obter um determinado resultado. Como afirma Rose (1997),

A regulação da conduta passa a ser, assim, um assunto ligado ao desejo de cada indivíduo de dirigir sua própria conduta livremente com o fim de conseguir a maximização de uma concepção de sua felicidade e realização do estilo de vida pessoal como se fosse obra sua, mas semelhante maximização do estilo de vida implica uma relação com a autoridade a partir do mesmo momento em que se define como o resultado de uma livre escolha (p. 17).

Em uma das minhas primeiras entrevistas, uma moradora, ao falar sobre aqueles que causavam problemas aos vizinhos do prédio, me disse “você sai da favela, mas a favela não sai de você”. Por um lado, essa fala corrobora com a lógica de que, se há algum problema de adaptação e de comportamento com relação ao apartamento, ele é de responsabilidade do indivíduo, que não quer melhorar. Por outro lado, a ideia de que a favela deve sair de você (ou você deve tirá-la de você) vai ao encontro da percepção de muitos entrevistados de que a ida para o apartamento significa sair da favela. Isso aconteceu com uma senhora, Dona Ruth, que, da janela do seu apartamento (que fica na favela), disse-me, indicando as casas da favela: “lá, a favela, é feio, né?”, como se ela estivesse fora da favela.

**Foto 10:** Vista da janela de Dona Ruth



**Fonte:** Luana Dias Motta

Em uma propaganda da PBH sobre o Programa Vila Viva, uma senhora afirma que se sente pertencente à cidade depois que se mudou para o apartamento. Outra moradora, ao me contar sobre o processo de escolha do prédio onde iria ser realocada, explica:

E essa área aqui, o João [marido] escolheu essa área aqui, porque ele acha mais sossegado. Aqui nós estamos mais distante, bem dizer, da boca toda da favela, a gente está mais pra cá<sup>27</sup> (Elisabeth, cerca de 40 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 15 anos, removida de sua casa para abertura de uma rua).

As justificativas e explicações sobre aqueles que não se adaptaram aos apartamentos, bem como a ideia de que o apartamento não faz parte da favela, convergem para mostrar como é construída a oposição entre o que é bom e correto (o modelo formal de cidade, o apartamento) e o que é ruim e inadequado (a favela). Essa distinção entre a favela e os apartamentos não é apenas estética, mas se refere a modos diferentes de viver; o favelado é associado ao negativo e o não favelado ao adequado. Por isso, afirmar não estar mais na favela, como consideram muitos moradores que foram para os apartamentos, significa extirpar essa espécie de estigma que desqualifica a favela e o favelado. Então, sair da favela - que, no caso em questão, significa ir para o apartamento - é deixar de ser associado ao que é ruim, inadequado, sujo e perigoso.

Uma moradora, ao falar sobre os pontos positivos da mudança para o apartamento, me relatou que, quando morava no beco, apesar de gostar de sua casa e de seus vizinhos, tinha muita vergonha de dar o endereço para receber entregas e encomendas porque o local era mal visto, mas depois que mudou para o apartamento, não; estava na rua, não estava mais na favela.

Na mesma direção, é emblemática a fala de uma moradora sobre a satisfação com a inclusão da favela no mapa:

A Prefeitura, simplesmente eles querem que fica tudo no padrão bonitinho de um projeto, porque aqui vai ser, vai colocar no mapa, nós vamos aqui existir no [aparelho] GPS. Esses números que estão ali na porta ali, todos esses números, vai ser jogado na Prefeitura. Então, o morro, não sei se você leu naquele livrinho, ele vai ser todo dividido em setor. Eles querem fazer a favela existir até no [aparelho] GPS, pra ficar mais fácil de entrar no morro

---

<sup>27</sup> O prédio onde essa entrevistada mora fica em uma rua mais larga do Aglomerado, porém está há cerca de 300 metros do que ela se referiu como “boca da favela”, que são as ruas mais estreitas e becos.

(Elisabeth, cerca de 40 anos, moradora do Aglomerado da Serra há 15 anos, removida de sua casa para abertura de uma rua).

Ou seja, no processo de remoção e reassentamento, quem está inserido em um Programa que pretende realizar a regularização fundiária da favela tem o desejo e o sonho de existir como parte da cidade formal.

O afinamento entre o governo do outro e o governo de si depende, em grande medida, de nos reconhecermos como “certo tipo de pessoa, do desconforto gerado por um julgamento normativo sobre a distância entre aquilo que somos e aquilo que podemos nos tornar e do incitamento oferecido para superar essa discrepância” (ROSE, 1988, p. 13). É dessa perspectiva que podemos perceber que nossas vidas íntimas, nossos sentimentos, desejos, aspirações e subjetividades, apesar de parecerem exclusivamente privados e não serem objeto de poder, são intensivamente governados (ROSE, 1988).

Mas o desejo não se refere apenas a deixar de ser favelado, mas também ao fato de morar em uma casa segura (sem risco de desmoronar ou ser inundada), ter uma propriedade, não ter o risco de ser desapropriado a qualquer momento, ter instalações melhores:

Mas além de... ficar lá e vir pra cá, hoje eu penso assim: foi muito bom eu vim pra cá [o apartamento], porque aqui, hoje, pelo menos os meninos têm mais segurança, tá tudo cercado. Eu posso deitar na cama e dormir e saber que, se chover, não vai acontecer nada com os meninos. Aí, é bem melhor (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Começou, falou que ia tirar as casas, conversou assim... assim... assim com... com muito amor, sabe? Com amor. E falou que tinha que tirar as casas, mas eu, nós íamos ter **lucro**; e teve mesmo porque a minha casa lá era um cômodo e um banheiro, só isso. E eles falaram “você vão pra lá [apartamento], vocês vão ganhar casa, apartamento de cinco cômodos, cada um de vocês”. As pessoas, principalmente as pessoas que eram igual eu, eu sou sozinha, eles falaram “as pessoas sozinhas vai ganhar também um apartamento de dois quartos, banheiro, sala e cozinha”. E aí, a gente olhando assim, a gente via que a gente tava lucrando mesmo, né? Porque, eu principalmente, saí de um cômodo e um banheiro, né? Para ganhar, para entrar numa casa de cinco cômodos era vantagem, muita vantagem, né? É vantagem (Dona Ruth, 72 anos, moradora do Aglomerado da Serra há mais de 50 anos, removida de sua casa para alargamento de rua).

Com efeito, a insegurança e a precariedade marca a história de vida de muitos moradores de favelas. Em uma conversa, uma moradora do Aglomerado da Serra me falou sobre a história de vida de sua mãe, que passou por uma experiência de remoção em função de obras na Avenida Antônio Carlos (uma das mais importantes de Belo Horizonte), há cerca de três décadas, indo para um abrigo. Enquanto estava no abrigo, conseguiu um emprego de empregada doméstica e a patroa a autorizou morar com sua filha mais nova, mas não com o outro filho. Por isso, o menino tinha que dormir do lado de fora, na porta da casa onde a mãe trabalhava e a mãe lhe dava comida pelo portão. Diante dessa situação, essa moradora me perguntou: “que opção a Prefeitura deu pra minha mãe a não ser vim pra cá [a favela]?”.

Histórias de dificuldades como essa, somadas a condições precárias de vida, configuram desejos específicos: deixar de ser favelado, ter uma casa segura (em termos de posse e em termos físicos), existir no mapa. Como considerar e lidar com os desejos é central nos mecanismos de poder característicos da governamentalidade neoliberal, são esses desejos específicos que estão presentes na implementação do Vila Viva, possibilitando um forte ajustamento entre governo do outro e governo de si. É nesse sentido que Foucault (1979) constata que, na biopolítica, o poder incidirá justamente naquilo que se reivindica: melhores condições de vida e possibilidade de se realizar.

É importante destacar que, ao falar que o desejo de ter melhores condições de vida é constitutivo das relações de poder e das técnicas de dominação, não pretendo fazer uma defesa das condições precárias de vida nas favelas, pois, como dito, isso seria romantizar a pobreza e defender a desigualdade. Entretanto, o que fica claro é que “a relocação e o deslocamento compulsório podem surgir como uma perspectiva de permanência negociada, ou seja, como possibilidade de escapar à insegurança constantemente experimentada” (ZHOURI; TEIXEIRA; MOTTA, 2012). “As esperanças e sonhos de um futuro melhor, terminam por possibilitar que o conflito e o compromisso sejam incorporados na profunda violência estrutural” (BAVISKAR, 2003, p. 96, tradução nossa) que perpassa projetos como o Vila Viva. No caso em questão, “a sujeição não surge como um consentimento ou adesão voluntária, mas se faz eficaz por encontrar naquele que é objeto de sua ação um sentido de resignação que se mistura com o desejo” (ZHOURI; TEIXEIRA; MOTTA, 2012).

### 3.4 - Combinando sofrimento e culpabilização para construir comprometimento

**Resiliência: 1** [Figurado] Capacidade de superar, se recuperar de adversidades<sup>28</sup>.

**2** Poder de recuperação. **3** Trabalho necessário para deformar um corpo até seu limite elástico<sup>29</sup>.

As falas dos moradores sobre a experiência da remoção e as explicações e justificativas sobre as questões e problemas decorrentes desse processo mostram que o sucesso na implementação do Vila Viva e a adesão à lógica que perpassa políticas como essa não têm a ver com simples consentimento ou coerção pura. No processo de implementação de uma política como o Vila Viva é menos importante que os planos e discursos prevaleçam tal como pensados do que o envolvimento das pessoas, dando espaço para a construção de compromisso. Como um acordo entre duas partes, um compromisso assume que a agência está distribuída, mesmo que de forma desigual: os dois lados têm um poder para agir. Não há, necessariamente, acordo perfeito, mas uma vontade em participar da ordem estabelecida (LI, 1999), considerando que essa vontade está relacionada às histórias de vida dessas pessoas. Portanto, o comprometimento com os apartamentos está relacionado a lutas, relações de poder e, mais precisamente, dizem de como relações de subordinação são vividas a partir de compromissos cotidianos (LI, 1999).

Dizer que os moradores se comprometem com o modelo dos apartamentos, se responsabilizando pelos problemas e inadequações, não quer dizer que eles são os responsáveis por essa situação; ao contrário, mostra que é pelo governo da conduta que o poder público opera. Como destaca LI (1999), tentativas de reconfigurar as condições e as formas como as pessoas vivem, se impostas unilateralmente, podem suscitar reações hostis, se tornar vulneráveis e fracassar, uma vez que nenhum plano pode antecipar todas as contingências ou transformar totalmente o mundo social; esses planos se realizam com pessoas com práticas e histórias específicas. Dentro dessa racionalidade, não se diz que a favela não deve mais existir, ser erradicada, mas se coloca o seguinte problema: o que é preciso fazer para que o modo de vida na favela seja modificado, para que os riscos que ela oferece à cidade sejam controlados? Que desejos devem ser considerados e realizados para

---

<sup>28</sup> Retirado do Dicionário online Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=resili%C3%Aancia>> Acesso em 20/11/2012.

<sup>29</sup> Retirado do Dicionário online Michaelis UOL. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=resili%EAncia>> Acesso em: 20/11/2012.

que isso possa ocorrer? A questão, então, é compreender como as respostas a essas perguntas foram vivenciadas pelos moradores.

Se, num primeiro momento, as falas sobre o sofrimento, seguidas das afirmações de que não podiam reclamar ou que já haviam passado por coisa muito pior, pareciam indicar uma resignação, uma análise mais atenta dessas falas sinaliza algo mais complexo. Nesse sentido, apesar de muito utilizada na física, a noção de resiliência parece ser interessante para refletirmos sobre os relatos a respeito da experiência da remoção, bem como a respeito das histórias de vida.

Primeiro, cabe destacar que resignação indica a submissão total à vontade de outrem, o que sugere uma anulação completa dos sujeitos removidos (e de seus desejos). Diferentemente, como discutido, na governamentalidade neoliberal - em que se diz que o sujeito deve ser empreendedor de si e responsável por sua própria condição de vida ao mesmo tempo em que considera e opera com seus desejos mais profundos - o sujeito não pode apenas resignar-se com sua condição de pobreza e de sofrimento. Ele deve ser ativo para superar essa condição de pobreza e sofrimento, pela qual é considerado responsável, ou seja, ele deve ser resiliente, na medida em que deve aceitar as sucessivas “adversidades” que a vida lhe impõe sem desistir de superá-las. Falas sobre a adequação aos apartamentos (“A gente sabe quando a pessoa quer crescer e quando ela quer ficar no mesmo lugar. E **aqui** todo mundo quer crescer, ainda bem”) e sobre a persistência ao longo da vida (“Então a gente sofreu muito, mas a gente aguentou esperar e, no fim, deu certo”) evidenciam essa lógica.

Diante de situações de pobreza, dificuldade e sofrimento, além de serem (e por serem) responsabilizados por tal condição, o sujeito deve ser persistente e resiliente:

Agora os pobres são inteligentes, criativos, mas não para serem cidadãos com direitos e garantias que lhes permitam viver uma vida digna. São criativos e inteligentes para seguir sendo pobres em um território cada vez mais confinado e alijado dos outros cidadãos ‘de primeira’ (ALVAREZ, 2004, p. 24, tradução nossa).

Dessa forma, tanto o termo *compromising*, como destacado por Li (1999), como seu correspondente em português *comprometimento* (ZHOURI; TEIXEIRA; MOTTA, 2012) carregam certa ambiguidade ao se referirem tanto ao estabelecimento de concessão mútua

quanto a colocar o outro em posição de dificuldade e perigo. (LI, 1999; ZHOURI; TEIXEIRA; MOTTA, 2012). A perversidade das remoções e reassentamentos no âmbito do Vila Viva consiste no fato de as histórias de sofrimento dos moradores (associadas a certos desejos, como deixar de ser favelado e ter uma casa segura), ao serem articuladas com a responsabilização do sujeito (e não com as desigualdades e injustiças sociais), serem cruciais para que a remoção e o reassentamento, mais do que aceitos, tenham o comprometimento dos moradores. Não se pode reclamar do apartamento porque ele atendeu a desejos e resolveu problemas e também porque já se passou por coisa muito pior e se superou. Assim, o sofrimento impingido passa a funcionar como preço a ser pago pelos indivíduos para que possam vivenciar sentimentos de pertença (BRAZZABENI & PUSSETTI, 2011); a cidadania é reivindicada por atos de “sacrifício” (DAS & POOLE, 2008, p. 34 tradução nossa).

Se a governamentalidade pode ser entendida como os “modos de subjetivação através dos quais os indivíduos são levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a discursos de verdade, por meio de prática do self” (RABINOW & ROSE, 2006, p. 29), na governamentalidade neoliberal esse modo de subjetivação, essa construção de um afinamento entre o governo do outro e o governo de si se dá principalmente por meio da produção e da interface de um sujeito que se autogoverne (e seja responsabilizável e se sinta responsável) e seja um empreendedor de si, buscando se superar diante das dificuldades e adversidades que a vida lhe apresentar.

A eficiência de como isso se realiza no âmbito do Vila Viva converge com a suposição de Foucault (2010) de que “o Estado moderno não ignora os indivíduos, ao contrário, é uma estrutura sofisticada na qual os indivíduos podem ser integrados sob a condição de que a esta individualidade se atribuisse uma nova forma, submetendo-a a um conjunto de modelos muito específicos” (p. 236). Por isso, o Estado consegue integrar, numa proporção sem precedentes, técnicas de individualização subjetivas e procedimentos de totalização objetivos (AGAMBEN, 2010, p. 13), estabelecendo um “duplo vínculo político, constituído pela individualização e pela simultânea totalização das estruturas do poder moderno” (FOUCAULT, 2010, p. 236).

É a existência desse forte e estreito vínculo entre individualização e governo do outro que faz com que as relações de dominação se deem por meio de mecanismos mais sutis e, ao mesmo

tempo, mais complexos (nem simples consentimento nem pura dominação/coerção), mas continuam a ser relações, continuam a ser um terreno de lutas onde os comprometimentos são cotidianamente vividos.

## **CAPÍTULO 4**

### **HÁ AFINAMENTO PERFEITO ENTRE O GOVERNO DOS OUTROS E O GOVERNO DE SI?**

As falas dos moradores sobre as suas experiências de mudança para os apartamentos revelam a ambiguidade desse processo. Por um lado, a maior parte dos moradores afirmava que ir para os apartamentos foi uma mudança para melhor; por outro lado, o sofrimento e a saudade da casa antiga também marcavam suas falas. Se o sofrimento faz parte da construção da justificativa para o “não podiam reclamar” e passa a marcar a forma como os sujeitos vão conduzir a si mesmos, também é importante compreender porque, apesar das afirmações de não poderem reclamar e de atribuir aos próprios moradores qualquer “inadequação” ou insatisfação com relação aos apartamentos, ele aparece como tema central nas entrevistas, ou seja, porque eles “reclamam”. Não quero sugerir que os moradores, em seus relatos, não se referiam a dificuldades reais e concretas pelas quais passaram ao longo da vida, mas o que quero destacar é: por que, em entrevistas cujo foco era a mudança para os apartamentos, o tema do sofrimento foi tão central? O que significa terem “escolhido” isso para ser perpetuado nas histórias sobre a mudança para o apartamento?

Esse questionamento chama atenção para a necessidade de não pensarmos que a governamentalidade neoliberal opera um afinamento perfeito e completo entre as técnicas de dominação e as técnicas de si; supor uma convergência completa seria anular o sujeito e ignorar as relações de poder; ignorar as falas, as vivências e as práticas dos sujeitos da pesquisa; desconsiderar um dos pressupostos centrais da perspectiva da governamentalidade, a saber: que o sujeito é ativo em seu próprio governo.

A compreensão das falas dos moradores para além de um afinamento completo entre o governo do outro e o governo de si está relacionada com a perspectiva foucaultina de análise do poder, com a qual este trabalho dialoga. Para Foucault (1988; 1999; 2008a; 1979), o poder não é uma coisa, um objeto que se possui, ele só existe em ação; o poder não está abaixo, acima, ao lado das relações, ele é parte intrínseca e constitutiva dessas relações desde um nível macro até o nível micro, infinitesimal e capilar. Nesse sentido, é preciso entender quais são as técnicas a partir das quais ele se exerce, ou seja, por onde ele passa, como passa, entre quem, a partir de quais procedimentos, quais os efeitos em situações reais, em acontecimentos

específicos, pois as tecnologias de poder não são imóveis, não são estruturas rígidas que imobilizam processos.

Entender o poder como relação, como algo que se exerce - e não que se possui - tem duas importantes implicações. A primeira refere-se ao fato de não ser possível localizar o poder no aparelho de Estado e designá-lo como seu titular, pois “os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado” (MACHADO, 1979, p. XII). O Estado é um instrumento específico do sistema de poderes; o poder não se encontra centralizado nele, mas o ultrapassa e complementa. Além disso, entender que o poder não é uma coisa, mas sim forças díspares e heterogêneas, implica conceber que não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual, porque as relações de poder supõem a liberdade; liberdade como condição de existência do poder; mais do que termos que se excluem e se bloqueiam, poder e liberdade se incitam, se provocam permanentemente (FOUCAULT, 2010). O traço distintivo do poder é o fato de determinados homens poderem determinar, em diferentes medidas, a conduta de outros homens, mas jamais de forma exaustiva e completamente coercitiva. Decorre disso que as relações de poder devem ser consideradas móveis, reversíveis, instáveis e, por isso, sempre carregam a possibilidade de confronto, de disputa. De fato, a ambiguidade que perpassa a experiência de remoção e reassentamento nos apartamentos revela como um projeto urbano que pretende ordenar determinados espaços da cidade (como é o Vila Viva) vai combinar realização de sonhos e desejos com sofrimento e arbitrariedade.

Nessa perspectiva, as análises da governamentalidade neoliberal, ao entenderem que o sujeito é ativo em seu próprio governo, nos permitem pensar o governo de si no sentido de se alinhar ao governo do outro, mas também como possibilidade, potência de deslocamentos e “desalinhamentos”. Em uma racionalidade de governo onde o indivíduo e sua subjetividade são centrais para o governo do outro, as práticas de governo, justamente por terem essa característica, também vão carregar um potencial de desajustamento. Ao mesmo tempo em que se deseja deixar de ser favelado, se deseja ter um “terreirinho” e suas plantas, e esse desejo também vai estar posto nessa relação de poder.

São inegáveis as contribuições dos chamados *estudos em governamentalidade* - conjunto de estudos e artigos de autores que buscaram pensar, a partir do conceito foucaultiano de governamentalidade, as múltiplas formas como a racionalidade de governo se manifesta em diferentes esferas das sociedades neoliberais (ou liberais avançadas)<sup>30</sup> - para pensarmos a racionalidade de governo nas sociedades neoliberais e como ela vai além da estrutura do Estado, na tentativa de produzir um fino ajustamento entre o governo do outro e o governo de si. Entretanto, alguns autores que dialogam com os *estudos de governamentalidade* alertam para os limites dessa abordagem, uma vez que há o predomínio da análise discursiva (STENSON, 1999) em detrimento de análises empíricas e concretas de como a forma de governar neoliberal se realiza na prática (STENSON & WATT, 1999, 2005; SHARMA, 2006; MCKEE, 2009). Segundo esses autores, isso pode produzir uma imagem do governo como um rolo compressor implementando-se na realidade por meios misteriosos (ROSE; O'MALLEY; VALVERDE, 2006, p. 99). E foi atenta a isso que busquei pensar como, apesar de estar relacionada à governamentalidade neoliberal em sentido amplo, a forma como o Vila Viva é experienciado pelos moradores do lugar também está ligada à história local e às experiências de vida dessas pessoas.

Segundo MCKEE (2009), ao negligenciar o empírico, os estudos em governamentalidade correm o risco de produzir uma análise onde há uma desconexão entre o estudo das mentalidades específicas de governo e as relações sociais nas quais elas se encontram inseridas. Por isso, as análises da governamentalidade centradas nas racionalidades de governo colocam um limite para os pesquisadores interessados nos efeitos de poder no nível micro e na experiência vivida das racionalidades de governo. Outra crítica é a de que, ao “promover uma visão excessivamente abstrata de governar na qual a política é reduzida à racionalidade, também contribui-se para uma representação de poder onipresente e totalizante, excluindo assim a possibilidade [...] da ação humana” (MCKEE, 2009, p. 474), além do equívoco de ler as ações dos sujeitos como respostas às ambições governamentais. Uma terceira crítica se refere ao fato de os estudos em governamentalidade não considerarem a diferença social e as especificidades dos contextos locais e regionais, supondo que poder e governo recaem sobre todos da mesma forma (MCKEE, 2009; SHARMA, 2006).

---

<sup>30</sup> O livro *The effect Foucault: studies in governmentality* é uma das primeiras e principais referências neste debate, por reunir artigos de autores reconhecidos internacionalmente sobre a governamentalidade.

Rose, O'Maley e Valverde (2006) (estando os dois primeiros entre os principais nomes dos *estudos em governamentalidade*) escreveram uma espécie de resposta às críticas que afirmavam que esses estudos se concentram apenas na mente do programador e ignoram o mundo complexo da política real, da implementação e não implementação das racionalidades de governo, o que teria como consequência análises que, apesar de sua atratividade como descrições generalizadas, criariam tipos ideais abstratos cujo poder explicativo seria duvidoso. Na tentativa de esclarecer alguns pontos e mostrar como tais críticas não faziam muito sentido, uma vez que afirmavam que os *estudos de governamentalidade* convergiam com muitas das propostas sugeridas nessas críticas, esses autores reconhecem que alguns estudos têm utilizado o neoliberalismo como uma categoria mais ou menos constante para explicar todos os programas políticos, se prestando a uma espécie de tipificação que faz com que qualquer programa que tenha elementos neoliberais seja tomado como essencialmente neoliberal. Dessa forma, procedem como se essa subsunção do particular em uma categoria mais geral fornecesse uma suficiente resposta de sua natureza ou explicação para sua existência. E talvez foi essa prática que tenha levado a acusações de que governamentalidade fornece modelos rígidos de governo que são tão sistematicamente implementados (ROSE; O'MALLEY; VALVERDE, 2006). Conforme explicam:

Defendemos, sim, que embora elementos da maneira neo-liberais de pensar e agir possam ser encontrados na maioria dos regimes e programas de governo de hoje, como a ênfase no mercado como uma tecnologia para otimizar a eficiência, é enganoso sugerir que tais artes contemporâneas do governo são simplesmente implementações da filosofia neo-liberal (ROSE; O'MALLEY; VALVERDE, 2006, p. 97 tradução nossa).

Se a importância de análises que consideram as especificidades de programas políticos é reconhecida, Rose, O'Maley e Valverde (2006) defendem que os estudos de governamentalidade são importantes para se indicar as afinidades e agrupamentos de programas neoliberais de governo e demonstrar como eles formam uma linhagem de formas de pensar e buscam realizar o governo. Por não ser uma tipificação ideal, realizar esse mapeamento da racionalidade de governo neoliberal não supõe

[...] que a mera existência de um esquema de governo implica sua aceitação ou implementação generalizada [...] O governo não é assumido como sendo um subproduto ou efeito necessário de forças ou estruturas sociais ou econômicas. Pelo contrário, é visto como uma tentativa dos confrontos em certas condições sociais para dar sentido ao seu ambiente, para imaginar

formas de melhorar o estado de coisas, e conceber formas de alcançar esses fins (ROSE; O'MALLEY; VALVERDE, 2006, p. 99 tradução nossa).

Todo esse debate em torno da governamentalidade se justifica pela necessidade de estarmos atentos para não realizarmos análises numa perspectiva que foque apenas na capacidade de implementação de tecnologias de governo, ignorando a complexidade da política real, negligenciando que a sujeição e o governo do outro é um processo perpassado por conflitos e “brechas” e que sujeitos ativos não seguem exatamente o que foi prescrito e planejado (MACKEE, 2009; STENSON & WATT, 1999, 2005; MCDONALD, 2005; SHARMA, 2006). Por isso, diversos autores sugerem que é preciso realizar estudos empíricos (o que Stenson & Watt (1999), por exemplo, chamaram de “governamentalidade realista”), complementando as análises discursivas com análises historicamente fundamentadas sobre a governamentalidade neoliberal em contextos (lugares, grupos e períodos) específicos. Como sintetiza McKee (2009),

defende-se complementar as análises discursivas da governamentalidade emergente com discussões empíricas de práticas reais de governo localizadas [...]. Ao fazer isso, coloca-se em foco as práticas de micro-iniciativas locais e do comportamento dos atores locais. [...] É importante ressaltar que os princípios fundamentais da ‘governamentalidade realista’ podem ser traduzidos em outras definições de política onde há um interesse comum na “arte de governar” concreta. Isto abre o uso da etnografia para mostrar como as políticas são implementadas, expõe seus efeitos relevantes e revela suas conseqüências imprevistas e não intencionais, bem como os seus limites exteriores. [...] O objetivo é revelar a confusão e a complexidade presentes nas lutas em torno da subjetividade e oferecer uma visão mais anuancada e refinada de governar in situ (MCKEE, 2009, p. 478 tradução nossa).

Alguns estudos de casos empíricos baseados na perspectiva na governamentalidade reforçam essa crítica. O estudo de Sharma (2006) sobre programas voltados para capacitação e empoderamento de mulheres na Índia, por exemplo, sugere que os programas governamentais não apenas produzem sujeitos em estado passivo e burocratizados, mas produzem atores políticos ativos, às vezes dissidentes. Na mesma direção, Mc Donald & Marston (2005), a partir de um estudo sobre o processo de acompanhamento de desempregados feito por agências do estado, na Austrália, demonstram como o desemprego é tratado menos como falta de um emprego remunerado do que como uma identidade moral que exige do desempregado correção e ajustamento da conduta, mas, ao mesmo tempo, em muitos casos, os “assistidos” se recusam a aceitar os rótulos que lhes são impostos. Na mesma perspectiva, Stenson & Watt (1999), a partir na análise de dois documentos produzidos pelo Wycombe District no sudeste

da Inglaterra, colocam em evidência como as articulações entre local, nacional e regional podem assumir diferentes configurações, uma vez que o discurso da governamentalidade neoliberal, em geral, opera em tensão com as especificidades locais e, por isso, são “usados” de forma seletiva (STENSON & WATT, 1999). Stenson (2005) também argumenta, a partir da análise de políticas de segurança, que as ações oficiais não se dão simplesmente “de cima para baixo”, mas incluem lutas e agendas que vêm “de baixo para cima”.

No caso do Vila Viva, as especificidades do contexto onde ele é realizado são centrais para a forma como a racionalidade de governo neoliberal perpassará a implementação do Programa, especialmente no processo de remoção e reassentamento (foco deste trabalho). Em primeiro lugar, temos o contexto brasileiro, marcado pela ausência de políticas efetivas de regularização fundiária e de habitação para os pobres, o que expõe os moradores de favelas ao risco constante de serem removidos de suas casas. Além disso, como vimos, foi a partir da década de 1980 que as políticas de infraestrutura em favelas começaram a ser implantadas, melhorando as condições de saúde (canalizações, luz, rede de água) e diminuindo os riscos de alagamentos e desmoronamentos de casas. Outra questão que marca a história de quem vive em favelas no Brasil é uma espécie de estigma que os sujeitos carregam por terem “invadido” os terrenos onde vivem e, por isso, são associados à ilegalidade, ao crime e ao tráfico de drogas. No nível municipal, é importante destacar que a história de Belo Horizonte (antes mesmo da inauguração da cidade como a nova capital) é marcada pelas favelas como única possibilidade de acesso dos pobres ao solo urbano; mas também que as políticas públicas em favelas são resultado de reivindicações históricas dos movimentos favelados de Belo Horizonte.

Aliados dos benefícios e direitos, desde o processo de construção e urbanização de Belo Horizonte, os moradores de vilas e favelas criaram estratégias específicas para sobreviver nesses locais: a laje, o “pedaço” (CHAUÍ, 1984), as relações com os vizinhos, o comércio em conjunto com a casa etc., construindo suas vidas em estreita relação com o espaço em que viviam. Essa dinâmica é essencial na tessitura da trama do cotidiano nas periferias, local onde as pessoas estão sujeitas a condições precárias de existência e, por isso, mais dependentes dessas relações. Assim, o estigma de ser favelado (associado à invasão e à ilegalidade da ocupação do terreno) e o desejo de deixar de ser favelado vão se cruzar com um sentimento de pertencimento ao lugar, sentimento reforçado também pela história de “superação” das

dificuldades vividas no próprio aglomerado. Assim, ao mesmo tempo em que essa história afina os objetivos do governo do outro com o governo de si, como vimos nos relatos, ela fará com que não haja afinamento perfeito.

Isso indica a coexistência possível de identidades plurais e sobrepostas e indica também que os indivíduos se envolvem em arranjos institucionais e discursos políticos tendo em vista suas próprias necessidades, histórias e desejos; raciocinam sobre os diferentes tipos de identificações e as relações que implicam. Eles fazem escolhas sobre as quais evocam seus desejos, sua posição pessoal e política.” (MCKEE, 2009, p. 447 tradução nossa). Por isso, é preciso uma análise que esteja atenta às pausas e disjunções na circulação de discursos, ao invés de assumir a efetividade dos mesmos.

Com efeito, a pesquisa junto a moradores removidos dos apartamentos revelou como o ajustamento entre o governo do outro e o governo de si pode ter efeitos perversos para essas pessoas; elas mesmas se responsabilizam e se culpam pelos problemas e insatisfações com os apartamentos e dizem não poder reclamar, mas, ao mesmo tempo, as falas e as práticas dos moradores indicaram que esse afinamento não é tão perfeito.

O fato de o sofrimento e a saudade terem perpassado os relatos sobre o processo de deixar a casa e ir para o apartamento chama a atenção por dois motivos. Primeiro, pelo fato de, apesar dos moradores afirmarem que não podiam reclamar, o sofrimento aparece como central ao longo das entrevistas (cujo tema central era a mudança para os apartamentos). Isso parece indicar que eles estavam, de fato, reclamando, criticando e, no limite, denunciando os problemas e as insatisfações com relação ao processo de remoção e reassentamento. O segundo aspecto diz respeito aos múltiplos significados que o tema do sofrimento pode ter nesse processo. Como vimos, a aceitação do sofrimento exige um sujeito resiliente para aceitar todas as adversidades e sempre estar disposto a superá-las; mas, ao mesmo tempo, o fato de os moradores relacionarem tão fortemente a mudança para os apartamentos a sentimentos de saudade e sofrimento também mostra que não há uma imposição completa, que o planejado - que pretendia melhorar a qualidade de vida - não se realizou perfeitamente. O trecho da entrevista com uma moradora, que afirmava que o apartamento foi bom porque a casa onde vivia estava em área de risco, demonstra esse “desencontro”:

Ah [pausa], todo mundo gosta de ter uma casa. Eu gosto de planta, gosto de terra, abrir a porta e sair do lado de fora, tomar um sol, que é muito difícil. E eu queria ter uma casa, igual as minhas irmãs, todo mundo quer, minha irmã também quer, é o sonho delas: cada um ter sua casa, com sua privacidade, aquela coisa toda (Manuela, cerca de 35 anos, moradora do Aglomerado desde que nasceu, removida de sua casa sob alegação da URBEL de que ela estaria em área de risco).

Além das falas sobre a experiência de mudança, também são centrais as práticas cotidianas dos moradores nos prédios. Ao longo das visitas aos apartamentos, pude perceber que muitos moradores tinham animais de estimação (o que era proibido pela URBEL) e nos prédios onde havia algum espaço externo havia cultivo de plantas (o que não era previsto pela URBEL).

O caso de um jovem casal que se mudou para os prédios é bastante elucidativo das nuances que marcam esse processo de mudança. As suas avaliações sobre o apartamento eram sempre positivas e as críticas àqueles que não se adaptavam muito duras. Todavia, durante toda a entrevista, eles falavam do que se perdia com a mudança para os apartamentos e com a própria urbanização da favela, indicando uma espécie de estranhamento com relação a essa nova forma de morar e uma compreensão com relação aos que não estavam satisfeitos:

Que nem aqui, aqui é um dos melhores prédios, porque tem esses na beira da rua, não sei se você chegou a passar neles, aqui em cima, esses grandões assim. A rua passa rente no prédio, então, você não tem espaço nenhum, sabe o que é nenhum? Você sai e já tá na rua, sai da sua porta e já entra na rua. Então, isso também deixa a pessoa muito, muito urbano, né? “Pô, eu só fico no concreto, não tem nenhum verde, nenhuma árvore pra eu sentar debaixo”. Porque antigamente tudo é mato, isso tudo era mato; então, o pessoal ia, sentava, o pessoal entrava pro meio desse mato e ficava o dia inteirinho no meio do mato... e pegava uma manga... Ai, hoje a pessoa tá aí... e muita gente vende, muita gente morre de desgosto (Paulo, cerca de 30 anos, morador do Aglomerado da Serra desde que nasceu, removido de sua casa para construção da Praça do Cardoso).

Depois eles complementam sobre as próprias preferências e de como puderam trazer um pouco do que estavam acostumados na casa para o apartamento:

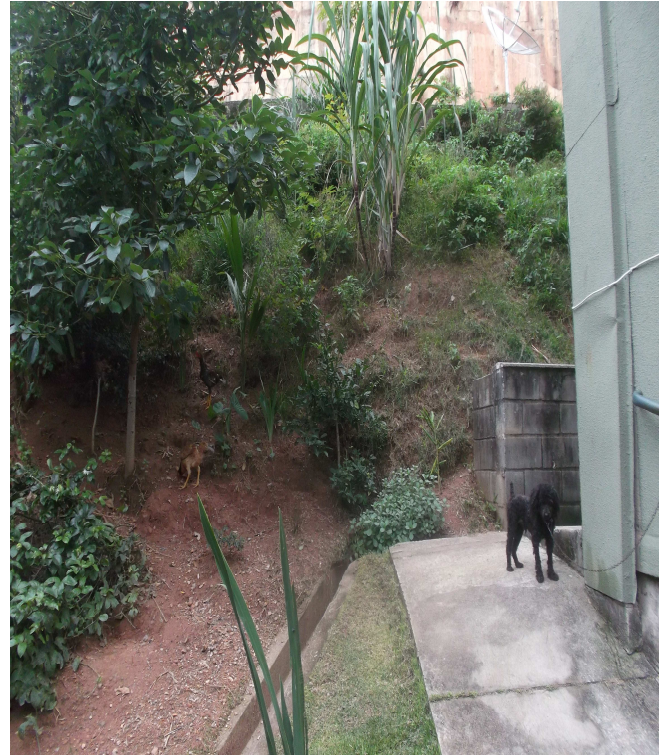
Paulo: Mas o pessoal tem galinha aqui [risos] Quer dizer, eles vieram, mas trouxeram alguma coisa. Você vê... Não adianta, o pessoal quer isso daqui de um... um meio roça mesmo.

Fernanda: Mas aqui tem como fazer isso. Só que tem, igual ele tá falando, tem lugar aí que você mora o apartamento aqui, a rua aqui. Como é que você vai ter? Não tem como, não tem como ter nem uma planta.

Paulo: E eu também não gosto, não. Eu sou meio planta mesmo. Você vê que eu tenho essas plantas tudo, sou eu que cuido aí no terreiro, pra lá e...

[...] Lugar que você não tem muito espaço, você não tem um verde, você fica sempre preso... isso ninguém quer.

**Fotos 11 e 12 : Área externa do prédio**



**Fonte:** Luana Dias Motta

De fato, em uma pequena área externa que havia na lateral desse prédio havia diversas plantas frutíferas (bananeira, mangueira, amoreira, pitangueira), plantas e flores ornamentais (como uma pequena coleção de orquídeas), além de algumas galinhas e uma gata, que viviam nessa área e eram alimentadas por esse morador. Além da intensa utilização da área externa, eles também tinham outros animais de estimação que viviam dentro do apartamento.

Fernanda: Aqui era proibido ter animais, não podia entrar animais, cachorro, gato, bicho nenhum; mas aí ela entrou [indicando para a cachorra da família] [risos].

Paulo: Com o tempo que vai... Eu já tive quantas gaiolas de passarinho dentro dessa casa?

Fernanda: Aqui, essa casa era cheia de gaiola de passarinho.

Paulo: Tinha doze gaiolas de passarinho, eu criava passarinho. Eu espalhava, isso tudo era furado de gaiola, a cozinha... nossa, você tinha que ver, muita. Aí, eu fui desfazendo, tirava choca, quantas choca eu tirei, filhotinho assim de passarinho. Aí, nós fomos desfazendo, acabou que desfez. Mas vai tendo, a gata tá até prenha.

Assim como a história desse casal, a fala de outra senhora, Dona Ruth, demonstra como a ida para o apartamento não significou ter de abandonar completamente as práticas que tinha na casa ou no barraco.

Dona Ruth: Tinha um terreirinho bom [na casa antiga]! Eu plantava couve, plantei até milho lá. Plantava couve, planta flor, Nossa Senhora, tinha flor demais, nó! Deixei tudo lá, porque... até trouxe um pouco, eles [funcionários da URBEL] falaram assim comigo “você pode levar até tudo, se você quiser, as flores para você por lá no prédio”, mas eu não... não... não trouxe tudo, não, trouxe algumas; o resto eu deixei tudo lá, eles pegaram tudo.

Luana: Mas tinha jeito de colocar aqui?

Dona Ruth: Tinha jeito, você podia trazer e colocar aí fora, aí [área externa comum], nesse gramado aí fora. Eles falaram que as flores eram até boa para enfeitar o prédio, “é bom pra enfeitar o prédio de vocês”. A gente trouxe, eu trouxe, todo mundo trouxe. Essas que tá aí nós todos, até os homens [risos], até os homens que são sozinhos, como aquele velho que tá ali embaixo [vizinho do andar de baixo], ele é sozinho também, mora sozinho também, e ele, até ele tem flor também, ele gosta.

**Foto 13:** Canteiro de flores de Dona Ruth na área externa do prédio



**Fonte:** Luana Dias Motta

Outro morador, Seu Armando, me relatou sobre sua horta, onde havia todo tipo de planta: couve, alface, taioba, pé de mexerica, bananeira, chuchu. Além disso, destacou seu cultivo de plantas pra fazer chás para doenças: boldo, losna, capim cidreira, me explicando que

atualmente as pessoas sempre procuram a farmácia por qualquer doença, mas que as coisas da natureza são muito mais eficientes e que, por isso, desde quando morava na casa antiga até depois da mudança para o apartamento, as pessoas sempre o procuravam para que ele pudesse indicar chás e dar as plantas para curar gripes, alergias, dor de estômago. Uma vizinha do prédio ao lado desse morador me falou sobre seu gosto por plantas e como fazia para mantê-lo no prédio.

Dona Auxiliadora: Lá eu tinha muita planta no quintal. Eu plantava, porque eu gosto muito de planta.

Luana: E aqui, como a senhora faz?

Dona Auxiliadora: Aqui, igual eu tô falando com você, tem espaço, mas igual eu tô falando, a mulher cortou minhas plantas lá na frente. Eu tenho planta plantada na vasilha. Lá na frente lá [indicando a área externa do prédio] eu também tenho, eu tenho ali [indicando um canto da cozinha].

Luana: E é planta de enfeite ou de fruta?

Dona Auxiliadora: é planta de flor mesmo. É tanto que eu ganhei, domingo eu ganhei essa daqui [me mostrando uma muda de planta] [...] Até que aqui eu plantei planta de fruta, de comer. Aqui eu plantei mexerica, aqui eu plantei laranja, aqui eu plantei uma árvore da folha larga, mas é fruta de comer.

O caso de Dona Amélia, uma moradora que foi reassentada em um prédio onde não era possível cultivar sua horta por falta de área externa, mas que conseguiu autorização para fazê-lo em uma área ao lado do prédio, também mostra a diversidade de alternativas e estratégias dos moradores frente às restrições colocadas pelo modelo do apartamento:

Dona Amélia: Mas, graças a Deus, sobre isso eu sou uma pessoa feliz. Eles não me perturbam aqui. Eu tenho meu quintal aqui, que o padre veio e me deu o fundo do projeto aqui em cima, o Projeto Providência, ele me deu o terreno.

Luana: Mas não faz parte do prédio, não?

Dona Amélia: Não, tem uma cerca, a cerca. Da cerca pra cá é do prédio e pra lá foi o padre que me deu. Eu cerquei, tem as plantações, tem as bananeiras já dando, tem minhas laranjas, minhas mexericas, meus pés de abacate, pé de cana, chuchu, horta taioba, tudo, tudo, tudo, tudo. Graças a Deus. E meus remédios também, plantado tudo aí dentro.

Ao longo da entrevista, essa moradora explicou que a importância de ter e cuidar das plantas deve-se ao fato de ser filha de índia e ter sido criada na roça, com os pés na terra.

Outra reclamação comum entre as famílias com crianças é a falta de espaço nos apartamentos para que elas possam brincar, uma vez que, segundo as instruções da URBEL, elas não

poderiam utilizar a área externa comum. Entretanto, em diversas visitas ao Aglomerado, pude presenciar as crianças andando de bicicleta, brincando de bola e esconde-esconde nas áreas externas, além de meninas brincando de *casinha* nos corredores dos prédios. As famílias diziam que, de fato, era proibido, mas havia um acordo tácito entre os moradores sobre esse assunto.

Uma das proibições da URBEL com relação à utilização dos prédios era a instalação de varais, assim como a utilização das grades que cercam os prédios para secagem de roupas. Porém, em todos os prédios que visitei, observei que havia varais instalados e/ou utilização das grades como varais. As mulheres afirmavam que o apartamento era muito pequeno e que não era possível secar todas as roupas dentro de casa. Além disso, muitas afirmaram que estavam acostumadas a lavar roupa no tanque em uma área aberta, “molhando tudo”, mas que, como isso não era mais possível nos apartamentos, que pelo menos as roupas pudessem ser secas como antes, em varais externos.

Outra questão que, mais do que uma proibição da URBEL, é uma infração, são os “gatos” de água. Em diversas entrevistas, os moradores me relataram que em suas casas antigas tinham “gatos” de água e luz e que, com a mudança para os apartamentos, passaram a pagar as contas de água e luz, além do condomínio, situação que, para algumas famílias, era muito onerosa. Provavelmente esse foi o motivo do surgimento de “gatos” de água nos prédios. Segundo alguns moradores, há pessoas que estão fazendo “gatos” na rede de água e justificam isso pela elevação dos preços das contas nos apartamentos ou porque antes também tinham “gatos” e não tinham essa despesa.

As práticas não previstas no planejamento do Vila Viva, bem como aquelas que se queria evitar com a transformação do espaço (como é o caso dos “gatos”) e a ida para os apartamentos indicam um deslocamento, um descompasso, uma ruptura com relação ao que foi planejado, previsto. A ideia de que a transformação do espaço deveria promover uma mudança na postura e nos hábitos dos moradores, na forma como conduzem suas próprias vidas não se realiza completamente. Não há um ajustamento perfeito entre o que se planejou para conduzir o outro e a conduta de si. Como sugere Rose (2001a), os seres humanos sempre estão resistindo a formas de subjetivação que são compelidos a adotar:

Os seres humanos não são os sujeitos unificados de algum regime coerente de governo que produza pessoas da forma que ele imagina. Pelo contrário, eles vivem suas vidas em um constante movimento entre diferentes práticas, as quais os subjetivam de diferentes maneiras. As pessoas são, nessas diferentes práticas, interpeladas como diferentes tipos de seres humanos, imaginadas como diferentes tipos de seres humanos, influenciadas como se fossem diferentes tipos de seres humanos. As técnicas para se relacionar consigo mesmo como um sujeito de capacidades singulares, digno de respeito, vão contra as práticas para se relacionar consigo próprio como o alvo da disciplina, do dever e da docilidade (ROSE, 2001a, p. 48).

Mas é importante frisar que, ao falar de deslocamentos, rupturas, “desalinhamentos” com relação ao que foi previsto, ao falar em brechas entre a mentalidade de governo e a forma como ela se concretiza, somos levados a problematizar a ideia de resistência. Em uma perspectiva que entende o poder como relação, ele não é a antítese da liberdade e da ação humana, mas a pressupõe. “Embora isto abra um espaço crítico para explorar a resistência, não é concebido em termos de libertação de um opressor” (MACKEE, 2009, p. 471).

Esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força. E como onde há poder, há resistência, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social (MACHADO, 1979, p. XIV).

Se entendemos que o poder pressupõe a liberdade e a possibilidade de resistência, a oposição entre poder e liberdade, em uma sociedade marcada pela racionalidade neoliberal de governo, faz ainda menos sentido. Conforme Rose; O’Malley; Valverde (2006),

O centro das estratégias contemporâneas de governar a alma é a criação de liberdade. Os indivíduos foram obrigados a ser livres e obrigados a comportar-se de forma responsável, para explicar as suas próprias vidas e suas vicissitudes em termos de sua liberdade. A liberdade não se opunha ao governo. A liberdade, ao contrário, como autonomia, escolha, auto-responsabilidade e a obrigação de maximizar a vida como uma espécie de empresa, foi uma das principais estratégias do que Rose denominou governo liberal avançado. Liberdade não poderia mais ser tomado tão facilmente como o terreno da crítica ao controle social [...] (ROSE; O’MALLEY; VALVERDE, 2006, p.80, tradução nossa).

Por isso, quando prevaleciam os mecanismos disciplinares era possível falar de uma resistência relacionada a uma oposição direta de forças, na qual os sujeitos podiam ser

definidos e se definirem segundo suas exterioridades recíprocas e uma complementaridade dialética. Resistia-se a uma instituição (escola, família, hospital, manicômios), ao Estado, a certos grupos hegemônicos. Diferentemente, o contexto atual (no qual prevalece a governamentalidade neoliberal) “suscita[m] posicionamentos mais oblíquos, diagonais, híbridos, flutuantes. Criam-se outros laços de conflitualidade” (PELBART, 2003, p. 136). Isso porque o poder se exerce justamente sobre aquilo que se reivindica e se deseja: a vida, no sentido de melhores condições de vida (no sentido de condições para desenvolvimento da vida biológica e possibilidade de se realizar enquanto indivíduo).

No caso do Vila Viva, o desejo e os sonhos dos moradores são centrais em todo o processo. Quando pensamos nas dificuldades das pessoas que vivem em favelas e em seus sonhos e desejos de terem uma casa segura, de terem rede de esgoto, de “deixar de ser favelado”, não faz sentido dizer que os moradores resistem (no sentido de se oporem) aos apartamentos do Vila Viva, pois eles não são apenas causa de sofrimento, mas a realização desses sonhos, negligenciados e negados pelo poder público ao longo de toda a história da cidade.

Nesse sentido, parece interessante a distinção que Foucault (2004c) faz entre processos de liberação - que se referem a estados de dominação - e práticas de liberdade - ligadas a relações de poder e a uma dimensão ética. Foucault adverte que, ao falarmos de liberação, corremos o risco de cair na armadilha de que existe uma natureza humana que foi alienada, aprisionada, reprimida por processos históricos, sociais e econômicos. Essa ideia teria como corolário pensar que romper com essa repressão seria suficiente para o homem encontrar sua origem e se reconciliar consigo mesmo. Essa perspectiva convergiria com a suposição de que liberdade e poder se opõem.

Apesar dessa advertência, é impossível ignorarmos a existência de estados de dominação nos quais um indivíduo ou grupo chega a bloquear um campo de relações de poder, tornando-as (as relações de poder) fixas. Nesses casos, a luta é contra a dominação, é pela liberação, para que haja, nessa relação, a possibilidade de alteração, inversão; “quando um povo colonizado procura se libertar do seu colonizador, essa é certamente uma prática de liberação, no sentido estrito” (FOUCAULT, 2004c, p. 2). Outro exemplo é o da estrutura conjugal nos séculos XVIII e XIX; de fato, não se pode dizer que havia o poder do homem, pois a mulher podia

enganá-lo, surrupiar-lhe o dinheiro e coisas semelhantes. Entretanto, ela se mantinha em um estado de dominação, pois as coisas que podia fazer jamais chegavam a reverter sua situação.

Diferentemente, as práticas de liberdade estão relacionadas às relações de poder, as quais se estendem consideravelmente a grande parte das relações humanas e são exercidas entre indivíduos, na família, numa relação pedagógica, no corpo político. As relações de poder, como discutimos, pressupõem liberdade e possibilidade de resistência, tensão, luta; e é nesse ponto que se diferem dos estados de dominação. Por isso, quando relacionamos liberdade e relações de poder, é preciso pensar não apenas em processos de liberação, mas em prática de liberdade, colocando-se a seguinte pergunta: como se pode praticar a liberdade? Retomando o exemplo de uma sociedade colonizada, enquanto os processos de liberação se referem à liberação com relação à dominação do colonizador, a prática da liberdade refere-se à definição que esse povo dará para si das formas aceitáveis e satisfatórias da sua existência enquanto sociedade; é nesse sentido que a prática da liberdade é um problema ético.

Sem dúvida, em alguns casos, os processos de liberação são condição necessária para que se possam existir práticas de liberdade. O exemplo da relação conjugal tradicional e da submissão da mulher mostra como um processo histórico, político e social de liberação (de um estado de dominação) é condição para que se possa “praticar” a liberdade (em um sentido ético). Diferentemente, em alguns casos, uma liberação não significa necessariamente prática de liberdade. É importante, portanto, refletir mais sobre as práticas de liberdade do que sobre os processos de liberação - que têm sua importância, mas não definem todas as formas práticas de liberdade. Normalmente, associamos o poder aos estados de dominação, o que nos leva a pensar que o poder é repressão e é, em si, ruim, além de invisibilizar as relações de poder e outras formas de assujeitamento que não passam pela coerção e pela repressão.

Em uma análise governamental, não se pensa uma liberdade pura e além do governo (MACKEE, 2009). A liberdade e a resistência não podem ser definidas como a ausência de restrição; diferentemente, devem ser entendidas como conjunto diversificado de tecnologias inventadas de si (ROSE; O’MALLEY; VALVERDE, 2006, p. 100).

É preciso reconhecer que as intervenções em favelas, como as do Vila Viva, são, em grande medida, resultado, produto das lutas, de embates reais e específicos entre diversos atores

(movimentos sociais, moradores, associações comunitárias, ONG e poder público), ao longo da história de Belo Horizonte. Essas lutas e reivindicações podem ser consideradas um processo de liberação, na medida em que o que se reivindicava, primeiramente, era o direito de permanência; depois, infraestrutura (saneamento, água, luz) e equipamentos públicos (escolas, creches, centros de saúde etc.); em seguida, a titulação como forma de assegurar a permanência no local. Hoje, com a implementação do Vila Viva, quais serão as questões que se colocam? O processo de conquista significou uma liberação, mas, ao mesmo tempo, significou um assujeitamento, como vimos nos relatos dos moradores e nas explicações construídas sobre o processo do Vila Viva.

Nesse sentido, é preciso estar atento e desconfiar do poder, mas é preciso, mais ainda, desconfiar das nossas escolhas. Algumas lutas talvez não representem uma autêntica resistência, uma vez que a maioria delas opera na mesma lógica que a suscitou. Em outras palavras, sob a pretensão e a ilusão de resistir, alguns movimentos, ao invés de enfraquecer, fortalecem o esquema de poder que nos oprime, nos ata. Portanto, torna-se imprescindível consentir que o poder está em toda parte, mas que há sempre a possibilidade de resistência (MOTTA, 2009, p. 79).

É pensando em como se pode praticar a liberdade que se coloca a questão de como liberar o indivíduo não só do Estado e de suas instituições, mas do tipo de individualização que está ligada ao Estado. Foucault (2010) sugere, então, que é preciso promover novas formas de subjetividade através da recusa a essa forma de individualização imposta há vários séculos. Na mesma direção, Rose (2001b) sugere:

Embora não estejamos, sem dúvida, nem na aurora de uma nova era nem no crepúsculo de um tempo passado, podemos, talvez, começar a discernir o rachar desse espaço de interioridade que foi uma vez seguro, o desconectar de algumas das linhas que formaram esse diagrama, a possibilidade de que, mesmo que não possamos desinventar a nós mesmos, possamos ao menos reforçar a questionabilidade das formas de ser que têm sido inventadas para nós e começar a inventar a nós mesmos de forma diferente (p. 197).

Mas, falar de relação entre ética e liberdade não significa afirmar que a resistência só pode ser ética ou do sujeito com ele mesmo. Nesse esforço para pensar essa dimensão ética com possíveis efeitos reais, menos abstratos, talvez seja possível relacionar a resistência com a noção de biopotência, conforme utilizada por alguns autores (PELBART, 2003; 2008). Experimentamos hoje “uma forma de poder que rege e regulamenta a vida social desde dentro” (PELBART, 2008, p. 6), mas é um poder que não poderia ser efetivo se não se

tornasse “uma função integrante e vital que cada indivíduo abraça e reativa por sua conta e vontade” (PELBART, 2008, p. 6). É nesse sentido que se fala de biopolítica, um poder que investe a vida e que é reativado e reanimado por cada um. Mas esse mesmo poder

[...] produz algo muito paradoxal, e nada linear [...], pois, ao invés de unificar tudo, cria um meio de pluralidade e de singularização não domesticáveis. [...] a relação entre poder e subjetividade muda de figura: ao mesmo tempo que o poder o prescinde das mediações anteriores [...], ela dá margem a figuras incontroláveis (PELBART, 2008, p. 8).

É exatamente nessa exploração do íntimo da vida, da dimensão imaterial das pessoas, da alma que podemos vislumbrar “novas modalidades de insubmissão” (PELBART, 2008). É esse o cerne da noção de biopotência, a qual opera uma espécie de inversão do sentido pejorativo da biopolítica e procura pensar o poder a partir do corpo vital coletivo (PELBART, 2008). Podemos pensar que

A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é a potencia do homem comum. Todos e qualquer um inventam na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer, novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação (PELBART, 2003, p. 139).

De fato, essa possibilidade de inventar e se reinventar, mesmo sendo parte constituinte das relações de poder, pode ser vista nas práticas imprevistas dos moradores reassentados nos prédios, no processo de fazer com que esse espaço não seja simplesmente a materialização da modulação das condutas, mas seja também possibilidade de novas e imprevisíveis invenções.

## CONCLUSÃO

O percurso que fiz neste trabalho está relacionado, primeiramente, à trajetória da minha pesquisa de campo. Como procurei mostrar, no início esperava encontrar rejeição aos apartamentos e conflitos relativos ao novo modelo de moradia. Entretanto, ao longo das entrevistas e das visitas, pude perceber que os apartamentos não eram rejeitados pelos moradores; ao contrário, eram considerados um avanço, uma melhoria, apesar de, no decorrer das falas, sofrimento e saudade se misturarem com as afirmações de adesão. Somado ao imperativo colocado pelas falas dos moradores de que seria preciso rever e, no limite, reconstruir alguns pressupostos, a forma como experienciei esses relatos de sofrimento e saudade também foi decisiva para os rumos das análises tecidas.

Diante dessa “surpresa”, o esforço que tentei fazer, ou melhor, o desafio que as próprias experiências dos sujeitos me impuseram, foi o de procurar conexões e relações entre a forma como os moradores justificavam e explicavam essa experiência da remoção e os processos mais gerais, fossem aqueles relacionados à história de ausência de garantias de condições mínimas de sobrevivência (expressa, sobretudo, em falas como “já passei por coisa pior”) ou a uma racionalidade de governo (a governamentalidade neoliberal) que procura afinar o governo do outro e o governo de si de forma bastante específica, tendo como modelo o mercado.

No que se refere à história de Belo Horizonte, ficou claro como a falta de políticas públicas que possibilitassem o acesso de todos à cidade levou a população mais pobre, em um primeiro momento, a estabelecer moradia nas favelas e, posteriormente, a conviver com situações precárias de vida, como falta de água encanada, ausência de sistema de esgoto, número muito pequeno de escolas e creches, ausência de transporte, riscos de inundação e deslizamento. Além disso, o fato de estar na favela - lugar considerado ilegal e associado à criminalidade e a violência - implicava o constante risco de serem removidos. Entender a história da relação entre a favela e o poder público, da perspectiva daqueles que viveram isso, foi crucial para compreender as falas e os sentimentos relacionados ao processo da remoção, seja porque foi possível entender porque eles acham que o apartamento é bom (“uma vez que já passaram por coisa muito pior”), seja porque pude entender que a saudade da casa antiga tinha relação com essa história de superação das dificuldades vivida naquele lugar específico.

A discussão sobre a governamentalidade neoliberal, por sua vez, permitiu esclarecer que a forma como os moradores entendiam todo o processo da remoção, bem como a forma como se sentiam com relação a ele, estava relacionada a um processo mais amplo em que o governo do outro estava em estreita relação com o governo de si (governamentalidade), sendo o modelo da empresa e do mercado - que diz que o sujeito deve ser ativo, empreendedor de si e deve se superar a todo momento - o norteador das ações do poder público, mas também das ações dos próprios moradores, conforme ficou evidente nas falas que atribuíam a culpa aos que não se adaptavam.

Estabelecer esse diálogo com as reflexões sobre a racionalidade de governo neoliberal (algo tão geral e abstrato) exigiu uma vigilância para que eu não assumisse que ela se efetiva tal como está estruturada, pois isso implicaria ignorar os efeitos específicos e perversos da concretização dessa racionalidade para um grupo específico: a população favelada. Por outro lado, isso implicaria anular e invisibilizar os sujeitos e a positividade de suas ações (e, conseqüentemente, as práticas inesperadas que delas pudessem decorrer). Mas, ao mesmo tempo que não poderia tomar essa racionalidade como algo totalizante, não podia romantizar o sofrimento e ignorar a assimetria de poder nessa relação entre o poder público e os moradores de favelas. Ou seja, a tentativa foi lidar com a assimetria de poder que perpassa a implementação do Vila Viva sem considerar o governo como um rolo compressor (o que seria anular as especificidades do processo e os sujeitos do lugar), mas sem ignorar a desigualdade presente na situação.

Nesta empreitada - durante a qual, em alguns momentos, me senti equilibrando em uma corda bamba -, a literatura mobilizada, especialmente nos capítulos 3 e 4, parecem se contradizer, mas, na verdade, elas revelam a ambigüidade da situação que analisei. Como os relatos dos moradores mostraram, com a governamentalidade neoliberal, controle, sofrimento, saudade se misturaram com desejos, sonhos que durante muito tempo foram ignorados pelo poder público. A construção da adesão ao modelo que norteia o Vila Viva ancora-se fortemente no sonho, no estigma e na precariedade histórica das condições de vida (traduzida nas falas sobre as dificuldades de *antigamente*). Assim, essa adesão decorre menos de uma coerção direta (apesar dela existir no momento da selagem da casa e da ameaça de expedição de decretos de utilidade pública) e mais com um mecanismo de poder que lida com os desejos ao mesmo

tempo em que os modula por meio de modos de subjetivação que reforçam a ideia do indivíduo responsável pelo seu destino e suas condições de vida.

O processo de mudança para os apartamentos, portanto, não pode ser considerado bom ou ruim. Afirmar que o apartamento não é só bom ou só ruim não significa dizer que todos os envolvidos nesse processo estão em condições iguais de realizarem seus desejos, especialmente no contexto de uma periferia brasileira. Atualmente, assistimos, no Brasil, a implementação de grandes projetos de infraestrutura urbana (especialmente os relacionados aos sistemas viários das grandes metrópoles), em nome da “qualidade de vida da população”; vemos a realização de “projetos-modelo”, “inéditos” (pela magnitude e pelos métodos) de urbanização de favelas, em nome da “uma vida mais digna” e da “garantia de direitos”; assistimos à morte diária de favelados devido a confrontos entre polícia e traficantes ou devido a “represálias” das milícias; testemunhamos o despejo de famílias de áreas ocupadas que interessam ao capital imobiliário, as quais são encaminhadas para abrigos “provisórios”, sem condições mínimas de sobrevivência. Esses e outros processos, infelizmente comuns nas cidades brasileiras, colocam as seguintes questões: o que tem sido preciso “matar” ou “normalizar” para se levar adiante um determinado projeto de cidade? Para incentivar a vida, aquela que vale a pena ser vivida - a das cidades sem favelas, a das avenidas e viadutos cada vez mais numerosos e extensos, a dos boulevard -, o que é preciso ser morto?

Nessa perspectiva, para as populações de favelas, esses processos terão como efeito (ainda que não exclusivamente) a transformação de suas vidas em vida nua (AGAMBEN, 2010). No caso em questão, isso significou a possibilidade de exposição constante e persistente ao sofrimento; significou que a situação de fragilidade social desse grupo pode ser utilizada, justamente, para culpabilizá-los por estarem naquela situação (VALÊNCIO, 2010).

Mas, apesar dessa violência - expressa na possibilidade de fazer sofrer, assim como a perversidade da lógica que culpabiliza aqueles que sofrem -, “o desejo dos planejadores de realizar uma manipulação controlada e ordenada da mudança tem sido continuamente frustrado pela rebeldia inerente de pessoas e lugares (BAVISKAR, 2003, p. 92). Como relatei, práticas não previstas e até proibidas pela URBEL durante o planejamento e preparação das famílias para irem para os apartamentos - como o cultivo de plantas e criação de animais, a

utilização do pátio externo pelas crianças, a instalação de varais nas áreas externas e os “gatos” de água - existem em quase todos os prédios.

Nesse sentido, pensar esse processo da remoção e reassentamento em apartamento a partir da chave da governamentalidade significou olhar para o governo de si não apenas como algo a ser capturado para se afinar com os objetivos de uma governamentalidade neoliberal. O foco dado pela racionalidade de governo neoliberal às subjetividades e aos desejos certamente faz com que as relações de poder sejam cada vez mais uma teia, não onde estamos presos, mas da qual somos parte constituinte; e onde aquilo que nos é mais íntimo e particular parece sempre poder ser capturado, manipulado. Entretanto, paradoxalmente, as subjetividades e desejos estarem no centro das relações de poder sinaliza para novas possibilidades e potências. Ou seja, não há um fora das relações de poder, das regras, dos códigos sociais, mas as *práticas de liberdade* podem existir mesmo assim.

## BIBLIOGRAFIA

AFONSO, M. R; AZEVEDO, S. de. Poder Público e Movimento de Favelados. In: POMPERMAYER, M. (Org.). **Movimentos Sociais em Minas Gerais** - emergência e perspectivas. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

AGAMBEN, G. **O Poder Soberano e a Vida Nua I**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

ARANTES, P. F. O Ajuste Urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, v. 20, p. 60-75, 2006

AVELINO, N. Governamentalidade e Anarqueologia em Michel Foucault. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, 2010.

AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L. A. G. de. **Habitação e Poder** - da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BAVISKAR, A. Between Violence and Desire: space, power and identity in the making of metropolitan Delhi. **International Social Science Journal**, v. 55, 175, 2003.

BAVISKAR, A. Written on Body, Written on Land: violence and environmental struggles in Central India. **Working Papers**, Institute of International Studies, 2001.

BEDÊ, M. **Trajetória da Formulação e Implantação da Política Habitacional de Belo Horizonte na Gestão da Frente BH Popular: 1993/1996**, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **Ofício de Sociólogo** - metodologia da pesquisa na sociologia. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

BRANDENBERGER, F. Plano Global Específico: um instrumento de planejamento urbano em assentamentos subnormais. In: ZENHA, R.; FREITAS, C. G. L. de (Org.). ANAIS DO SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS IPT EM HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE: assentamentos urbanos precários. São Paulo, 2002.

BRAZZABENI, M.; PUSSETTI, C. Sofrimento Social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Etnográfica**, Lisboa, v. 15, n. 3, 2011.

BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Org.) **The Foucault Effect: studies in governmentality**. London: Harvester/Wheatsheaf, 1991.

BURGOS, M. B. Dos Parques Proletários ao Favela-bairro - as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (Org.). **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CALDEIRA, T. P. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDOSO, R. As Aventuras de Antropólogos em Campo ou Como Escapar das Armadilhas do Método. In: CARDOSO, R. (Org.). **A Aventura Antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: \_\_\_\_\_. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília: paralelo15; São Paulo: UNESP, 2006a.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O Lugar - e em Lugar - do Método. In: \_\_\_\_\_, R. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília: paralelo15; São Paulo: UNESP, 2006b.

CARRETEIRO, T. C. Sofrimentos Sociais em Debate. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, p. 57-72, 2003.

CONTI, A. A Política de Intervenção nos Assentamentos Informais em Belo Horizonte nas Décadas de 1980 e 1990 e o “Plano Global Específico”. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 11, n.12, p.189-216, dez. 2004.

COSTA, H. Habitação e Produção do Espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MOR, R. (Org.) **Belo Horizonte**: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR e PBH, 1994.

CRUIKSHANK, B. The Will to Empower: technologies of citizenship and the war on poverty, **Socialist Review** 23(4), p. 29–55, 1994.

DAS, V.; POLLE, D. El Estado y sus Márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n.27, 2008.

DEAN, M. Power at the Heart of the Present: exception, risk and sovereignty. **European Journal of Cultural Studies**, v.13, 2010.

DAM. **Diagnóstico Integrado** - as Diretrizes de Intervenção e os Diagnósticos Setoriais da 3ª Etapa do Plano Global do Aglomerado da Serra. Belo Horizonte, 2000.

DENALDI, R. **Políticas de Urbanização de Favelas**: evolução e impasses. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DUARTE, A. M. Sobre a Biopolítica: de Foucault ao século XXI. **Cinética**, v. 1, p. 1-16, 2008.

ESPOSITO, R. **Bios** - biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010.

FELTRAN, G. Política e Violência nas Margens da Cidade: um experimento político numa favela de São Paulo. **Estudos Políticos**, n.1, p.46-70, 2010.

FERNANDES, E. Do Código Civil ao Estatuto da Cidade: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil. In: VALENÇA, M. (Org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

FOUCAULT, M. O Nascimento da Medicina Social. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979a.

\_\_\_\_\_. A Política de Saúde no Século XVIII. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979b.

\_\_\_\_\_. Governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979c.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território e População**: curso no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica**: curso no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. Tecnologias de Si. **Verve**, v.6, 2004a.

\_\_\_\_\_. A Tecnologia Política dos Indivíduos. In: Motta, M. (Org.). **Ditos & escritos VI – repensar a política**. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense Universitária, 2004b.

\_\_\_\_\_. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: **Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004c.

\_\_\_\_\_. Omnes et Singulatim: uma crítica da razão política (1981). In: MOTTA, M. (Org.). **Ditos & Escritos IV - Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

\_\_\_\_\_. Sujeito e Poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GADELHA, S. **Biopolítica, Governamentalidade e Educação**: introdução e conexões a partir de Michel Foucault. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GIL, M. G. **Introducción a la Biopolítica**: entre la inclusión y la exclusión. vivir en el límite. **Colômbia**, v. 1, p. 211 – 221, 2007. Disponível em: [http://www.biopolitica.cl/docs/Mario\\_German\\_Gil.pdf](http://www.biopolitica.cl/docs/Mario_German_Gil.pdf). Acesso em: 20/03/2012.

JAURI, N. **La Política de Radicación de Villas en la Ciudad de Buenos Aires y la Eexperiência de los Residentes de la Villa del Bajo Flores Frente a los Processos de Relocalización.** Tesis para optar al título de Magíster em Políticas Sociales. Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

LE VEN, M. **Classes Sociais e Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte (1893-1914).** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1977.

LE VEN, M.; FARIA, E.; MOTA, M. História Oral de Vida: o instante da entrevista. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 16, 1996.

LI, T. Compromising Power: development, culture and rule in Indonesia. **Cultural Anthropology**, 14(3), 1999, p. 295-322.

MACHADO, R. Introdução – Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MARICATO, E. **Habitação e Cidade.** 3. ed. São Paulo: Atual Editora, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Brasil 2000:** qual planejamento urbano? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997b.

\_\_\_\_\_. As Idéias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Idéias – planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. B. F.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. **A Cidade do Pensamento Único:** desmanchando consensos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MCDONALD, C; MARSTON, G. Workfare as Welfare: Governing Unemployment in the Advanced Liberal State, **Critical Social Policy**, England, 25(3): 374–401, 2005.

MCKEE, K. Post-Foucauldian Governmentality: what does it offer critical social policy analysis? **Critical Social Policy**, England, v. 29 (3), 2009.

MEDINA, C. A. Uma Questão que nos Interessa: o condomínio. In: VALLADARES, L. **Habitação em Questão.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MELO, I. **O Espaço da Política e as Políticas do Espaço:** tensões entre o programa de urbanização de favelas “Vila Viva” e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MENEZES, A. B. Educação, Higiene e Governamentalidade: técnicas de dominação e técnicas de si na construção da infância. IV COLÓQUIO FRANCO-BRASILEIRO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO, Rio de Janeiro, 2008.

MERLEAU-PONTY, M. **A Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MITJAVILA, M. O Risco como Recurso para a Arbitragem Social. **Tempo Social.** S. Paulo, USP, 14 (2), 129-145, outubro de 2002.

MOTTA, L. D. **A Normatização da Limpeza e da Beleza no Aglomerado do Morro das Pedras-BH**: estratégias legais, políticas e discursivas para implementação do Programa Vila Viva. 2009. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MOTTA, L. D. A Questão da Habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. In: **Mapa dos Conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais** (site), 2011. Disponível em: [http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt\\_analitico/MOTTA\\_Luana\\_-\\_A\\_questao\\_da\\_habitacao\\_no\\_Brasil.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf).

OKSALA, J. Violence and the Biopolitics of Modernity. **Foucault Studies**, n.10, 2010.

PAREDES, D. F. El Paradigma en la Biopolítica de Giorgio Agamben: normalidad y excepcionalidad en la política. **Colombia**, Colômbia, v. 13, 2008, p. 109-124.

PELBART, P. P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

\_\_\_\_\_. Mutações Contemporâneas. In: SAADI, F.; GARCIA, S. **Próximo Ato**: questões da teatralidade contemporânea. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

PEREIRA, C. V. L.; AFONSO, A. S.; MAGALHÃES, M. C. F. de. **Programa Vila Viva**: Intervenção estrutural em assentamentos precários. Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=7901&lang=pt\\_BR&pg=5580&taxp=0&&idConteudo=22546&chPlc=22546](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=7901&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&&idConteudo=22546&chPlc=22546). Acessado em: 03/05/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Programa e Projeto Vila viva. Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=programaseprojetos&tax=12063&lang=pt\\_BR&pg=6080&taxp=0&](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=programaseprojetos&tax=12063&lang=pt_BR&pg=6080&taxp=0&). Acesso em: 25/10/2011.

QUEIRÓZ, M. I. P. de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: VON-SIMSON, O. M. **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

RABINOW, P.; ROSE, N. O Conceito de Biopoder Hoje: política e trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 24, abr. 2006.

REBOUÇAS, L. M. **O Planejado e o Vivido**: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 2000.

RIBEIRO FILHO, Geraldo. **O Banco Mundial e as Cidades**: construindo instituições na periferia- o caso do PRODUR, Bahia. Tese de Doutorado do Instituto de Pesquisa em Planejamento urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Rio de Janeiro, 2006.

ROSE, N. El Gobierno en las Democracias Liberales “Avanzadas”: del liberalismo al neoliberalismo, **Archipiélago**, v. 29, 1997.

\_\_\_\_\_. Governando a Alma: a formação do eu privado. In: Silva, T. T. da (Org.). **Liberdades Reguladas**. Petrópolis: Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. Como se deve fazer a história do eu? **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 33-58, 2001a.

\_\_\_\_\_. Inventando nossos eus. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Nunca Fomos Humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001b.

ROSE, N. EL; O'MALLEY, P.; VALVERDE, M. Governmentality. **Annual Review of Law and Social Science**, n. 2, 2006.

ROSE, N.; MILLER, P. Governing Economic Life. **Economy and Society**, v. 19, n. 1, 1990.

SANTOS, S. B. M. **Lamento e Dor**. Uma Análise Sócio-antropológica do Deslocamento Compulsório Provocado pela Construção de Barragens. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará/Université de Paris, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA E PATRIMONIAL. Plano Integrado de Prevenção a Invasões de Unidades Habitacionais em Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2001.

SERRATORE, C. **Gestionar la Vida y Disponer para la Muerte: la biopolítica y el resquicio de lo impolítico**. s/d. Disponível em: [http://www.biopolitica.cl/docs/Constanza%20Serratore\\_Foucault\\_Agamben\\_Esposito.pdf](http://www.biopolitica.cl/docs/Constanza%20Serratore_Foucault_Agamben_Esposito.pdf). Acesso em: 20/03/2012.

SHARMA, A. Crossbreeding Institutions, Breeding Struggle: women's empowerment, neoliberal governmentality, and state (re)formation in India. **Cultural Anthropology**, v. 21, n.1, 2006.

SIENA, M. Remoção de Famílias das Áreas Consideradas de Risco: a técnica de fazer viver e deixar morrer. 34. **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Caxambu, 2010. Disponível em: [http://www.ufscar.br/neped/pdfs/anais/ANPOCS2010\\_Mariana\\_Siena.pdf](http://www.ufscar.br/neped/pdfs/anais/ANPOCS2010_Mariana_Siena.pdf). Acesso em: 04/05/2012.

SILVA, J.; BARBOSA, J. L. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: SENAC Rio. 2005.

SILVA, F. **Construindo Muros, Derrubando Barreiras: a (des)construção das representações do gênero feminino no trabalho das operárias do Programa Vila Viva**, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SOUZA, M. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

STENSON, K.; WATT, P. Governmentality and the "Death of the Social?": a discourse analysis of local government text in south-east England. **Urban Studies**, England, v. 36(1), 1999.

STENSON, K. Sovereignty, Biopolitics and the Local Government of Crime in Britain, **Theoretical Criminology**, v. 9: 265–87, 2005.

TEIXEIRA, R. O. S. **Dividir em Comum**: práticas costumeiras de transmissão do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

TEIXEIRA, R. R.; CYRINO, A. P. As Ciências Sociais, a Comunicação e a Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 151-172, 2003.

TONUCCI, J. B.; ÁVILA, J. Urbanização da Pobreza e Regularização de Favelas em Belo Horizonte. XIII **SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA**: economia, história, demografia e políticas públicas. Diamantina-MG, 2008. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008/D08A117.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A117.pdf)> Acesso em: 04/Ago/2012.

UGÁ, V. A Categoria “Pobreza” nas Formulações de Política Social do Banco Mundial. **Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, 2004.

URBEL. **Aglomerado da Serra**: relatório de Controle Ambiental (RCA). Belo Horizonte, 2004.

VALLADARES, L. **Passa-se uma Casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALENCIO, N. F. L. S. **Quem Tem Medo da Remoção?** a violência institucional contra moradores de ‘áreas de risco’. ANAIS DO 34. ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, Caxambu, 2010, p. 1-28.

VARGAS, M. A. R. **Construção Social da Moradia de Risco**: trajetórias de despossessão e resistência - a experiência de Juiz de Fora/MG. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ZHOURI, A.; TEIXEIRA, R. O. S. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, A.; SIANO, D. B. P.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, A. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p.97-107, out. 2008.

ZHOURI, A.; TEIXEIRA, R. O. S. Quando o Lugar Resiste ao Espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.) **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, A.; TEIXEIRA, R.; MOTTA, L. Deslocamentos Múltiplos e a Compulsoriedade do Desenvolvimento: urbanização e barragens em face aos lugares. I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESLOCAMENTOS, DESIGUALDADES E DIREITOS HUMANOS, PUC SP/ São Paulo, Julho/2012.